

Nova derrota de Cavaco Silva

Assembleia da República
condena acção do Governo
no caso da visita à URSS
da delegação parlamentar

Pág. 10/Semana



Um aspecto do comício do Palácio de Cristal

MILHARES DE PESSOAS
NO PALÁCIO DE CRISTAL

Intervenção de Octávio Pato durante a iniciativa «O Porto em Festa» que encheu o Palácio de Cristal

Págs. 6 e 7/Semana

Mais de vinte mil trabalhadores
participaram na jornada
na Segurança Social
organizada pelo Sindicato
da Função Pública

Págs. 1, 2, 3, e 4/Semana



O Encontro sobre o Sector Mineiro que decorreu em Coimbra

ENCONTRO PROMOVIDO PELO PCP
SOBRE O SECTOR MINEIRO

Págs. 8 e 9/Semana

Em Foco / **Avante!**
Ano 53 - Série VII
N.º 690
19 de Março de 1987
Preço: 50\$00

**Obras
no Vitória**

**Um objectivo
de grande alcance
para o trabalho
do Partido**

Euroshima nunca!

Mísseis de Cruzeiro

Rotas nucleares

**O melhor movimento
de sempre**

ENCONTROS DE DELEGAÇÕES
DO PCP E DO PCE
EM ESPANHA E PORTUGAL

No quadro das relações de amizade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Espanha foi acordada a realização de dois encontros entre delegações de ambos os Partidos, que terão lugar em Espanha e Portugal.

De 24 a 29 de Março visitará Espanha uma delegação do PCP, dirigida por Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP. Com um intenso programa de actividades, que se darão a conhecer posteriormente, delegações de ambos os Partidos terão conversações em Madrid. Em Barcelona, a delegação do PCP será recebida pelo Secretariado Político do Partido Socialista Unificado da Catalunha. Nestas cidades realizar-se-ão comícios conjuntos nos quais intervirão Álvaro Cunhal e Gerardo Iglesias, Secretário-Geral do PCE. Em Barcelona intervirá também Rafael Ribo, Secretário-Geral do PSUC. Nestes actos públicos será abordada a política dos respectivos partidos, tanto no plano nacional como no internacional.

Esta visita a Espanha será correspondida com a visita a Portugal de uma delegação do PCE dirigida por Gerardo Iglesias, de 7 a 12 de Abril, no decurso da qual terão lugar comícios em Lisboa e no Porto, com intervenções dos dois Secretários-Gerais.

Estes encontros dos comunistas portugueses e espanhóis inscrevem-se no quadro das relações entre ambos os partidos e visam imprimir um novo impulso à sua cooperação.

Episódio revelador e concludente

O inconcebível incidente político, diplomático e institucional suscitado pela inépcia, a incompetência e o extremo reacçãoarismo do Governo Cavaco Silva/PSD na questão da viagem da Delegação Parlamentar portuguesa à União Soviética a convite do Soviete Supremo da URSS é em si um paradigma do carácter do Governo minoritário de direita que temos à frente do País e da sua política antipopular, antidemocrática e antinacional.

Sem dúvida que haverá interesse em averiguar e desenredar os fios da intriga de bastidores que esteve por detrás da afrontosa iniciativa do Governo. O povo português tem o direito de conhecer o facto insólito que despoletou as «ordens» do Governo e pessoalmente do Primeiro-Ministro ao segundo membro da hierarquia do Estado — o Presidente da Assembleia da República —, tem o direito de saber se o acontecido foi o produto da arrogante soberberia do chefe do Governo para com outro órgão de soberania ou de uma cabala de elementos reacçãoários de diferentes matizes; se de um simples acto de vassalagem de uma qualquer «república de bananas» para com a potência «tutelar», ou ainda se é o produto da conjugação destes três factores.

O debate de anteontem na Assembleia da República, que terminou com a categórica condenação dos actos do Governo por toda a oposição, permite admitir todas as hipóteses.

Naturalmente uma, a arrogância do Governo para com a Assembleia da República, ficou mais uma vez demonstrada à saciedade. O debate confirmou também a índole provocadora, destituída de senso e de elevação política, de alguns deputados do partido governante que mesmo entre os seus recolheram evidentes mostras de reprovação. O Governo, com a sua bronca iniciativa sofreu uma concludente derrota moral e política.

Contudo, a conclusão fundamental a tirar do episódio «Estónia» é que o Governo minoritário está cada vez mais minoritário e isolado. É, cada vez mais, uma excrescência no Poder. É, pelos sucessivos confrontos institucionais que vem provocando, um obstáculo ao funcionamento normal das instituições que é imperioso e é possível remover.

É a urgente necessidade de uma alternativa a este Governo isolado e minoritário e à sua política o que ressalta da sua monumental «gaffe» diplomática e

institucional.

Ficou mais uma vez demonstrado que depende dos partidos da oposição democrática maioritária, da sua vontade, da sua convergência, da sua iniciativa, a remoção deste Governo, a sua substituição por outro no quadro actual da Assembleia da República, a adopção de uma plataforma política que restabeleça a normalidade democrática e abra o caminho à solução dos complexos problemas do País em ordem aos interesses fundamentais do povo.

E no plano extraparlamentar ficou igualmente mais que demonstrado nas últimas semanas que este Governo minoritário Cavaco Silva/PSD tem cada vez mais contra si e contra a sua política a imensa maioria dos trabalhadores e de outros vastos sectores sociais da população portuguesa, que é um Governo em queda na sua frágil base política, com visíveis cavernas na sua base social.

É uma dupla demonstração que se impõe aos partidos e forças que na sua esmagadora maioria se situam na oposição a Cavaco e ao seu Governo.

Ultrapassar inconsistentes dificuldades e preconceitos é uma exigência impreterível que se coloca nos dias actuais às forças democráticas e progressistas do nosso país.

É consciente das suas responsabilidades perante o povo que o PCP insiste nas suas propostas políticas e reafirma a sua disponibilidade para encarar de maneira operativa e prática com os restantes partidos da oposição democrática maioritária as possibilidades de uma saída para a crise actual e a viabilização de uma alternativa de governo e de política ao Governo actual e à política actual.

O PS e o PRD partilham com o PCP a responsabilidade principal e têm em conjunto essa possibilidade excepcional de rasgar novos horizontes à vida do nosso povo, da nossa juventude, do nosso país.

É particularmente difícil compreender as palavras e posições de alguns destacados dirigentes do PS, designadamente do seu secretário-geral, Vítor Constâncio, relativas à questão de uma alternativa.

A que propósito vêm as alusões de Vítor Constâncio a uma pretensa «frente popular» como propostas ou intenções ocultas do PCP?

As fórmulas avançadas pelo PCP têm outros contornos, não apontam para objectivos «frentistas», têm em conta as realidades políticas, sociais e ideológicas do momento português actual.

Temos insistido e insistimos na necessidade e nas possibilidades de uma alternativa democrática, também necessariamente assente numa plataforma política comum capaz de reunir a esmagadora maioria do povo português num projecto de desenvolvimento democrático da nossa sociedade, da nossa economia, da nossa cultura, da afirmação da nossa independência nacional, temos preconizado e praticado um diálogo sem condições com os outros partidos e forças democráticas que permita um salto qualitativo na convergência que se tem verificado em alguns passos importantes da política nacional e agora mais uma vez se revelou de grande expressão na última terça-feira nos debates parlamentares e na votação final relativos ao inconcebível incidente político e diplomático provocado pelo Governo de Cavaco e do PSD.

Devemos — todos — tirar deles as necessárias conclusões.

Não abdicamos dos nossos princípios e obviamente não colocamos aos outros partidos da oposição democrática qualquer alternativa que implique abdicar dos seus princípios.

É no terreno político e não no terreno ideológico que se radica a nossa proposta de alternativa democrática.

Uma tal alternativa, ao contrário das afirmações produzidas por Vítor Constâncio, pode garantir uma necessária estabilidade política na vida nacional. Não será nunca um caminho plano sem dificuldades e obstáculos mas pode vir a ser um grande empreendimento colectivo e patriótico capaz de ser vencido se houver vontade política sem condições nem exigências de ordem ideológica a que jamais nos disporíamos.

Tem naturalmente razão Marcelo Curto — de quem divergimos em muita coisa — quando defende uma «alternativa, sem eleições, na base da maioria actual da AR» e quando conclui que «estamos num período de viragem de grandes opções que o Governo minoritário não pode preencher». Tem razão Manuel Alegre quando afirma que para além das divergências «a oposição democrática se une em defesa da liberdade».

E na leitura do PCP o que está realmente em jogo com a continuação do Governo minoritário Cavaco/PSD são os destinos da democracia, do 25 de Abril, da liberdade.

Resumo

11 Quarta-feira



Um aspecto da manifestação de mineiros e metalúrgicos em Lisboa

Em Lisboa e mais uma dezena de cidades de Portugal 350 mil trabalhadores participam em jornadas de luta pela defesa das empresas e dos postos de trabalho, por outra política. ■ O gabinete do Primeiro-Ministro considera «inconveniente» a deslocação à RSS da Estónia da delegação da AR que partiu para a URSS. ■ O comando-geral da PSP mandou arquivar todos os processos disciplinares contra sindicalistas da Polícia. ■ É lançado mais um volume do Livro Negro sobre o regime fascista, com cartas de Quirino de Jesus a Salazar. ■ Deputados do PCP denunciam em conferência de imprensa a situação na Saúde como um indicador «do desprezo do Governo pela qualidade de vida dos portugueses». ■ A JCP, os Pioneiros e «Os Verdes» apresentam pedidos de adesão ao Conselho Nacional de Juventude. ■ A Câmara de Representantes dos EUA suspende o financiamento aos «contras». ■ Os EUA recusaram vistos de entrada a uma delegação de sindicalistas soviéticos, informa o Conselho Central dos Sindicatos da URSS. ■ Garrett Fitzgerald demite-se da direcção do Fine Gael, após a derrota nas recentes eleições parlamentares irlandesas. ■ Reúne no Cairo uma «mini-cimeira» de 7 Estados da OUA. ■ O exército brasileiro ocupa refinarias e petroleiros para impedir que as greves afectem o abastecimento de petróleo.

12 Quinta-feira

Mais de 20 mil trabalhadores da Segurança Social efectuem uma jornada nacional de luta «pelo diálogo, pela estabilidade de emprego, por carreiras profissionais justas, pela defesa do sistema de segurança social». ■ Professores cercam em cordão humano o edifício do MEC para «forçar o ministro a negociar seriamente». ■ Mulheres dos distritos de Lisboa e Setúbal manifestam-se nas ruas da capital e junto à AR pela «real inserção e participação» a todos os níveis da sociedade portuguesa. ■ Vitor Constâncio afirma em Lisboa que o PS poderá admitir «uma revisão mais vasta da Constituição» com a «flexibilização do princípio da irreversibilidade das nacionalizações». ■ Trabalhadores espanhóis manifestam-se em mais de 40 cidades contra a política económica do Governo do PSOE. ■ Tropas israelitas desembarcam no sul do Líbano. ■ A URSS declara-se pronta a iniciar «imediatamente» negociações sobre os mísseis de curto alcance na Europa.

13 Sexta-feira

O presidente da AR e a delegação que o acompanha manifestam «inteira discordância» quanto à atitude do Governo, mas decidem cancelar «por motivos de Estado» a visita à RSS da Estónia. ■ A Comissão Política do CC do PCP responsabiliza o MDP/CDE pela ruptura da APU. ■ A AR aprova na generalidade a criação de um subsídio para os jovens à procura de primeiro emprego, com os votos contra do PSD. ■ Depois de uma «greve rotativa», paralisam as Faculdades de Letras de Lisboa, Porto e



Coimbra e os estudantes manifestam-se junto ao MEC. ■ Os 600 educadores que participaram no Encontro Regional do Norte da Educação Pré-Escolar decidem apoiar a greve nacional dos professores de dias 26 e 27. ■ Trabalhadores da Banca e dos Seguros comemoram em Lisboa o 12.º aniversário da nacionalização. ■ Eduard Chevardnadze regressa a Moscovo, depois de ter visitado a Tailândia, a Austrália, a Indonésia, o Laos, o Kampuchea e o Vietname. ■ Em Espanha há, segundo estatísticas oficiais, 2 987 892 desempregados (21,49% da população activa). ■ A Conferência do Bureau de Coordenação do Movimento dos Não-Alinhados apela aos EUA para que cessem «imediatamente» as pressões e actos de agressão contra a Nicarágua. ■ O Equador suspende o pagamento da sua dívida externa durante este ano.

14 Sábado

No Palácio de Cristal realiza-se o «Porto em Festa». ■ «Cerca de 40% da população activa de Portugal está desempregada, subempregada ou em situação de precariedade de emprego» — afirma Carvalho da Silva no debate da CGTP-IN sobre emprego, modernização e desenvolvimento. ■ A Tass classifica como «gesto indelicado» a atitude do Governo de Cavaco Silva ao opor-se à visita da delegação da AR à RSS da Estónia. ■ O Governo grego apresenta no parlamento um projecto de lei que prevê a nacionalização dos bens da igreja ortodoxa. ■ «Uma provocação deliberada» é o comentário da Tass a afirmações de emissários norte-americanos sobre «concentrações de tropas» da URSS junto à fronteira com o Irão em 1986. ■ Segundo George Bush, vice-presidente dos EUA, as operações «encobertas» da CIA são «instrumentos comuns de política externa».

15 Domingo

«A continuação deste Governo representa uma ameaça grave para o regime de-

mocrático» — alerta Octávio Pato no «Porto em Festa». ■ O PCP promove em Coimbra um Encontro sobre o sector mineiro. ■ A Coordenadora Nacional dos Estudantes de Letras propõe uma greve ilimitada a partir de dia 18 de Março. ■ Milhares de espanhóis desfilam entre Madrid e a base de Torrejón de Ardoz exigindo o fim da presença militar dos EUA e a saída da NATO. ■ 30 mil manifestantes exigem em Paris a retirada do projecto governamental racista de reforma do Código da Nacionalidade. ■ O «Sunday Times» revela que agentes dos serviços secretos israelitas (Mossad) usam passaportes britânicos nas operações no estrangeiro.

16 Segunda-feira

Paralisação do pessoal de trens e revisão da CP completa o ciclo de greves sectoriais de dias 11, 12 e 13. ■ Chega a Lisboa a



O Presidente da AR falou aos jornalistas à chegada

delegação da Assembleia da República que visitou a URSS. ■ Inicia-se uma greve de dois dias na fábrica de Cacia da Renault Portuguesa contra a recusa da administração a aceitar o caderno reivindicativo em negociação há sete meses. ■ É iniciada a demolição das casas clandestinas da Lagoa de Albufeira (Sesimbra). ■ A «Newsweek» revela que Reagan autorizou recentemente a CIA a lançar uma operação contra a guerrilha das Filipinas. ■ Começam a ser conhecidos os primeiros resultados das eleições legislativas na Finlândia. ■ Abreu Sodre, MNE, do Brasil, inicia uma visita oficial de quatro dias a Cuba. ■ Termina em Moscovo o 6.º Congresso dos Jornalistas da URSS.

17 Terça-feira

Uma moção de protesto pela actuação do Governo no incidente com a delegação parlamentar que visitou a URSS, acusando-o de «clara falta de sentido de Estado», é aprovada na AR e aplaudida de pé pelas bancadas do PCP, PS, PRD, MDP e CDS ■ O programa de escoamento de manteiga excendente dos países da CEE exige que Portugal pague 3,2 milhões de contos ■ Os chefes de Estado-Maior das Forças Armadas dos países da Linha da Frente reúnem em Maputo para discutir a situação militar na região ■ Elementos da Comissão Internacional de Juristas que efectuaram um inquérito na África do Sul denunciam em Genebra a «terrível ditadura» sul-africana ■ Após uma visita de 36 horas de Caspar Weinberger a Madrid, os governos espanhol e norte-americano mantêm as divergências quanto à presença militar dos EUA em Espanha.

Tentar marginalizar ou menorizar uma força com o enraizamento popular e nacional e o carácter insubstituível numa alternativa democrática como é o PCP é dar deploráveis mostras de miopia política.

As grandiosas acções de massas da última semana demonstram que a componente popular da luta por uma alternativa democrática é um estímulo e um poderoso esteio da luta institucional e política pela demissão do Governo minoritário de direita, pela sua urgente substituição, por uma viragem na política nacional que garanta a defesa das conquistas de Portugal democrático e vá ao encontro dos problemas reais que afectam a vida do nosso povo e do nosso país.

A impressionante marcha dos trabalhadores da Reforma Agrária com o objectivo de levarem à Assembleia da República e ao Governo o seu sentido protesto contra a brutal, ilegal e inconstitucional ofensiva de que estão a ser vítimas por parte da clique governante Cavaco Silva/PSD e o seu brado para que os deixem produzir, trabalhar, garantir o pão e a vida dos seus filhos, e simultaneamente contribuir para o melhoramento da nossa economia e das condições gerais de vida do povo português, são tocantes.

A quente solidariedade das populações durante a marcha é uma posição inequívoca que governantes inteligentes deveriam ser capazes de apreender.

Importantes greves, concentrações, vigílias e desfiles de ferroviários, metalúrgicos, mineiros, estudantes, pessoal de enfermagem e muitos milhares de outros trabalhadores e de vastos sectores sociais, são indicativo de uma disposição de luta que não tende a afrouxar mas a intensificar-se.

É um panorama de luta profundamente inspirador e acalentador para todos os democratas e patriotas que aspiram a uma vida melhor, mais feliz, livre e independente para os portugueses, para a juventude de hoje e de amanhã.

A larga convergência verificada terça-feira na AR deve ser desenvolvida na busca essencial de uma alternativa democrática.

A essa tarefa exaltante se dedicará sem limite das suas forças o Partido Comunista Português, força insubstituível na construção do futuro de Portugal e do povo português.

Avante!
Proletários de todos os países — UNI-VOS!

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista
Português. Rua Soeiro Pereira Gomes —
1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro
Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX
Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL Central Distribuidora Livreira,
SARL. Serviços Centrais: Av. Santos
Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do
Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora:
Alcárcova de Baixo, 13 — 7000 Évora
Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro:
Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro
Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto:
R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto
Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra:
Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra
Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova
2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B
— 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50.
Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º
— 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka
Portuguesa — R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Fevereiro: 30 688

Debate da CGTP

Emprego em destaque contra uma política que o combate

Cerca de quarenta por cento da população activa do nosso país está desempregada, subempregada ou em situações de precariedade de emprego. Simultaneamente ressurgem ou acentuam-se formas de intensa exploração, típicas do fim do século passado, entre as quais se destaca a imoral exploração da mão-de-obra infantil, disse Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva da CGTP-IN, na primeira intervenção no debate organizado pela Central unitária no passado fim-de-semana em Lisboa.

Sob o tema do «emprego-modernização-desenvolvimento-que soluções», o debate mereceu aplauso e adesão. Com um extenso programa, que ocupou mais de treze horas úteis e de trinta intervenções, o objectivo principal desta iniciativa de evidente oportunidade e destaque foi o de «constituir um contributo válido e responsável para perspectivar soluções sociais, culturais, económicas e políticas que permitam colocar o nosso país no caminho do desenvolvimento, da modernização e do progresso».

Limitado esta semana no desenvolvimento das matérias em debate, o «Avante!» voltará ao assunto brevemente, mas pretende destacar, desde já, as **direcções fundamentais** do movimento sindical sobre as questões debatidas na «Voz do Operário», no sábado e no domingo.

Aumentar a intervenção dos sindicatos

Carvalho da Silva, sem a pretensão de ser exaustivo, apresentou na sua intervenção nove pontos que considerou «direcções funda-

mentais» do movimento sindical sobre os temas em debate. Transcreve-se a seguir, na íntegra, essa parte da sua intervenção:

1. Lutar, com toda a determinação, não só para impedir todo e qualquer despedimento injustificado, mas também para criar condições que permitam encontrar soluções que menos prejudiquem os trabalhadores, no caso de absoluta impossibilidade de garantir a totalidade dos postos de trabalho;

2. Dar particular importância à luta pela melhoria e alargamento da protecção material aos desempregados e à sua formação profissional;

3. Apoiar a reestruturação das empresas e sectores de forma a consolidar os postos de trabalho e melhorar a capacidade competitiva, designadamente, promovendo a introdução negociada das novas tecnologias;

4. Promover as iniciativas e lutas necessárias à criação de pos-

tos de trabalho no plano regional;

5. Lutar pela redução do horário de trabalho para as quarenta horas;

6. Exigir que seja dada formação profissional contínua aos trabalhadores, que os prepare para assegurar natural e plenamente a necessária mobilidade interna;

7. Lutar por profunda reestruturação do sistema do ensino, por forma a que esta assegure prioridade à orientação do ensino básico, seja aumentada a escolari-

dade obrigatória, impulsionado o ensino técnico, virado para o futuro e para o desenvolvimento, e não virado para o passado e o desemprego, como acontece;

8. Lutar contra todas as tentativas legislativas que visem diminuir os direitos dos trabalhadores;

9. Aumentar a intervenção activa e construtiva do movimento sindical na definição da política económica e social, que deve ter como eixo fundamental o emprego.

Segurança Social

Jornada mobiliza mais de 20 mil

• Bancários apelam à greve

Sem prejuízo de um tratamento mais pormenorizado, que o assunto aliás reclama, refira-se que a jornada da passada quinta-feira organizada pelos sindicatos da Função Pública na Segurança Social mobilizou mais de vinte mil trabalhadores contra o autêntico desmantelamento pretendido pelo Governo Cavaco Silva em benefício exclusivo de interesses privados. Vítor Duarte, dirigente sindical do sector, salienta num artigo recente, que «toda a dinâmica governamental vai na perspectiva inconstitucional de menos Estado e mais privado lucrativo». Nos cem mil exemplares de um comunicado entretanto distribuído à população pelos sindicatos de Lisboa, Porto e Coimbra, afirma-se que «muitas vezes são anunciadas medidas (pelas instâncias do Go-

verno), para resolver problemas reais sentidos por todos nós, só que na prática nada se faz a não ser propaganda». A Federação sindical, que subscreve também aquele documento, chama a atenção para os seguintes aspectos da propaganda governamental: «subsídio de renda de casa — poucos o receberam; taxa social única — os patrões foram os mais favorecidos; milhares de processos de reforma em atraso (Leonor Belezza chega a demorar dezoito meses para realizar juntas médicas, que em alguns distritos estão mesmo suspensas); patronato deve 140 milhões de contos; quem quer Segurança Social paga-a (o Governo transfere áreas importantes para o sector privado e lucrativo — há lares onde se paga 40 ou 50 contos por mês)». Os sindicatos reafirmam que «os trabalhadores da Segurança Social não podem ficar calados». Os seus problemas são também os problemas dos utentes dos serviços sociais do Estado, que o Governo pretende reduzir, alienar, desmantelar.

Grave situação na banca nacionalizada

Numa resolução votada por unanimidade, no 2.º Encontro Nacional das estruturas representativas (ERTs) do sector bancário, em 14 deste mês, conclui-se, entre outros assuntos de interesse, que «face à gravidade da situação, se solicita às direcções sindicais do sector o encontrar dos consensos necessários para a tomada das posições adequadas; que é necessário e urgente o desenvolvimento da informação, esclarecimento e mobilização dos bancários, com vista à realização de uma paralisação no sector, com o objectivo de ser travada a marcha actual dos acontecimentos e ser implementada uma nova política na defesa da banca nacionalizada e de todos os direitos dos bancários». O Governo é acusado de desvirtuar «o que deverá ser a actividade correcta de uma banca nacionalizada», orientando-a, pelo contrário, «objectiva é premeditadamente no sentido da sua destruição final». O Governo — acusam ainda as ERTs — «tem ignorado qualquer medida de reestruturação que, aos vários níveis, coloque a banca nacionalizada a funcionar e a responder de forma dinâmica às necessidades de desenvolvimento nacionais».



Os problemas do desemprego começam a preocupar seriamente grande número de trabalhadores da Função Pública e dos serviços em geral

Os sindicatos são determinantes na consolidação da democracia

O papel dos sindicatos e do movimento sindical nas questões em debate sobre o emprego e o desenvolvimento solicitou naturalmente a atenção dos participantes. Sobre o assunto, Carvalho da Silva disse:

A experiência histórica demonstrou, também no nosso país, que os sindicatos são determinantes na construção e consolidação da democracia; são factores de progresso, de justiça social, de avanço da sociedade.

O caminho que deve ser seguido é o do aumento da intervenção sindical, da negociação directa dos parceiros sociais a todos os níveis, do reforço e ampliação do conteúdo da negociação colectiva.

Mas em simultâneo é indispensável o papel do Estado democrático, a existência e aplicação da Lei, como salvaguarda dos direitos mínimos de todos os cidadãos e para cumprimento dos acordos entre os parceiros sociais.

Os sindicatos têm um grande papel a desempenhar na resolução dos problemas do emprego, na modernização, na construção de um futuro de progresso e justiça social.

Para isso é imperioso que sejam respeitados os direitos sindicais, porque o seu exercício é factor de desenvolvimento.

Para isso é indispensável que lhes seja garantida uma maior intervenção na sociedade em geral, na planificação da economia a nível nacional, a nível sectorial e regional, a nível das empresas.

Manuel Tiago

Colecção Resistência

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS

edição especial ilustrada pelo pintor Rogério Ribeiro

edições
Avante!



A Farsa

O que aconteceu com a questão da visita à Estónia da delegação da Assembleia da República é daquelas questões que requerem para ser comentadas que se escreva vasto livro ou se recorra a sintético adjectivo.

Escasseia aqui o espaço para recorrer à primeira solução e o razoável decoro de linguagem desaconselha a segunda.

Convirá contudo reter alguns pormenores.

Como sempre sucede, nesta situação trágica de um Governo que insulta a Assembleia da República, de um Governo que impõe que o País faça internacionalmente figura de parvo, de um Governo que só não varre a poeira das escadarias do Pentágono porque o sr. Vernon Walters lho não pede, nesta tragédia, dizíamos, há como não podia deixar de ser aspectos de farsa.

Continua a ser uma tragédia que um Governo do Portugal de Abril invoque para pautar a sua política externa um despacho do ditador fascista. Para o sr. Cavaco Silva, a política externa de Salazar é idêntica à sua. Isto continua a ser uma tragédia — mas é perfeitamente uma farsa. Imagine-se o sr. Jacques Chirac, que não está mais à esquerda que o sr. Cavaco, a invocar um despacho dos srs. Petain ou Laval para fazer a sua política hoje.

Continua a ser uma tragédia que tenham sido essas duas testas socialistas que dão pelo nome de Jaime Gama e Eduardo Pereira que tenham tido esta flugurante ideia. E aqui por duas ordens de razões: temos dois socialistas reacconários atentos e temos um Governo reacconário que precisa de que os socialistas o ensinem a sê-lo. É, claro, de farsa.

Segue-se esse prodígio de dignidade, de inteligência política, de bom senso institucional, de visão de Estado que é pôr o sr. António Capucho, que é o simples líder de um grupo parlamentar, a telefonar ao Presidente da Assembleia da República, que é a segunda figura do Estado, a fim de lhe dar um raspanete, dois agoites e ordenar-lhe para não ir à Estónia. O Governo define assim toda uma nova filosofia de relações institucionais, um protocolo novo e significativo. A partir de agora é inteiramente possível que um contínuo do Ministério das Finanças telefone ao Presidente do Supremo Tribunal Administrativo informando-o de que o Governo se está nas tintas para os seus despachos quanto à Reforma Agrária; o GNR de sentinela à porta de S. Bento telefonará ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas informando-o de que o sr. primeiro-ministro não gosta das promoções a brigadeiro que por lá se fazem; uma dactilógrafa do Ministério da Educação informará o Conselho Directivo da Faculdade de Letras de que o numerus clausus foi restringido; o sobrinho do sr. Primeiro-Ministro telefonará para Belém a dizer que o tio não vai à entrevista com o Presidente da República porque está a brincar com o comboio eléctrico.

Entretanto, o sr. ministro para os Assuntos Parlamentares desta coisa a que se chama Governo do sr. Cavaco Silva pronunciou ontem uma oração parlamentar que poderia figurar em qualquer sátira revisteira do Parque Mayer. Berrando na relação directa da ausência de argumentos (o que, como é óbvio, significa que berrou desbragadamente), o sr. Nogueira era a imagem mesmo da confusão ao nível da disputa de anedota: «porque se me tivessem dito que ele tinha dito o que afinal não disse, eu não teria dito o que ele me disse para dizer em função do que dissera para não ser dito, mas que teve de se dizer para evitar que alguém dissesse que afinal se não dissera o que não era para dizer». Mais ou menos.

Finalmente, o sr. Lopes Cardoso, cujo Partido Socialista apoiou a condenação da acção do Governo, explicou que, quanto à visita propriamente dita, ela «não era aconselhável». Conselhos por conselhos, há por aí uma muito generalizada opinião de que a manutenção deste conjunto de personagens batutado pelo sr. Cavaco não é, manifestamente, aconselhável.

■ R.C.

Trabalhadores

Conjugação das acções sindicais

Unidade e forte adesão contra os baixos salários

• Greves e outras lutas na CP, metalúrgicos, mineiros, construção civil, segurança social

Dos sectores da indústria que estiveram em luta a semana passada destacam-se a metalurgia e minas, a construção civil e obras públicas, bem como os caminhos-de-ferro e a segurança social, estes últimos sectores pertencentes aos serviços, particularmente activos na acção sindical. Os ferroviários cumpriram um ciclo de paralisações sectoriais, que terminou na passada segunda-feira, tendo sido marcado para ontem um plenário na sede da CGTP-IN, com início às 10 e 30. Os metalúrgicos e mineiros concentraram-se em Lisboa e no Porto.

Nesta cidade, dois mil metalúrgicos concentraram-se pela revisão do contrato colectivo (CCTV), por melhores salários, pelo direito ao trabalho e contra os salários em atraso.

Na quarta-feira da semana passada, depois da concentração diante da Associação dos Industriais da Metalurgia do Norte, os trabalhadores desfilaram até à delegação do Ministério da Indústria naquela cidade.

As reivindicações apresentadas na delegação do Ministério e na associação patronal incluem a exigência de revisão rápida e justa do CCTV da metalurgia, com retroactivos a 1 de Março; a exigência de que o patronato se comporte à mesa das negociações de maneira semelhante à que tem adoptado em algumas empresas, em que a luta e a determinação dos trabalhadores obrigou a aumentos salariais da ordem dos 22 por cento, enquanto que, no contrato não quer sair dos 12 por cento; cumprimento do compromisso, que já data de 1981, no sentido de actualizar o subsídio de alimentação, o que nunca aconteceu até agora; a

redução do horário de trabalho para quarenta horas semanais; o pagamento dos salários em atraso; e o direito ao emprego, contra o trabalho precário.

Salários atrasados no Porto

A organização sindical dos metalúrgicos sublinha que, no capítulo dos salários em atraso, a situação piora todos os meses no distrito do Porto. **Só no sector metalúrgico, trinta e seis empresas devem seiscentos mil contos a cinco mil trabalhadores.**

Outra questão bem vincada é a situação do emprego no sector. No distrito do Porto continua a crescer o número de desempregados e aumentam as empresas que recorrem ao trabalho precário. Exemplo característico é o da **Sepsa**, bem acompanhada pela **Companhia Portuguesa do Cobre** e a **Siderurgia Nacional**. Trata-se de grandes empresas, como é notório, onde há **trabalhadores contratados à hora**.

A gravidade da situação recla-

ma dos metalúrgicos a insistência na negociação de um contrato que sirva toda a classe e melhor substancialmente as suas condições de vida e de trabalho.

Construção civil corta o trânsito no Porto

Também na quarta-feira da semana passada, os trabalhadores da construção civil cortaram o trânsito durante duas horas e meia, na Rua Álvares Cabral, uma das mais movimentadas do Porto.

Em número superior a um milhar, operários da construção civil e obras públicas concentraram-se diante da associação patronal do sector.

A reclamação principal baseia-se nas negociações. Os sindicatos recusam os 11,5 por cento de aumento que o patronato quer impor, com o apoio da UGT, na massa salarial.

Os sindicatos não estão dispostos a subscrever esses aumentos salariais que consideram miseráveis; continuarão a exigir a negociação da sua proposta, que inclui aumentos de 20 por cento e subsídios respeitantes a deslocações e diuturnidades.

A movimentação sindical no sector da construção civil e a mobilização para a luta vão prosseguir. Na primeira semana de Março, os sindicatos anunciavam, além da greve do dia 11, com concentrações em Lisboa e no Porto, uma concentração em Coimbra e outra em Braga.

Os salários em atraso no sector atingem um milhão de contos, os contratados a prazo são 23,7 por cento, o trabalho precário atinge mais de 75 por cento do pessoal do sector.

Além disso, a Federação dos sindicatos da construção civil e obras públicas condena fortemente a proliferação do trabalho infantil. Ainda recentemente numa nota à Imprensa a Federação convidava os jornalistas a deslocarem-se à Brandoa para verificarem no local como se contratam crianças, bem como o aluguer de mão-de-obra — «situações perante as quais, acrescenta a Federação, a Inspecção do Trabalho se mantém indiferente e inerte».

Adesão numerosa à greve da CP

O ciclo de paralisações na CP, que principiou no dia 11 do corrente, «teve uma adesão da ordem dos 95,7 por cento e envolveu todos os sectores da empresa». A Federação sindical representativa (FSTFP) recorda as principais razões da forma de luta: «exigir ao conselho de gerência da CP o cumprimento do protocolo sobre o regulamento de carreiras, assinado em 25 de Abril de 1986, e em defesa do direito a negociação do acordo de empresa».

A Federação considera a jornada, que terminou na passada segunda-feira, ao fim de três dias de greves sectoriais, «um êxito retribuinte».

Isto, «apesar das ilegalidades cometidas pelo conselho de gerência», que mandou «substituir trabalhadores em greve por outros sem formação adequada», com risco evidente, como sucedeu no caso da substituição de condutores por manobreadores e auxiliares.

Para ontem, quarta-feira, era entretanto convocado um plenário conjunto do conselho nacional da Federação (FSTFP) e das direcções sindicais.

O plenário foi decidido para analisar a situação e aprovar «eventuais novas formas de luta, caso o conselho de gerência não se decida pelo cumprimento do protocolo de 25 de Abril e a respeitar o direito efectivo à negociação do acordo de empresa (AE) pelos sindicatos maioritários da CP».

Segundo o Conselho Nacional da Federação, «depende agora do CG (gestores), e do Governo que o apoia, a resolução ou a agudização do conflito. Nesta última hipótese — os trabalhadores não a desejam, mas não a temem — fica desde já claro que a responsabilidade pelas consequências da crise cabe inteiramente a quem não respeitou acordos e não mostra a mínima disponibilidade para resolver os problemas através do diálogo e da negociação responsável», adverte a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Ferroviários Portugueses, no primeiro balanço das greves na CP.

Metalúrgicos convocam segunda jornada nacional

Ontem reuniu o Plenário de Sindicatos da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. À hora do fecho da edição o Plenário havia já decidido convocar para 26 de Março uma segunda jornada de luta nacional para, entre outros objectivos, exigir a rápida revisão da contratação colectiva da metalurgia.

SOREFAME

A administração prometeu mas a luta pode endurecer

A administração da Sorefame comprometeu-se perante os organismos representativos dos trabalhadores da empresa a avançar com propostas concretas sobre a viabilização da empresa (orçamento e outras) e questões sociais e laborais, como os aumentos dos salários.

Numa reunião de representantes dos trabalhadores, da Metalgest e da administração, realizada na passada segunda-feira, ficaram marcadas novas reuniões para 24

de Março e 3 de Abril onde serão discutidas as propostas que os responsáveis pela gestão da Sorefame vão elaborar até lá.

Esta era uma das principais exigências dos representantes dos trabalhadores, que conduzem há cerca de um ano esta luta por «um diálogo positivo» sobre os problemas da empresa e dos que ali trabalham. Uma das questões principais é a viabilização da Sorefame e a defesa dos postos de trabalho, que eram 4250 em 1979, baixaram para 2800 em 1984 e para 2650 em 1986.

No ano passado o aumento salarial médio na Sorefame foi de 8 por cento, mercê de um acordo UGT/adминистраção que prevê uma actualização de apenas 4,5 por cento para este ano.

Responsáveis da Comissão Intersindical da Sorefame afirmaram ao «Avante!» que os trabalhadores estão atentos ao desenrolar dos acontecimentos e «voltarão à luta, ainda com mais firmeza, caso a administração não honre os compromissos que agora assumiu».

Trabalhadores

Encontro na Informática

Multinacionais: problema de ponta

• Em dez anos, só um acordo foi assinado com os sindicatos, sem intervenção do Ministério do Trabalho

A FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio Escritórios e Serviços, que anunciou a realização do seu terceiro Congresso para 4 e 5 de Abril próximo e mantém no seu programa deste ano mais três importantes iniciativas, uma delas na Região Autónoma da Madeira, efectuou recentemente dois Encontros descentralizados abrangendo, separadamente, os Supermercados e a Informática. Os sindicatos afirmam que a introdução de novas tecnologias nos escritórios está a ser feita «sem rei nem roque», e quem paga são os trabalhadores. «As multinacionais são problema de ponta», afirma por seu turno o CESL (Sindicato de Lisboa) filiado na FEPCES, revelando que, na «Lever, a média é de três trabalhadores de escritório despedidos por mês».

Intensifica-se a exploração

Uma das características das empresas de informática é a sua grande produtividade, acompanhada por despesas baixas com o pessoal: a IBM, a Sperry e a Rima realizaram um volume de negócios por trabalhador superior a 15 mil contos. Na Rank Xerox, Olivetti, ICL, Data General, Burroughs e Digital este resultado foi de 9 mil contos.

Com as multinacionais não vieram só novas tecnologias, mas também novas formas de exploração e o trabalho precário. As empresas de informática foram das primeiras a introduzir em Portu-

gal o aluguer de mão-de-obra e os contratos de prestação de serviços (o «recibo verde» — que deveria ser usado só para as profissões liberais).

As empresas reduzem o número de trabalhadores permanentes ao seu serviço e, segundo foi afirmado por um dos participantes no Encontro, o trabalho precário não se fica só pelas mulheres de limpeza ou secretárias: numa das maiores empresas de informática ele chega já à formação profissional e à assistência técnica.

Gestão e carreiras

Várias vezes se falou no Encontro do sistema de gestão por

objectivos, uma «novidade» nas relações de trabalho que também começou a dar que falar em Portugal com a chegada das empresas de Informática.

Um dos aspectos mais criticados no Encontro do dia 7 de Março foi o facto de este sistema de gestão ter grandes áreas onde dominam o secretismo e a subjectividade. Por isso se verificou a unanimidade dos participantes quanto à necessidade de obrigar as empresas a divulgar os esquemas de revisão de salários.

As categorias e as carreiras nas empresas de informática não têm praticamente nada a ver com as estabelecidas pelos contratos colectivos de trabalho. Além disso, as carreiras técnicas são incompletas: em dada a altura da sua carreira um bom técnico é promovido... a responsável administrativo. Como dizia um dos participantes no Encontro, «perdem-se assim bons técnicos e não se ganham bons chefes».

«Não ganho para a gravata!»

Para quem tem a ideia de que os trabalhadores das empresas de informática ganham todos muito

bem seria surpresa ouvir algum desses homens desabafar: «Recebo 39 contos e sou obrigado a usar gravata.»

Isto foi dito no Encontro por um participante vindo do Porto e não foi caso único. Nesta altura da discussão um dos intervenientes chegou mesmo a afirmar: «Pagam-

Manuel Guerreiro, da FEPCES, chamou a atenção para o fio condutor de todo este comportamento: «Se a sua lógica é individualizar, dividir, é evidente que as empresas não vão negociar com organizações de trabalhadores. Preferem tratar as coisas com cada um, criando situações em que ninguém sabe ao certo quanto ganha o vizinho.»

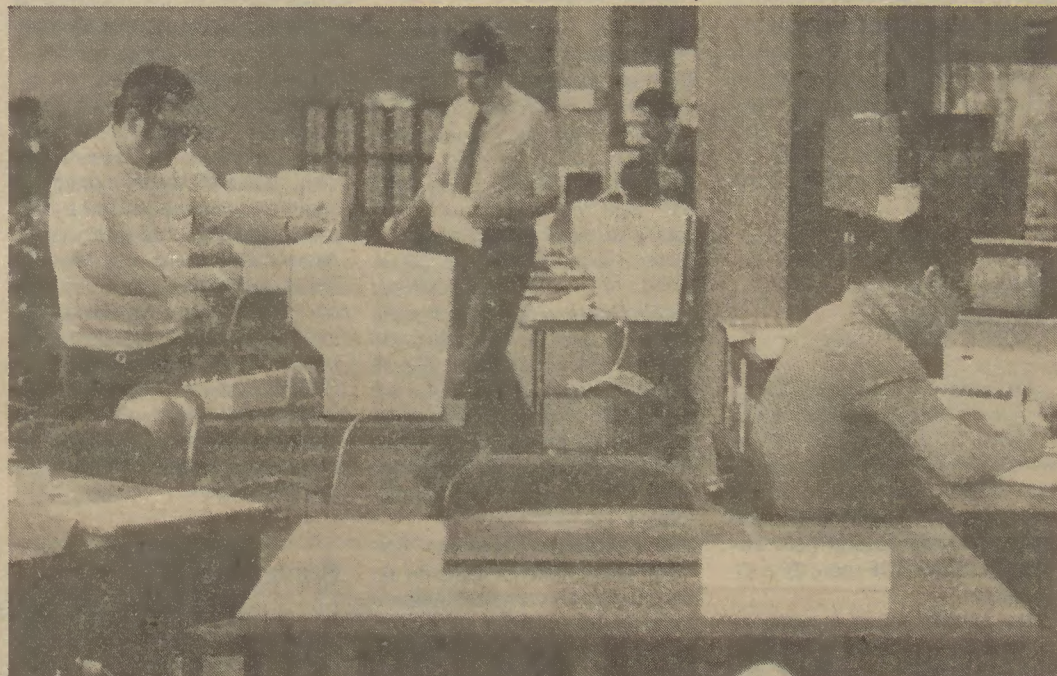
O trabalho vai continuar

Como foi referido no Encontro e se pode perceber de alguma coisa

a cada uma das 30 empresas, onde contactaram os trabalhadores. Esse tipo de iniciativas vai continuar e não deixará de ter os seus reflexos práticos, nomeadamente o aumento da sindicalização e da actividade sindical nas empresas de Informática.

O «mútuo acordo» serve-se das tecnologias

«O CESL e os trabalhadores de escritório que representamos — afirmava entretanto o Sindicato de Lisboa — não são contra o pro-



A Informática é um sector em expansão e a actividade sindical dos trabalhadores também está em fase crescente

Motoristas da Petrogal Em greve dia 23

Uma greve, que pode fazer-se sentir no abastecimento de produtos essenciais à população, foi decidida em plenários por todo o País. Aprovada por unanimidade,

a greve de 24 horas dos motoristas e condutores da Petrogal começa amanhã às sete da manhã do dia 23 e termina à mesma hora do dia seguinte.

Um telex de anteontem, emitido pela comissão executiva do conselho nacional da Federação da Química e Farmacêutica sublinha que «os trabalhadores decidiram não tornar mais radicais neste momento as formas de luta para que a população não seja prejudicada. Mas responsabilizam o conselho de gerência da Petrogal pelos danos causados e consequências futuras, caso se mantenha irredutível nas suas posições de recusar o diálogo».

Os gestores da Petrogal, da confiança do Governo, recusam negociar as seguintes reivindicações dos trabalhadores que aprovaram a greve:

- Melhor segurança rodoviária e formação profissional;
- Defesa dos postos de trabalho, contra a entrega de abastecimentos ao exterior;
- Justo enquadramento profissional.

Além da greve de 24 horas, os trabalhadores concentram-se junto da sede do conselho de gerência (dia 23, às três da tarde) e recusam-se a fazer horas extras (desde as 17 horas do dia 20 até às 24 do dia 29).

«nos no limiar do descontentamento.»

Convém acrescentar que, segundo os mecanismos da gestão sofisticada, a parte fixa do salário é relativamente insuficiente. Os prémios, comissões e outras formas variáveis de remuneração tornam o valor do salário muito incerto.

O secretismo da avaliação do trabalhador e as implicações que esta tem também para quem avalia dão origem a relações de trabalho marcadas pelo individua-

que atrás se disse, as empresas de informática têm sido um sector tradicionalmente difícil para a actividade sindical.

Essa actividade está, apesar das dificuldades que ainda subsistem, em fase crescente.

Com muita perseverança, o trabalho sindical vai dando os seus frutos. Fernando Penim Redondo, da Comissão de Trabalhadores da IBM, levou ao Encontro a experiência de trabalho deste organismo: a maior parte das propostas que a CT apresentou para me-

gresso, nem contra a utilização de modernas tecnologias nas empresas. Pensamos mesmo que elas são decisivas para os desafios com que o País se defronta.» Mas o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa recusa-se a aceitar que «a introdução de novas técnicas de informatização do escritório sirvam, como está a acontecer, para lançar no desemprego milhares e milhares de trabalhadores de escritório». O CESL cita especialmente os casos da Lever e da Bosch, que considera «sintomáticos». Na primeira dessas multinacionais, empregados de escritório são dispensados pelo conhecido processo do «mútuo acordo», sem que lhes permitam outra opção, designadamente a que primeiro ocorre: a formação profissional, a reciclagem. E segundo o CESL, trata-se de pessoal com contrato efectivo.

No entanto, a mesma empresa admite, «por cada três trabalhadores de escritório que saem um quadro bacharel em economia ou engenharia, com vínculo precário», pago mediante recibo verde.

«Estes trabalhadores não têm — acrescenta o CESL — qualquer formação no campo da informática, mas, obtida a precarização do emprego, a Lever já se dispõe, então, a submetê-los à formação profissional».

A Lever propõe-se, assim, segundo o CESL, reduzir de 400 para 100 o total dos seus trabalhadores num período de três anos.

Para acabar com a «lei da selva», que os sindicatos do sector consideram existir na introdução de novas tecnologias nos escritórios e na generalidade dos serviços, como é legítimo sublinhar, recordem-se as duas reivindicações principais de que recentemente o Sindicato (CESL) do Comércio, Escritórios e Serviços de Lisboa se fez porta-voz:

1. Que esse processo de introdução de novas tecnologias seja devidamente acompanhado nas empresas pelas estruturas representativas dos trabalhadores — e nunca à sua revelia;
2. Que as empresas sejam obrigadas a preparar acções de formação e reciclagem profissionais, em todos os casos em que se verifiquem alterações nos processos tecnológicos.

lismo e a competição entre colegas — e como isso agrada a quem arrecada os lucros!

A associação patronal é extremamente intransigente: em 10 anos, só um acordo de trabalho foi assinado com os sindicatos, sem intervenção do Ministério do Trabalho. Ao comentar esta situação,

lhorar as condições de trabalho na empresa foram, mais cedo ou mais tarde, aceites pela administração. Mas, à primeira, diziam sempre que elas eram inaceitáveis, «coisas de loucos»...

A preparação do Encontro levou dirigentes dos sindicatos da FEPCES a efectuar 2 ou 3 visitas



Trabalhadores**Com cada vez mais razões**

Professores preparam em todo o País a greve de 26 e 27 de Março

A uma semana da greve nacional dos professores marcada para os dias 26 e 27, aumentam as acções de mobilização e, como que de propósito, em estilo de provocação, aumentam também as já mais que suficientes razões para a luta que a classe docente vem travando: o Ministério da Educação e o próprio João de Deus Pinheiro fecham-se ao diálogo, não resolvem os graves problemas dos professores e do ensino e, ainda por cima, criam novas dificuldades e conflitos.

Ensino superior também pára

Os docentes do ensino superior da Grande Lisboa, reunidos na Faculdade de Letras, dia 10 de Março, por iniciativa do seu sindicato (SPGL), decidiram apoiar a realização da greve nacional dos professores convocada pela Federação (FENPROF) para 26 e 27 de Março.

Na reunião foram repudiados os recentes «decretos-lei elaborados pelo Governo que desfiguram a lei 6/87, da dedicação exclusiva». Na resolução, que os docentes aprovaram por unanimidade, afirma-se que a adesão à greve é integrada na luta «pela dignificação das carreiras docentes do ensino superior e investigação, pela manutenção do respectivo paralelismo e pela reposição da lei 6/87 da dedicação exclusiva e sua generalização às escolas superiores não integradas (institutos superiores de Engenharia e escolas superiores de Belas Artes)».

Nos dias de greve serão organizados debates nas escolas. Entretanto foi lançado um abaixo-assinado a apelar à participação de todos os docentes do ensino

superior na jornada de 26 e 27 de Março.

Cordão humano isolou o MEC

Na quinta-feira passada mais de mil professores, respondendo a um apelo da FENPROF, formaram um cordão humano que cercou o Ministério da Educação, levou uma mensagem de protesto à RTP pela forma como esta tem tratado os docentes e a sua luta e voltou à área do MEC. O Secretariado da Federação Nacional dos Professores apelou à intensificação das acções de mobilização para a greve nacional dos dias 26 e 27 e informou que está já a ser analisado o prosseguimento da luta após esta jornada e até que o Ministério negocie de facto e resolva os problemas dos professores e das escolas.

O secretário-geral da FENPROF encontrou-se, também no dia 12, com um representante do grupo parlamentar do MDP/CDE, na continuação de anteriores reuniões com deputados do PRD, PCP e PS. Foi salientada a «extrema importância e urgência» de a Assembleia da República ultimar o diploma que cria o Conselho Nacional de Educação, organismo considerado «de participação determinante para a implementação da Lei de Bases do Sistema Educativo».

Professores e Função Pública

Analisar a situação actual das escolas e dos que nelas trabalham foi o objectivo de uma reunião efectuada na passada semana entre a FENPROF e a Federação

Nacional da Função Pública (FNSFP). De acordo com o comunicado conjunto que estas estruturas sindicais divulgaram, «as duas organizações foram concordes na necessidade de desenvolver formas de acção articuladas que eficazmente contribuam para defender os interesses dos trabalhadores respectivos».

A Federação da Função Pública decidiu marcar para dia 27 de Março, segundo dia da greve nacional dos professores, uma greve nacional dos trabalhadores não-docentes dos ensinos básico e secundário, com concentração frente ao Ministério da Educação, às 16 horas. Estas formas de luta são consideradas, no referido comunicado da FENPROF e da FNSFP, como a «única e forma de levar o Ministério a alterar a sua actuação ineficaz e incompetente que tanto prejudica os jovens e o futuro do País».

Greve no ISEF

Na passada sexta-feira os estudantes, professores e funcionários do Instituto Superior de Educação Física de Lisboa fizeram uma greve de 24 horas, a qual teve uma adesão de praticamente cem por cento.

O ISEF está há mais de dez anos a trabalhar em regime de instalação, sem lei orgânica nem quadros de pessoal docente, auxiliar e administrativo. As eleições para os órgãos de gestão têm sido sucessivamente adiadas.

A greve de sexta-feira foi a primeira de uma série de paralisações pela vida democrática e a consolidação do desenvolvimento orgânico do ISEF: dia 17 pararam novamente os estudantes, dia 18 foram os docentes e hoje são os funcionários.

Educação pré-escolar

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa realiza hoje e amanhã, no Instituto Franco-Português, o II Encontro da Educação Pré-Escolar, que tem por lema «A criança une-nos, o futuro desafia-nos» e que discutirá o desenvolvimento da educação pré-escolar e o papel do jardim de infância, a formação dos educadores de infância, correntes pedagógicas e carreira docente.

Portugal é, de acordo com o SPGL, o País da Europa com menor taxa de frequência na educação pré-escolar.



Um cordão de mil professores ilustrou o isolamento do MEC e a disposição de luta dos docentes

LUTAS E TAREFAS

Congresso em Vila Real

Depois de amanhã, sábado, 21, aberto a todos os sindicatos, reúne-se o primeiro Congresso da União dos Sindicatos de Vila Real de Trás-os-Montes. Com um programa idêntico ao das assembleias deste tipo nas estruturas intermédias da CGTP-IN, o órgão máximo da USVR reclama direito ao trabalho, melhoria das condições de vida, defesa do regime democrático e uma política democrática de desenvolvimento do distrito, onde vivem 266 mil pessoas, 97 mil das quais constituem a população activa. Os trabalhadores por conta de outrem são 52 mil incluindo 13 mil mulheres e 17 500 jovens trabalhadores, estes últimos com idades até aos 25 anos. Dos assalariados, 17 500 trabalham na agricultura, 16 400 na indústria e 18 000 nos serviços. Catorze por cento dos assalariados (7300 em Julho do ano passado) são desempregados. Em finais de 1986, o patronato devia 150 mil contos de salários em atraso, afectando 1500 trabalhadores do distrito de Vila Real. As minas da Borralha e de Vale de Gatas estão encerradas. Cerca de 700 mineiros estão desempregados. O primeiro Congresso da União dos Sindicatos de Vila Real deve reflectir a degradada situação social que se vive no distrito, designadamente através da participação em massa na primeira iniciativa sindical do género realizada na região.

Paramédicos reivindicam

As razões da greve nacional dos paramédicos, em 5 e 6 do corrente, foram transmitidas ao representante do Presidente da República para os assuntos sociais e o trabalho. Recebida numa audiência em Belém, a direcção do Sindicato dos Técnicos Paramédicos (norte/centro) reivindicou «a aplicação efectiva da actual carreira dos técnicos paramédicos e a revisão da carreira dos técnicos sanitários, assim como o relacionamento com os outros grupos profissionais da Saúde». Num extenso dossier entregue durante a audiência, com a qual os dirigentes sindicais dos paramédicos se congratularam publicamente, referem

se as soluções que, segundo o Sindicato, «urge encontrar, tendo em vista as formas de luta», que prevê «mais acentuadas e radicais».

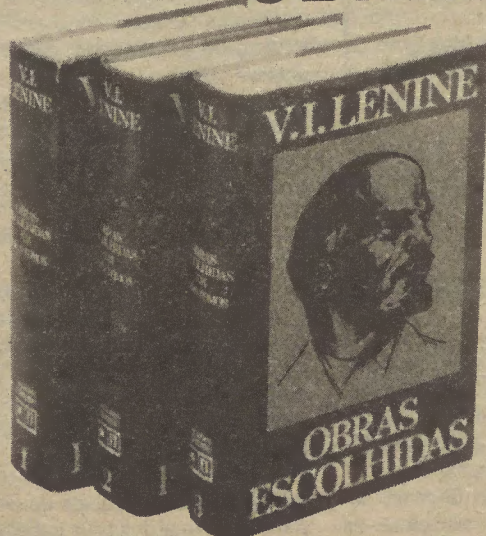
Teia do Governo contra a Rodoviária

A Comissão de Trabalhadores da RN (CCT/RN) acusa o Governo Cavaco de adoptar para a empresa uma «política de desmantelamento» que os gestores da nacionalizada dizem desconhecer. No entanto, a CCT estampa num comunicado do dia 5 alguns recortes de diversos órgãos de comunicação social, incluindo o «Diário de Notícias», nos quais «está claramente patente» a teia do desmantelamento, designadamente através de declarações públicas quer do ministro responsável pelo sector dos transportes, Oliveira Martins, quer do secretário de Estado, Sequeira Braga. Num comentário a tentativas que se desenham com bastante precisão, no sentido — «falsos objectivos» — da «viabilização»; «diminuição do esforço financeiro do Estado»; «recuperação económica da empresa» (expressões oficiais), a Comissão Central de Trabalhadores da RN (CCT/RN) sublinha a **questão da unidade** e escreve: «A teia tecida pelo Governo à volta do futuro da nossa empresa assemelha-se muito, na sua textura, à das aranhas: enreda, disfarça, dissolve. Apresenta-se, por isso mesmo, difícil de ser entendida por diversos trabalhadores. Sendo visível, desde há anos, o encaminhamento para que é conduzido todo o sector público pelos revanchistas, é evidente, no entanto, que o factor decisivo para parar a investida contra a Rodoviária Nacional, EP será o comportamento dos trabalhadores da empresa, em cujas mãos está realmente o futuro. Nesta conformidade, a CCT apela aos técnicos da RN para que deem o seu contributo na denúncia de todos os esquemas que estejam a ser preparados contra os interesses da EP (empresa pública) e do nosso povo, ao serviço do qual nos encontramos». O comunicado, que se dirige em especial aos quadros técnicos, termina com um apelo à «unidade de todos os trabalhadores e de todas as classes profissionais, no sentido da resistência e em defesa dos interesses comuns».

OBRAS ESCOLHIDAS DE V.I. LÉNINE

O ESSENCIAL DA OBRA DE LÉNINE NUMA TRADUÇÃO RIGOROSA

edições **Avante!**



PCP

Portugal e a CEE

Debates no distrito de Coimbra

As consequências da adesão de Portugal à CEE no plano agrícola constituíram tema de análise e discussão no último fim-de-semana em **Soure e Condeixa**. Assim se iniciou o ciclo de oito debates promovidos pela Comissão Distrital de Coimbra do PCP, e que se vão prolongar até ao próximo dia 28 (ver caderno **Agenda** desta edição), realizando-se em sete concelhos daquele distrito. Esta iniciativa, que conta com o patrocínio do Grupo Comunista e Afins do Parlamento Europeu, integra-se numa campanha de informação sobre a adesão de Portugal à CEE, como foi referido numa recente conferência de Imprensa para anunciar os debates. Estiveram presentes no encontro com os jornalistas os camaradas **Vasco Palva** do Comité Central do Partido, **Hermínio Martins** e **Jorge Gouveia Monteiro**, membros da Comissão Distrital de Coimbra do PCP. Como então foi revelado, «estes debates serão extensivos, ainda no primeiro semestre do ano, a toda a zona serrana do distrito».

Nos debates marcados até dia 28 está prevista a participação de dois deputados do Parlamento Europeu (**José Barros Moura** — jurista e ex-professor assistente da Faculdade de Direito de Lisboa e **Joaquim Miranda** — economista); de **Carlos Carvalhas**, deputado na Assembleia da República, membro do Conselho da Europa e do Comité Central do PCP; de **Rogério Brito** e **João Abrantes**, engenheiros técnicos agrários e deputados na Assembleia da República; de **Frederico Pereira**, técnico de pescas, além de outros técnicos e dirigentes distritais do PCP.

Defender os interesses nacionais

Ao serem questionados pelos jornalistas se estes debates significavam uma inflexão da posição do PCP sobre a adesão de Portugal à CEE, foi dito que o PCP mantém a afirmação de que a **Integração é contrária aos interesses do País**, que o PCP continua a insistir na revisão dos acordos com a CEE lesivos dos interesses nacionais. Além de clara-

demonstrou que o contrário é que é verdadeiro.

Na **Indústria**, o que de facto se verifica é um grande retrocesso. No sector das **pescas**, o único projecto do distrito (para aproveitamento de algas) não foi aprovado. Quanto ao número de projectos apresentados com base no Regulamento 797 (**Agro-Indústrias**), constata-se que dos 242 projectos a nível nacional, só foram considerados 7 do distrito de Coimbra e só 5 foram aprovados (4 dos quais de industriais privados). No **apoio directo ao agri-**

A propósito do FEDER

Quanto ao **FEDER**, trata-se do exemplo típico do carácter político dos fundos estruturais e da sua aplicação em Portugal:

1. Nenhuma autarquia do distrito recebeu até agora um centavo, apesar de terem sido anunciados (Fevereiro. 86) como aprovados 5 projectos — 3 para Oliveira do Hospital, 1 para Condeixa e 1 para Soure — no montante de 44 mil contos.

2. O exemplo de **Coimbra**: a Câmara Municipal candidatou-se a financiamentos para 1985 no valor de 2 milhões e 765 mil contos (dos quais 1 539 000 de primeiras prioridades), mais 2 664 027 contos para 87 e 2 102 877 para 88, não tendo recebido até ao momento um único tostão.

3. O exemplo da **Figueira da Foz**: a Câmara Municipal candidatou-se a 1 milhão e 150 mil contos para 85/86, de um total de 12 projectos, no valor de 4 milhões de contos.

As autarquias que fizeram despesas com os projectos enviados e avançaram com obras na expectativa do financiamento, não têm agora dinheiro para efectuar o pagamento dessas mesmas despesas.

4. O papel da **Comissão Coordenadora da Região Centro**:

criou uma «conjuntura optimista» em ano de eleições autárquicas, pressionando as Câmaras para que apresentassem projectos. Os resultados estão à vista — a Câmara de Coimbra vê-se agora a braços com a necessidade de renegociar tudo por não ter projectos (já que só enviou fichas de obras) e teria que acabar as obras das circulares em Junho. 87!!!

Propostas

Por último, os jornalistas presentes perguntaram se o PCP não se limita a ter uma posição crítica e negativa. Foi respondido que a realização destes debates e a actuação dos deputados comunistas no Parlamento Europeu desmentem tal posição do PCP, embora, como é óbvio, as críticas tenham de ser feitas quando há lugar para elas.

No que diz respeito à actuação no **Parlamento Europeu**, são de destacar as seguintes propostas: **concretização de um programa para o desenvolvimento da indústria portuguesa; medidas de recuperação económica e de promoção do emprego produtivo nas regiões industriais em declínio, nomeadamente, Setúbal, Covilhã, Tramagal, Bacia carbonífera do Douro e Marinha Grande; apoio à pesca artesanal em Portugal; defesa do património florestal do País e combate à plantação indiscriminada de eucaliptos.**



Inaugurado o novo CT em Viana

Foi num ambiente de entusiasmo vibrante e de alegria, onde não faltaram os Zés Pereiras e a sua animação, que os comunistas de **Viana do Castelo** inauguraram, no 66.º aniversário do Partido, o novo Centro de Trabalho na capital do Alto Minho. Tanto no momento de inauguração e na visita ao CT, localizado no coração da cidade, como no jantar de confraternização realizado depois nas instalações dos Bombeiros (com cerca de 250 pessoas) participaram dirigentes locais do Partido, os camaradas da Comissão Política **José Vitoriano** e **António Lopes**, e delegações do MDP, PRD e PS. Entre os oradores do jantar-convívio contaram-se representantes da célula do Partido nos Estaleiros Navais (ENVC), Comissão Concelhia local, Comissão Distrital de Braga, José Vitoriano e membros do MDP e PRD.

Entretanto, ao mesmo tempo que a célula dos Estaleiros Navais, organismo com grandes responsabilidades na construção do êxito desta iniciativa, já pôs em circulação o seu boletim informativo dedicado à campanha, camaradas do sector da Saúde ofereceram um carro usado, cuja venda reforçará a conta n.º 210193002, do Banco Nacional Ultramarino (BNU) em Viana do Castelo...



mente denunciados os perigos resultantes do processo de adesão, reafirmou-se que o PCP está em condições únicas para defender com firmeza esses mesmos interesses e a soberania nacionais, por três razões fundamentais:

1.ª — Por ter estudado profundamente as consequências da adesão; 2.ª — por ter falado verdade aos portugueses; 3.ª — por não ter necessidade de esconder os perigos que ameaçam a economia nacional.

Para que de facto os interesses nacionais e a sua soberania sejam definitivos, o PCP considera ser fundamental a luta de massas e a acção dos comunistas no seio das instituições, quer em Portugal, quer na CEE, em particular no Parlamento Europeu.

Distrito de Coimbra: onde é que estão os benefícios?

Ao ser colocada a questão se o distrito de Coimbra não foi já beneficiado pela adesão, claramente se

cultor, nada há aprovado, sendo significativa, até, a escassez de projectos aceites na Direcção Regional do MAP — num total de 183 da Beira Litoral, só 26 eram do distrito. O que se verifica na Agricultura é que os agricultores começam a sentir cada vez mais os efeitos negativos da adesão de Portugal ao Mercado Comum.

O plano de reconversão das **explorações leiteiras** visa eliminar 80% dos produtores, prevendo «apoios» para explorações com mais de 4 hectares. As portarias recentemente publicadas apontam para a diminuição do preço do leite de classe B, para os industriais invadirem a zona de recolha das cooperativas, etc. No plano olivícola (PIDAC), aponta-se para o apoio ao arranque das oliveiras em 13 dos 17 concelhos do distrito, admitindo-se apenas a reconversão em 4 concelhos.

Também no sector das vinhas se aponta para o arranque das mesmas, sendo significativa a re-provação de todos os projectos de desenvolvimento. Outros exemplos foram dados.

Da Região Autónoma da Madeira

Dois bilhetes postais...

A situação social que se vive na Região Autónoma da Madeira é abordada no documento com as conclusões da recente reunião plenária da DORAM do PCP, que chama a atenção para o constante aumento do custo de vida, traduzido em 18,7 por cento de aumento em Dezembro de 1986 comparando com o mesmo mês de 1985 (dados do Serviço Regional de Estatística). Só que desde o Natal até agora já se registaram mais aumentos, alguns considerados mesmo «brutais», como sucedeu com os transportes públicos, as taxas de electricidade e dos contadores e ainda as consultas de especialidade.



Além de se referir aos problemas do desemprego, salários em atraso e trabalho precário, a DORAM do PCP aponta o agravamento das dificuldades dos agricultores e caseiros, como resultado da imposição das normas da CEE, verificando-se que o entrave ao escoamento da banana já se verifica em zonas à beira-mar como a **Ribeira Brava** e a **Ponta do Sol**. O PCP, através da Direcção da Organização na Madeira, sublinha também a difícil situação que se mantém para grande parte dos caseiros que continuam a defrontar-se com os elevados preços da terra pedidos pelos senhorios ou avallados pelos técnicos.

PCP

Porque é que o Governo Cavaco

(88 dos 250 deputados da AR) continua no Poder?

Mais de um ano decorrido sobre a sua tomada de posse e analisando a actuação do Executivo a que preside, podemos constatar que a única coisa que Cavaco e Silva fez e continua a fazer com eficácia é demagogia e servir os interesses do capital — afirmou Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, durante a intervenção que proferiu no último domingo na cidade do Porto, onde se referiu em pormenor às questões da alternativa democrática e às atitudes do PRD e PS, como veremos mais adiante.

Falando no comício do **Porto em Festa**, o dirigente comunista caracterizou os efeitos da política do Governo na vida dos trabalhadores, das empresas e das populações, e desmontou o «milagre económico» de que se gaba Cavaco. Como afirmaria Octávio Pato, «a acção do Governo tem sido canalizada no sentido da destruição do processo produtivo, seja na indústria, seja na agricultura, onde continua a cometer as maiores ilegalidades na zona da Reforma Agrária».

A este propósito acrescentaria o dirigente comunista:

«Aqui temos também que assacar responsabilidades ao PS e PRD que, pelas suas ambiguidades, permitem que o Governo continue impunemente a actuar no sentido da destruição das UCP's e Cooperativas e na entrega ilegal de reservas.

«Tendo sido rejeitado o projecto de lei do PCP, com vistas à suspensão da entrega de novas reservas, foram aprovados na generalidade, no dia 8 de Janeiro, dois projectos de lei, um do PS e outro do PRD, projectos que deveriam baixar à comissão e 10 dias depois subir novamente a Plenário para a sua aprovação final. Pois bem, mais de dois meses são passados e os dois projectos continuam na gaveta, e se o Governo prossegue a ofensiva destruidora da Reforma Agrária tal se deve à passividade ou conivência do PS e do PRD.

«A verdade, segundo informam os trabalhadores, desde esse dia 8 de Janeiro, o Governo, ilegalmente portanto, já entregou 13 reservas com mais de 4000 hectares, 15 UCP's/Cooperativas foram notificadas da abertura de mais nove processos e três despachos finais, que lhes retiram outros 4000 hectares.

«Tudo isto, nove anos depois de ter terminado o prazo para o pedido de reservas e mais de oito anos após o prazo limite para a execução dos processos.

«A par disto, o Governo recusase a cumprir cerca de 400 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores e nega crédito e subsídios (...).

Séria ameaça

Sobre a necessidade urgente de demissão do Governo minoritário de Cavaco Silva e os problemas que se colocam à viabilização duma verdadeira alternativa democrática, o camarada Octávio Pato afirmaria no comício do **Porto em Festa**:

«Não é ficção literária mas uma realidade viva, dizer-se que a continuação do Governo Cavaco Silva representa uma séria ameaça para o País e para o regime democrático.

«Quando se ouvem ou se lêem discursos ou afirmações de diversos dirigentes de partidos de oposição democrática (seja do PS, seja do PRD) verifica-se que também eles contestam a política do Governo e, em variados casos, re-

velam apreensões coincidentes com as do PCP. Mas, se é assim, o povo português tem o direito de perguntar: então, porque se permite que continue no poder o Governo minoritário do PSD de Cavaco e Silva que conta somente com 88 dos 250 deputados da Assembleia da República?

«A pergunta é mais que legítima e a resposta é fácil de dar: se o Governo minoritário de Cavaco Silva ainda está no poder, é porque o PS e o PRD (mas especialmente o PS) o deixam continuar a governar. De todos os grandes partidos democráticos de oposição, há um único que se esforça afinadamente para estabelecer uma convergência política que conduza à demissão do actual Governo e à formação de um governo democrático. Esse partido é, sem qualquer margem para dúvidas, o PCP.

As declarações de dirigentes do PS

«Um dos principais dirigentes do PS (António Guterres) afirmou há dias que "o interesse fundamental do PS é não voltar ao poder antes da realização de novas eleições". Nós perguntamos: haverá antagonismos entre os interesses fundamentais do PS e os do País? Não indicarão os interesses fundamentais do País que não se deve esperar por novas eleições para demitir o Governo de Cavaco e Silva?

«Um outro dirigente do PS (Torres Couto, o chefe divisionista da UGT) afirmou recentemente: "Mesmo fazendo asneiras este Governo pode apresentar saldo positivo." Como se vê, para Torres Couto, a política do actual Governo não é má, o que é mau é ele fazer asneiras e, por isso mesmo acrescenta: "O Governo é minoritário e como tal tem de saber encontrar apoios para as suas medidas..."

«Na mesma linha de pensamento, outro dirigente do PS (A. Barreto), declarou que antes mesmo da formação deste Governo, "sonhava com um governo de legislatura, ainda que fosse chefiado por Cavaco e Silva".

Constâncio e o «pacto de regime»

«Citámos declarações de três dirigentes do PS, declarações objectivamente coniventes com a política e a sobrevivência do Go-

• Octávio Pato explicou

verno Cavaco e Silva. Daí haver motivos para sérias apreensões quando, ainda há dias, é o próprio secretário-geral do PS Vítor Constâncio que afirmou estar o PS disponível "para um pacto de regime que possibilite uma revisão consensual da Constituição".

«Decerto que Vítor Constâncio não está a pensar num consenso entre os partidos democráticos de oposição (o PS, PRD, PCP, MDP e os Verdes) porque, se assim fosse, procuraria estabelecer entre eles uma plataforma política convergente de alternativa democrática ao actual Governo de direita.

«Esta afirmação de V. Constâncio faz-nos recordar que, ainda não há muito, Correia de Jesus, secretário de Estado de Cavaco e Silva declarou que "não temos uma Constituição portuguesa" e que no actual quadro da Assembleia da República "não existem condições para fazer qualquer revisão digna desse nome", ou seja, para esse sr. secretário de Estado, isto é, para o Governo, é preciso modificar o actual quadro da AR para se rever a Constituição e assim se poder varrer as conquistas da Revolução de Abril, que nela estão consagradas.

Não são necessárias eleições antecipadas

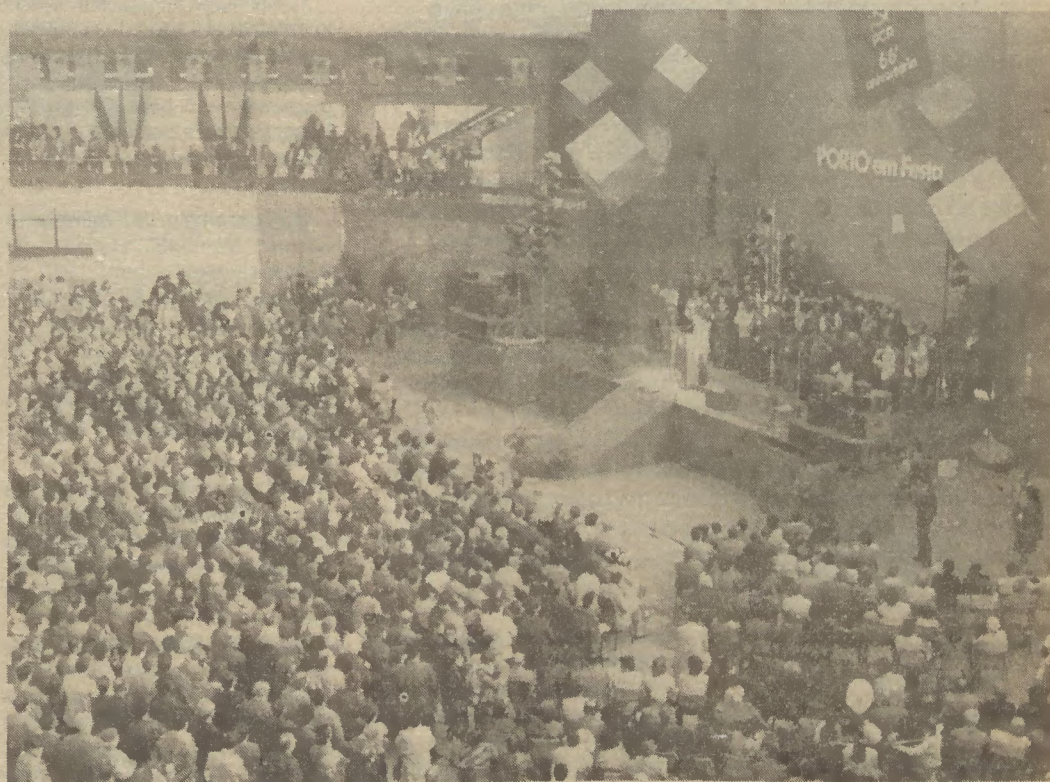
«Como se sabe são necessários dois terços de votos do total de deputados para qualquer revisão da Constituição e esses dois terços correspondem exactamente à soma de todos os deputados do PSD, do CDS e do PS. Mesmo que fosse este o consenso referido por V. Constâncio para o tal "Pacto de Regime", ele seria demasiado tangencial para assegurar a revisão que a direita ambiciona.

«É por isso que a direita, e muito especialmente o PSD do Governo Cavaco e Silva, se prepara para provocar eleições antecipadas, quando considerar oportuno fazê-las, e isso na esperança de que assim a direita poderá reforçar as suas posições na Assembleia da República. E quando o PS declara que "não voltará ao poder antes da realização de novas eleições", não é segredo para ninguém que a sua grande esperança é aumentar a sua representação parlamentar à custa do PRD (e não dizemos também à custa do PCP, porque eles sabem que esse sonho é irrealista).

«Se a realização de eleições antecipadas levassem ao reforço da direita e do PS no quadro parlamentar, então já seria mais fácil rever a Constituição, tal como a direita ambiciona.

«Mas se tal sucedesse, não seria a democracia que sairia vitoriosa e reforçada mas sim as forças da direita e criar-se-ia uma situação em que a natureza reaccionária do actual Governo se manifestaria com força acrescida.

«Os interesses do País e da democracia indicam claramente que não são necessárias eleições para mudar de governo e de política, pois os partidos democráticos dis-



Durante o comício do «Porto em Festa», no Palácio de Cristal, no último fim-de-semana

põem na Assembleia da República de uma substancial maioria. Se isso ainda não se verifica é indubitável que tal responsabilidade cabe principalmente ao PS.

«Pelas declarações de dirigentes do PS, num passado recente, poder-se-ia admitir que o PS, que é o partido democrático com maior representação parlamentar, recusava liderar a formação de um governo de alternativa democrática, principalmente porque receava assumir responsabilidades. Actualmente, e tendo em conta não somente as declarações recentes de dirigentes do PS mas também a sua prática política, tem-se o direito de admitir, ou até mesmo de concluir, que o PS é, objectivamente, conivente com a sobrevivência do Governo de Cavaco e Silva, como é igualmente conivente com múltiplos aspectos da política do actual Governo. É por tudo isso que o PS recusa contribuir para a formação de um governo de convergência democrática, mesmo que liderado pelo próprio PS.»

(...)

Já era tempo de o PS e o PRD compreenderem...

Noutra passagem da sua intervenção, o dirigente comunista comentou:

«Fez há dias um ano que o País e o regime democrático estiveram seriamente ameaçados pela possível eleição para a Presidência da República do candidato da direita revanchista, Freitas do Amaral. Ante tal ameaça, o PCP tomou a corajosa decisão política de tudo fazer para derrotar o candidato da direita revanchista. A decisão do PCP, como todos reconheceram, foi decisiva para a derrota de F. Amaral e eleição de Mário Soares.

«Então, mais uma vez se provou que o PCP é um força indis-

pensável e insubstituível para a defesa dos interesses nacionais e do regime democrático saído da Revolução de Abril.

«A ampla convergência que então se criou para assegurar a derrota do candidato da direita revanchista criou uma situação nova e abriu possibilidades de diálogo e de convergência sobre múltiplos aspectos.

«Porém, lamentavelmente, certas forças e sectores democráticos não extraíram as necessárias lições dessa convergência e permitiram que o PSD e Cavaco e Silva, que foram derrotados nas eleições presidenciais, pudessem continuar a governar e a realizar a sua política antinacional e antipopular.

«Já era tempo de o PS e o PRD compreenderem que a defesa dos interesses do País são inseparáveis da defesa e consolidação do regime democrático consagrado na actual Constituição, e tais objectivos só se poderão conseguir com a cooperação e o apoio do PCP e dos trabalhadores.

«Não é marginalizando o PCP ou lutando contra o PCP e os trabalhadores, é sim com os trabalhadores e o PCP que o País poderá sair da crise em que está mergulhado e que a democracia poderá ser defendida e consolidada.

Descontentamento popular

«Parece que o PS e o PRD orientam muitas das suas posições pelas sondagens que outros fabricam ou forjam consoante as suas conveniências. Mas parece ser evidente que estão bastante distanciados da auscultação real do estado de espírito das massas populares e da sua crescente disposição de luta.

«Se fizerem tal auscultação serão levados a concluir que o descontentamento popular abrange todas as camadas sociais

e que esse descontentamento cresce em cada dia; serão levados a concluir que a luta das massas cresce igualmente em cada dia e que estão em luta centenas de milhares de trabalhadores, muitos milhares de agricultores, assim como médicos, enfermeiros, professores, pequenos e médios empresários, intelectuais e quadros técnicos, e lutam não somente pela melhoria das suas condições de vida, mas também contra a política do actual Governo, lutam em defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, lutam em defesa da democracia e da independência nacional.

Lutas da juventude

«Há um ano atrás, na campanha das eleições presidenciais houve erradamente quem concluísse que a juventude estava ou adormecida ou com as forças de direita. Hoje, assistimos a um grande surto de lutas da juventude e muitas dezenas de milhares de jovens (estudantes, trabalhadores, desempregados) lutam decididamente pelo direito ao trabalho, pelo acesso ao ensino, pelo direito à vida, por um futuro de paz e felicidade.

«As crescentes lutas da juventude e das massas populares em geral, mostram haver uma mutação qualitativa de que nenhuma força ou sector democrático pode ficar indiferente.

«Os que ficarem indiferentes serão inevitavelmente ultrapassados pela força da combatividade das massas populares.

«O desenvolvimento da luta de massas, o reforço de todas as estruturas e movimentos unitários, o reforço das organizações do Partido e a melhoria de toda a sua actividade, são aspectos bem visíveis para todos os que querem ver e para todos os que confiam na luta. (...)

PCP



O Porto esteve em festa

Dois dias de sol e temperatura amena, própria da Primavera que não vem longe, dias de vontade para um passeio à beira-mar ou pelas margens do Douro. Esta vontade não impediu, porém, que muitos portuenses dessem um salto ao Palácio para estar no «Porto em Festa». Viram, sim, o Douro, de longe, estendendo-se por Massarelos e a Arrábida, pela Afurada e Canidelo, na outra margem, até à Foz.

A amiga que se encontra e não se via há tanto tempo. Um «porto» que se bebe em Gaia, a manta de trapos que veio de Pardilhó/Aveiro, bonita, ficam os olhos nela; uma planta que se pode comprar no Comité Local ou, então, as meias quentes da Póvoa, com a esperança de só as utilizar no próximo Inverno. Filigranas de Gondomar, um «jesuíta» em Santo Tirso, uns brincos bem grandes na Juventude, uma flor minúscula que nos põem ao peito, pela Paz. Mais um livro ou um disco que se leva da banca da CDL, um monte deles das bancas das Associações de Amizade, o calor do amarelo, vermelho e negro do espaço de solidariedade com Angola, uma exposição bem preparada sobre o Partido e a luta «aqui», no distrito do Porto. Um impressionante documento sobre o movimento operário, os seus avanços e recuos, as vitórias, cem anos de vida e da luta da classe operária mundial contidos no primeiro anel do Palácio de Cristal, anel da solidariedade internacionalista com os trabalhadores de todo o mundo, na luta comum pela liberdade, a democracia e o socialismo, imagens de ontem em que a luta dos trabalhadores de hoje se reconhece.

De tudo isto foi feito o «Porto em Festa». E o de 1987 foi ainda festa dos trabalhadores, dos jovens e dos mais velhos, que acorreram aos milhares, ao Palácio de Cristal e, colectivamente, comemoraram o 66.º aniversário do Partido da classe operária.

Uma festa que incluiu um grande comício com as palavras iniciais do camarada João Fonseca, membro suplente do CC e da DORP, que, em jeito de balanço, salientou a capacidade de organização e de iniciativa dos comunistas e a necessidade do reforço da campanha organizativa que decorre. Referiu em traços largos a situação social no distrito do Porto, lembrou a realização em Julho próximo da «nova» Festa da Alegria.

Além do camarada Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, que encerrou o comício (ver pág. 6), participaram na Mesa os camaradas Edgar Correia e António Lopes, membros suplentes da Comissão Política do CC, vários membros do CC e da DORP, das Comissões Concelhias e principais organismos de direcção de classe e células de empresa.

Houve quem tivesse dançado toda a noite de sábado com o «Diapasão» e depois na «discoteca». Houve quem levasse as crianças à manhã infantil, no domingo. Houve quem cantasse com Samuel e com Paulo de Carvalho. Houve quem fosse apenas para ver e ouvir. Houve muita alegria e confraternização. E não faltou a reflexão e o debate sobre o movimento que vivemos. Saiu mais forte a consciência e a determinação para as tarefas que estão pela frente.

Eram esses os objectivos do «Porto em Festa». E foram atingidos.



Assembleias das organizações

Concelhia de Alpiarça

Com a participação de 200 delegados oriundos dos vários sectores da vida do concelho, decorreu recentemente a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia de Alpiarça, no distrito de Santarém. Os trabalhos foram também acompanhados por cerca de três centenas de convidados.

«Reforçar a organização, fortalecer o Partido, retomar Abril» foi

o lema que presidiu à Assembleia, realizada no novo Centro de Trabalho do Partido na vila, e na qual também participou o camarada **Blanqui Teixeira**, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, que fez a intervenção de encerramento.

Momento importante da Assembleia foi a eleição por unanimidade

da nova Comissão Concelhia, constituída por 18 elementos. Onze transitaram da anterior, que era constituída por 30 camaradas.

Temas como a economia do concelho e as propostas do Partido para o seu desenvolvimento, as condições de vida dos trabalhadores e da população, as acções de massas, o trabalho autárquico

e aspectos da vida interna do Partido — presentes no relatório da Comissão Concelhia cessante — estiveram em apreciação no decorrer da Assembleia neste concelho onde o Partido tem grandes responsabilidades não só nos órgãos autárquicos como noutras expressões da vontade popular e das estruturas representativas dos trabalhadores.

Freguesia do Guardão (Tondela)

Vai realizar-se já no próximo sábado, dia 21, a 1.ª Assembleia da organização dos comunistas da freguesia do **Guardão**, no concelho de Tondela, distrito de Viseu.

Integrando-se na actual campanha de reforço organizativo do Partido, a Assembleia, convocada pela Comissão de Freguesia do PCP, é encarada como «um im-

portante acontecimento não apenas no plano da vida partidária, mas também na vida da região caramulense». Marcada para as 21 horas, no Centro de Trabalho do PCP no Caramulo, esta Assembleia reúne os seguintes objectivos essenciais, como nos refere uma nota da SIP/Comissão Distrital de Viseu:

• Proceder a um balanço da

actividade local do Partido; caracterizar os condicionamentos de ordem política, económica e social em que a actividade partidária ali se desenvolve; proceder também ao levantamento dos principais problemas e entraves ao desenvolvimento do Caramulo; apontar as mais importantes tarefas fu-

turas que se colocam à organização local e proceder à eleição do organismo dirigente do trabalho do PCP no Caramulo e no conjunto da freguesia do Guardão.

O camarada **Carlos Fraião**, membro suplente do Comité Central, participará nos trabalhos da 1.ª Assembleia do Guardão.

Célula da SFUAP (Almada)

Decorreu recentemente a 1.ª Assembleia da célula dos dirigentes, colaboradores e trabalhadores da SFUAP-Sociedade Filarmonica União Artística Piedense.

Os objectivos orgânicos e o plano de orçamento para 87 foram discutidos e aprovados pela Assembleia, que elegeu por unanimidade o seu secretariado, órgão de

direcção da célula até à próxima Assembleia.

Participou nos trabalhos o camarada **João Bernardino**, membro da Direcção Regional de Setúbal (DORS) e do Comité Central, que abordou a actual situação política e social. A campanha de reforço organizativo do Partido, em curso a nível nacional, foi tam-

bém tema saliente do debate proporcionado pela Assembleia.

Contando com aproximadamente 12 600 associados e movimentando largas centenas de atletas (ginástica, judo, halterofilia, natação, etc.), a SFUAP é uma das grandes colectividades populares do concelho de Almada e do País,

nunca sendo de mais salientar o seu papel dinamizador não só na área do desporto, como das actividades culturais. A SFUAP tem uma banda e orquestra ligeira, biblioteca, coro e teatro, escola de música, cinema, etc.

Recentemente, a SFUAP foi distinguida pelo Comité Olímpico Português.

Sector da Saúde da ORL

A política do Governo Cavaco para a Saúde e as derrotas que tem sofrido, a deficiente qualidade dos cuidados que estão a ser prestados à população, as propostas do Partido para a alteração da situação actual e questões da vida interna da organização estiveram no centro do debate proporcionado pela 4.ª Assembleia do Sector da Saúde da ORL do PCP, realizada no último sábado, dia 14. Entre os participantes, encontravam-se os camaradas do Comité Central, **José Casanova**, membro da Comissão Política e **Marília Vilaverde Cabral**, da DORL.

Decorrendo em ambiente fraterno e muito vivo, a Assembleia fez a apreciação crítica da actividade política e partidária do Sector desde a última Assembleia (1982). Em análise estiveram, por exemplo, as deficiências da organização do Partido nos locais de trabalho, a par da actividade que os comunistas aí desenvolvem, que fica, em muitos casos, aquém das necessidades que a situação actual exige. A propósito, foi relacionado com essas questões o problema da estagnação do número de militantes existentes. Para enfrentar as deficiências, a Assem-

bleia aprovou um conjunto de medidas concretas.

Além da discussão dos vários temas em agenda, a 4.ª Assembleia dos comunistas da Saúde da Organização Regional de Lisboa elegeu o novo organismo de direcção do Sector, constituído por 35 camaradas, dos quais 40 por cento são mulheres.

Conferência de imprensa

O Sector da Saúde da ORL promoveu na última semana uma conferência de imprensa onde a política de Saúde do Governo minoritário de Cavaco Silva e concretamente do Ministério Beleza foi condenada e criticada com elementos e factos de inegável gravidade. O deputado comunista **Jorge Lemos** e os médicos **João Proença**, **Maria do Rosário Matos**, **Rui Pinhão** e **João Proença**, membros do PCP, estiveram no encontro com os jornalistas.

«Bem dentro da linha política geral do Governo de Cavaco Silva, a ministra tem orientado a acção

do seu Ministério no sentido dos interesses monopolistas na área da saúde e no das multinacionais da indústria e comércio farmacêuticos», salienta o documento divulgado na conferência de imprensa, que acrescenta:

«Dispondo do pior orçamento de sempre (9,2% do OE), o que é um claro indicador do desprezo deste Governo pela qualidade de vida dos portugueses, a ministra Beleza tornou-se exímia na propaganda e demagogia, arranjando êxitos e sucessos onde só se pode descortinar insuficiência, incompetência, corrupção e compadrio».

«O caso da/s urgência/s é paradigmático. Entrou de rompante, aquando da tomada de posse, a prometer a solução do problema da urgência na região de Lisboa, mas hoje, passados 2 anos, a situação de ruptura é total, levando à demissão dos responsáveis pelos serviços e deixando em condições indescritíveis os utentes dos chamados «Bancos» centrais. E no entanto o PCP apresentou em devido tempo as soluções a curto e médio prazo, capazes de solucionar tão grave problema se para isso houvesse vontade política: a abertura do atendimento

permanente em todos os centros de saúde dotado de meios técnicos e humanos convenientes, a abertura de urgências nos Hospitais Egas Moniz e Pulido Valente dotando-os de meios humanos e materiais indispensáveis, até à conclusão dos novos hospitais distritais de Amadora-Sintra e Loures.

«Mas Beleza tinha a «solução» no bolso, já aí temos anunciado e baptizado (mas longe de estar acabado) o Hospital de S. Francisco Xavier. E, contudo, o que é o HS Francisco Xavier (vulgo clínica do Restelo)? Não é como diz a ministra a solução dos problemas da urgência, nem foi comprado a pensar nos utentes dos serviços de saúde. A **Clínica do Restelo** não é mais do que um negócio de milhões para ajudar a **Companhia de Seguros Império** e promover várias empresas do «holding» Lisnave. No fundo é mais um serviço aos que pretendem restaurar o antigo grupo monopolista dos Mellos, sem constituir qualquer solução para os problemas da urgência em Lisboa. E tanto é assim que nem a própria ministra sabe exactamente quem é o que vai ficar neste hospital!»

Açores: destruições em obras marítimas

O mau tempo não explica tudo

• Requerimento do deputado do PCP

O deputado do PCP na Assembleia Regional dos Açores, camarada **José Decq Mota**, membro suplente do Comité Central do Partido, endereçou um requerimento ao Governo Regional em que se aponta a necessidade de uma ampla, séria e fundamentada discussão sobre as causas, próximas e remotas, das sucessivas destruições verificadas ultimamente pelos temporais em obras e estruturas portuárias já concluídas.

Usando o seu direito constitucional, estatutário e regimental de pedir elementos e informações, o deputado comunista, como assinala uma nota divulgada pelos serviços da representação parlamentar do PCP na Assembleia Regional dos Açores, pretende fundamentalmente neste momento não só dispor de um quadro de avaliação rigoroso, como também contribuir para que essa avaliação seja feita por forma a possibilitar o necessário aprofundamento da matéria em causa.

Diz a dado passo o requerimento dirigido por Decq Mota:

«Todos temos bem presente estarem as nossas ilhas, de há longo tempo, a serem fustigadas por frequentes temporais. Na sequência de tais temporais têm sido afectadas em maior ou menor grau diversas obras marítimas, elas próprias de maior ou menor dimensão. Tal situação, por se ter tornado de alarmante frequência, gera na opinião pública, legitimamente, a sensação de que nem tudo irá bem no que toca a projecto, execução e fiscalização de tais obras, restando, em muita gente, a convicção de que nos últimos tempos se tem «deitado ao mar» muitos recursos de enorme importância para esta Região. A situação criada pelas frequentes destruições em obras marítimas exige, naturalmente, um aprofundamento que tem que ir muito além da constatação de que o «tempo tem estado muito mau»».

Domingos Mealha

O Encontro sobre o Sector Mineiro e esta forma diferente de fazer política

O PCP realizou, no passado domingo, em Coimbra, um Encontro sobre o Sector Mineiro. Mais uma vez se reuniram comunistas de todo o país para fazer política, no pleno sentido da expressão: discutir questões concretas, apontar a causa de problemas graves, propor soluções para desenvolver um sector estratégico da economia nacional, dizer o que é bom e o que é mau do ponto de vista dos interesses de Portugal e dos que o fazem melhor com o seu trabalho. Mais uma vez os comunistas levaram a cabo uma iniciativa que podem classificar — e classificam — como «uma valiosa contribuição para o estudo, análise, caracterização da situação, equacionamento dos problemas e a sua resolução» e «o mais profundo diagnóstico, do ponto de vista político e económico, deste sector, até hoje realizado em Portugal por qualquer força política».

Mas está errado o leitor que se deixe ficar por estes «mais uma vez»...

É que, desta vez, estavam em discussão os ricos recursos minerais do país, a penetração do capital estrangeiro, os prejuízos que vêm para Portugal do facto de esses recursos nunca terem sido plenamente aproveitados, quando poderiam contribuir para o desenvolvi-

mento independente da economia nacional.

Foi discutida a actual crise do sector mineiro, as suas consequências, os motivos que estão na sua origem. Mineiros da Panasqueira, do Lousal, do Pejão, de Moncorvo, de Aljustrel levaram ao Encontro os graves problemas sociais

com que se deparam e a luta que travam por melhores condições.

Um encontro de trabalho — atenção ao que lá foi dito!

O Encontro sobre o Sector Mineiro foi, pela forma como decorreu e pelos resultados que permitiu, uma reunião de trabalho cujo significado ultrapassa largamente os limites partidários.

Por isso não é de mais chamar a atenção de quem queira conhecer, simplesmente, ou estudar a fundo a problemática dos recursos minerais no nosso país para o riquíssimo conteúdo do documento que serviu de base à discussão preparatória (e que foi apresentado no Encontro na sua 5.ª versão) e das intervenções feitas durante o passado domingo na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Tomemos, por exemplo, um texto de 12 páginas sobre os grandes projectos minero-metalúrgicos, apresentado no Encontro por Florêncio Bernardes, e que desenvolve a ideia, expressa por várias vezes, da elaboração e concretização de grandes projectos nacionais de desenvolvimento, de que são «importantes exemplos a nível de toda a economia» o Plano Siderúrgico Nacional/Moncorvo, o Aproveitamento Integrado de Pirites, a Metalurgia do Cobre.

«Contudo — afirma —, no plano mais



vasto da cadeia de actividades extractivas/actividades metalúrgicas e/ou químicas de base, são de destacar importantes projectos minero-metalúrgicos». Após o «designadamente» da praxe, vem a descrição e análise dos projectos de Moncorvo (Ferro), de Neves-Corvo (Cobre), dos Concentrados de Aljustrel (zinco, chumbo e prata), do Tungsténio («os jazigos da Panasqueira, Borralha e Santa Leocádia incluem-se entre os mais importantes da Europa Ocidental»), do Estanho (há mais de 400 concessões, mas só uma pequena parcela tem estado activa), do Quartzo (ferro-silício).

Fernando Sequeira, que falou sobre

aspectos da apropriação das riquezas minerais nacionais pelo capital estrangeiro, referiu a dado passo um aspecto menos conhecido deste fenómeno: «as ambições das transnacionais, designadamente da Rio Tinto Zinc, pelo projecto para a produção de concentrados de metais não ferrosos estratégicos (básicos e nobres), que tem vindo a ser desenvolvido pelas Pirites Alentejanas, SA, em ligação com a empresa pública EDM através do desenvolvimento da tecnologia nacional» (e de que falou também o director técnico das Pirites Alentejanas, engenheiro Mourão Gomes), «ou as pretensões da SAPEC — através das minas do Lousal como moeda de troca — em querer entrar nos valiosos jazigos de Aljustrel (situação denunciada, por exemplo, numa intervenção de improviso de Manuel João, electricista, dirigente do Sindicato dos Mineiros do Sul).

A CEE, a situação social e um segredo...

Poderíamos deixar um apontamento também interessante e importante da

intervenção de Joaquim Miranda, deputado ao Parlamento Europeu, sobre alguns dos aspectos actuais e previsíveis do impacto da adesão de Portugal à CEE na actividade extractiva nacional, onde recorda que «a dependência da CEE a dez em importações de alguns materiais estratégicos é grande,



exemplos correspondentes aos anos de 1979/80: 87% para o ferro, 80% para o cobre, 92% para o antimónio, 93% para o estanho, 78% para o tungsténio, 70% para o urânio, 57% para o zinco e 44% para o silício — regra geral, materiais de

que o nosso país possui valiosas reservas». Fez igualmente um inventário de situações negativas já detectadas decorrentes da adesão...

Adriano Matoso, da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, falou da situação social no sector mineiro.

Você, leitor, imaginava que a média contratual dos salários dos trabalhadores mineiros é de 29 750 escudos? Em 1986 o encerramento de minas le-

vou à eliminação de mais de um milhar de postos de trabalho. Mas a maioria das minas de estanho e volfrâmio que encerraram — afirmou Adriano Matoso — eram pequenas empresas, com 5 a 10 trabalhadores.



Falou-se do papel do sector empresarial do Estado no desenvolvimento mineiro, da siderurgia, do projecto «Cobre»... e do muito mais que não temos possibilidade de registar neste apontamento sobre uma iniciativa mais do Partido Comunista Português que, além do mais, reflectiu uma forma característica de trabalhar e de fazer política: com seriedade, com rigor, tendo em conta os interesses nacionais e a melhoria do bem estar do povo.

Enfim, mais um dos segredos do crescimento do PCP. Agora, leitor, não conte a ninguém, senão ainda lhe chamam... comunista. ■

Pormenores...

Os trabalhos do Encontro sobre o Sector Mineiro decorreram em plenário, no Pavilhão C da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Participaram no Encontro cerca de 200 trabalhadores técnicos, professores e investigadores, activistas sindicais, dirigentes do Partido e outras pessoas ligadas ao sector mineiro. Tal como na preparação da iniciativa, pessoas não filiadas no PCP deram um valioso contributo.

A discussão foi ordenada em três grandes blocos: questões gerais, empresas e situação social, substâncias minerais.

Foram feitas três dezenas de intervenções.

A mesa do Encontro era constituída pelos camaradas Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, Jaime Serra da Comissão Política, Vasco Paiva, da Direcção da Organização Regional da Beira Litoral e do Comité Central do Partido, Joaquim Miranda, economista e deputado do PCP ao Parlamento Europeu, Fernando Sequeira, engenheiro, membro da Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC do PCP, Carlos Calado, geólogo, membro do organismo de direcção da organização da Função Pública da ORL e colaborador da Comissão para os Assuntos Económicos, Joaquim Pereira, operador de tratamentos químicos, da célula do PCP na ENU (Empresa Nacional de Urânio, EP), Mário Godinho, trabalhador da Empresa de Pirites Alentejanas, SA, e Jorge Lomba Pereira, trabalhador das Minas da Panasqueira.

O Encontro sobre o Sector Mineiro foi aberto por Vasco Paiva. Jaime Serra, Carlos Calado e Fernando Sequeira presidiram às sessões do Encontro. Carlos Costa fez a intervenção de encerramento. ■



Os traços essenciais da situação no sector mineiro e da alternativa que se impõe

Uma valiosa contribuição

Com a realização deste Encontro sobre o Sector Mineiro o PCP acaba de dar mais uma valiosa contribuição para o estudo, análise, caracterização da situação, equacionamento dos problemas (e sua solução) de um sector da economia portuguesa que deveria ter (e há-de vir a ter) um papel da maior importância no desenvolvimento económico nacional.

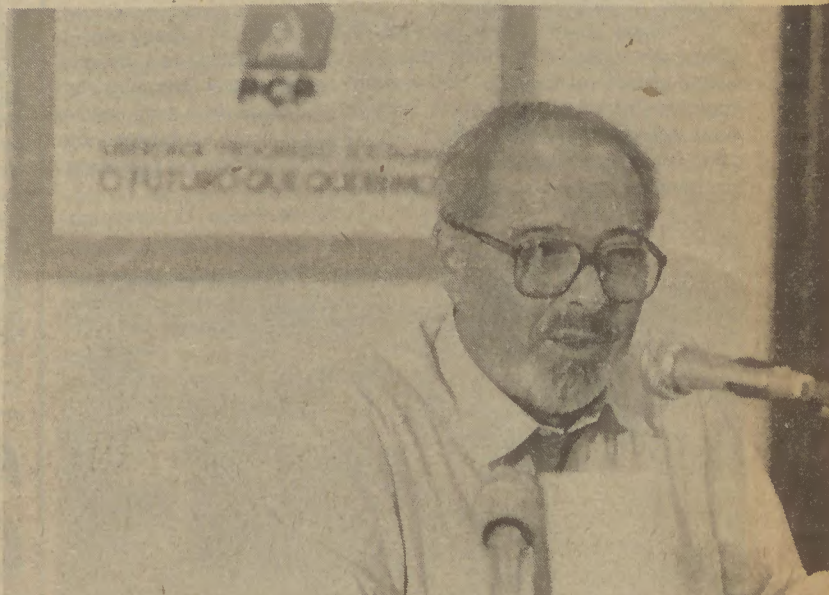
No decurso dos trabalhos preparatórios foi elaborado um «Documento-base» que no próximo futuro não pode ser ignorado por quem queira conhecer e solucionar, em função dos interesses nacionais e dos trabalhadores, a problemática dos nossos recursos mineiros. (...)

Os traços fundamentais da indústria extractiva

No que respeita ao diagnóstico realizado, salientaria seis traços fundamentais da actividade extractiva no nosso país:

- o primeiro é que Portugal possui muito importantes reservas de substâncias minerais com interesse económico, algumas mesmo com significado europeu e mundial;

- o segundo é que, quer no passado, quer no presente, tais recursos nunca foram postos ao serviço do desenvolvi-



Extractos da intervenção de Carlos Costa

mento independente da economia nacional;

- o terceiro é que tais recursos foram, no passado anterior ao 25 de Abril, explorados (ou não) apenas ou quase exclusivamente em função dos interesses de grandes empresas estrangeiras (expressão de um Portugal colonizado) e que neste momento se

caminha velozmente para a mesma situação (recuperação imperialista);

- o quarto é que o conhecimento e a exploração dos nossos recursos mineiros esteve e está muito aquém das necessidades de desenvolvimento do país;

- o quinto é que tais recursos constituem uma das bases materiais que po-

dem permitir a concretização de uma das linhas de desenvolvimento estratégico da há muito propostas pelo nosso Partido, a saber: o desenvolvimento das nossas forças produtivas, com incidências nomeadamente na produção nacional de produtos importados;

- o sexto e último traço é que a indústria extractiva nacional atravessa actualmente uma profunda crise, com reflexos nos planos social, económico e financeiro, crise que, no essencial, se insere no quadro da política de recuperação capitalista e imperialista prosseguida pelos últimos governos. (...)

Os recursos mineiros nacionais

Dada a sua importância económica estratégica, são de destacar pela dimensão e, em vários casos, pelo alto nível de qualidade das reservas existentes, os minérios de cobre, de estanho, de zinco, de tungsténio, de ferro, de urânio, de chumbo, de ouro, de prata e mesmo de alumínio, numa perspectiva futura. (...)

Merecem especial destaque a qualidade das reservas de cobre, zinco e estanho de Neves-Corvo, que assumem mesmo manifestada importância a nível europeu e até mundial, dado o ele-

vado teor de cobre, zinco e estanho contidos.

Citando só alguns números, gostaria de recordar que temos reservas superiores a 600 milhões de toneladas de minérios de ferro em Moncorvo, que dariam para alimentar uma indústria siderúrgica integrada nacional durante muitíssimos anos (...).

Temos reservas de cobre correspondentes a mais de 3 milhões de toneladas de metal contido, reservas de tungsténio superiores a 55 mil toneladas de metal contido, reservas de zinco superiores a 8 milhões de toneladas de metal contido e reservas de urânio superiores a 10 mil toneladas.

A nível das reservas de cobre, zinco e tungsténio Portugal detém a mais importante posição na Europa capitalista; no que se refere às reservas de urânio, Portugal está, para já, em terceiro lugar. Também no que toca às reservas de ferro detemos uma das mais importantes posições da Europa Ocidental.

Perante este quadro, mesmo que incompleto, é impossível afirmar-se que Portugal é um país pobre de recursos mineiros. (...)

Sob a mira do capital estrangeiro

O interesse do grande capital estrangeiro pelas nossas reservas mineiras é

claramente traduzido pela actividade em prospecção (regional, local e de detalhe) e pesquisa (mineira) que um elevado número de importantes empresas vem desenvolvendo praticamente desde os anos 60 até aos dias de hoje e com um carácter sempre crescente (...).

Finalmente é de registar aqui o que pensa a CEE do elevado valor dos nossos recursos mineiros e o seu claro propósito de apropriar-se deles. Em Junho de 1984 o Comité de Ligação das Indústrias dos Metais não Ferrosos da CEE afirmava, no documento «Alargamento da Comunidade e Indústria Mineira em Portugal», que «...a indústria mineira de Portugal reveste-se de uma grande importância, designadamente na perspectiva do alargamento da Comunidade...» e que «...a natureza, qualidade e diversidade dos seus jazigos, assim como a importância das reservas já recensadas, contribuíram de forma importante para a elaboração e a concretização da política de aprovisionamento da Comunidade...» e ainda que «...as reservas de Portugal permitirão reduzir a elevada dependência da CEE (em substâncias minerais) relativamente a países terceiros...»

Melhorar as condições de vida e de trabalho

Finalmente, o Encontro deu especial relevância às medidas tendentes

a melhorar as terrivelmente degradadas e degradantes condições de vida e trabalho dos mineiros:

- reabertura e viabilização das minas que actualmente se encontram com a lavra suspensa, nomeadamente Borralha, Argozelo, Vale de Gatas, Montezinho, Ribeira e Monforte;

- manutenção da laboração e dos postos de trabalho nas minas da Panasqueira. Face às últimas posições da Beralt, Tin & Wolfram, entendemos que o contrato de concessão do couro mineiro da Panasqueira deverá ser reanalisado; mas se a empresa concretizar, conforme ameaça, o encerramento das minas, a concessão deverá ser-lhe imediatamente retirada.

- elevação do nível salarial dos trabalhadores mineiros (...).

- melhoria das condições de segurança, higiene e comodidade do trabalho nas minas (...);

- redução da jornada de trabalho das 40 e 45 horas de trabalho semanais para 35 e 40 horas, respectivamente, no interior e no exterior da mina, e redução da idade de reforma (...).

Propostas do PCP

No que respeita à superação da actual crise e ao necessário desenvolvimento do sector mineiro nacional, o Encontro salientou alguns importantes conjuntos de medidas.

Primeiro, medidas que poderemos chamar de defesa dos preceitos constitucionais:

- fazer cumprir os preceitos constitucionais aplicáveis ao sector mineiro, designadamente os artigos 80.º e 81.º da Constituição da República Portuguesa;

- não alienar qualquer posição do Estado português nas empresas do Sector Empresarial do Estado;

- sustentar a penetração do capital estrangeiro na indústria extractiva e, particularmente, nas áreas mais estratégicas. (...)

Segundo, medidas que visam utilizar predominantemente as nossas riquezas mineiras para o desenvolvimento nacional, através da integração da actividade extractiva com as actividades transformadoras.

Neste quadro teriam papel determinante alguns importantes projectos (...). No Encontro foi referenciado um terceiro grupo de medidas para intensificar e racionalizar a exploração dos nossos recursos. (...)

O Encontro salientou um quarto grupo de medidas que apontam para o apoio do Estado na melhoria das condições de gestão (técnicas, financeiras, organizativas) das pequenas e médias empresas.

O Encontro realçou um outro grupo de medidas, respeitantes aos aspectos científicos e de formação profissional (...).

(Subtítulos do «Avante!») ■

Assembleia da República

Contra a vontade do PSD

Parlamento aprova subsídio para jovens desempregados

A situação difícil quando não mesmo angustiante em que se encontram largas dezenas de milhares de jovens à procura do primeiro emprego poderá dentro em breve conhecer um novo quadro que atenua as suas dificuldades após a aprovação, na passada semana, de três projectos de lei da autoria do PCP, PS e CDS que estabelecem a concessão de um subsídio cujo montante só será conhecido dentro de 30 dias (prazo estabelecido para a elaboração na Comissão Parlamentar de Juventude de um texto final que funda os três projectos) mas que obrigatoriamente oscilará entre os 60 e os 80 por cento do salário mínimo nacional.

Culminando um interessante debate que acabaria por preencher na sua quase totalidade dois dias de trabalhos do Plenário, e aprovação dos presentes diplomas pôs em evidência o papel deste órgão de soberania na defesa dos principais interesses dos jovens, constituindo simultaneamente um reafirmar do livre exercício das suas competências constitucionalmente consagradas e, por último, uma oportunidade para pôr a nu as debilidades e contradições do Governo em matéria de política juvenil.

Contradições do PSD

Este último aspecto, revelou-se aliás como o mais interessante do debate, propiciando momentos em que se afigurou bem difícil e delicada a tarefa dos jovens do PSD, confrontados com a insustentável contradição de ter de defender uma posição no hemiciclo que se chocava frontalmente com a posição eleitoralista do Governo, que por sua vez colidia com afirmações do chefe do Executivo, Cavaco Silva.

Com efeito, declarações do primeiro-ministro no decorrer de uma recente visita («Diário de Notícias», de 10 de Março) esclareceram-nos que, em sua opinião, é «reprovável e socialmente condenável» a existência de subsídios de desemprego para os jovens, na medida em que estes poderão estar na origem de «uma mentalidade assistencial, desistam dos estudos ou da valorização profissional, disponham de fundos para comprar droga ou para abandonarem a família».

Tal posição, coerente com outras defendidas pelo PSD em anteriores iniciativas — registe-se que o PSD foi de resto o único partido a votar contra os projectos agora aprovados — pouco tem a ver contudo com o diploma governamental saído há pouco mais de uma semana, estabelecendo um subsídio que apelida de «integração na vida activa» no valor de 7500\$00, diploma este que na véspera do debate parlamentar mais não visou, conforme nos disse Rogério Moreira, do que «passar uma rasteira à Assembleia da República e retirar para si os louros de uma decisão que não é sua e contra a qual sempre votou».

Hipocrisia do Governo

Se a decisão do Executivo é pouco conforme com as declarações do seu líder, tudo se torna ainda mais difícil quando o grupo parlamentar do PSD vem defender que subsídios, isso nunca, em caso algum, porque podem levar, como disse Carlos Coelho, do PSD, ao «abandono precoce do sistema de ensino». O que resolve o problema, afirmou, é uma política de emprego, global, de lançamento do investimento, etc., etc., chegando mesmo a afirmar que tais soluções, essas, têm-as o Governo.

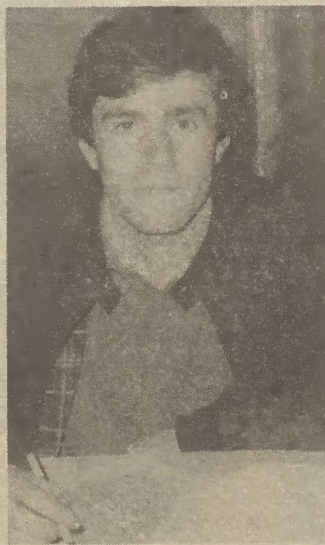
«Em que ficamos senhores deputados do PSD — perguntaria perante tamanha contradição o deputado Rogério Moreira, do PCP — o subsídio é bom quando é de 7500\$00, como o do Governo, e é mau daí para



Jorge Patrício

cima? Quem de entre vós tem afinal razão; os que dessa bancada (PSD) se levantam, se insurgiram contra a atribuição de qualquer subsídio ou os que desta bancada (do Governo) se puseram em bicos de pés para defender um magro subsídio em jeito de esmola?»

A interrogação ficou obviamente sem resposta, facto que levaria Jorge Patrício, na sua intervenção, a afirmar que perante mais esta lamentável atitude do Governo, comprova-se a sua «falta de lealdade» (ao tentar criar mais uma situação de hostili-



Rogério Moreira

dade à AR), a «sua hipocrisia» (foi o PSD que sempre levantou obstáculos a uma medida desta natureza) e a «sua demagogia» ao pretender «fazer sua uma justa medida tomada e assumida pela Assembleia».

Vencidas resistências e manobras de propaganda, de parabéns está pois a Assembleia da República, órgão que uma vez mais foi capaz de produzir uma lei boa, decisão que irá minorar a situação difícil de milhares de jovens que continuam sem obter o seu primeiro emprego, embora o procurem e a ele se candidatem.

«Posição do Governo é hipócrita e demagógica»

— disse-nos Jorge Patrício

«As medidas agora aprovadas visam apenas, e tão só, minorar situações de carência grave dos jovens e das famílias e nunca pode ser entendida como uma medida alternativa à criação de novos postos de trabalho», afirmou no decorrer de uma breve conversa com o «Avante!» o deputado comunista Jorge Patrício, oportunidade aproveitada para esclarecer não apenas as posições do PCP relativas a esta matéria como ainda para desmontar algumas das afirmações mais controversas defendidas pela bancada do partido governamental.

Uma delas foi justamente a de que a criação de um tal subsídio provocaria o abandono precoce da escola e da família por parte dos jovens. No entender de Jorge Patrício, por detrás da sua afirmação o Governo pretende iludir duas questões fundamentais: a primeira, como nos disse, é a existência já hoje de uma elevada taxa de abandono escolar, «problema cuja solução passa por um mais eficaz apoio social estudantil por forma a minorar graves carências económicas, coisa

que o Governo não faz»; quanto à segunda, referiu, o Governo «esquece que a idade para se começar a trabalhar em Portugal é aos 14 anos», havendo no entanto possibilidades de acordo com a lei de Bases do Sistema Educativo de alterar esse mínimo para 15 ou 16 anos, coisa que o Governo também nunca fez.

Defendendo que é por aqui que se combate verdadeiramente o «abandono ou o insucesso escolar», o jovem deputado comunista salientou que os projectos agora aprovados têm por conseguinte apenas em vista atenuar as graves dificuldades existentes, uma realidade de que a Assembleia da República não se pode alhear, nem ficar de braços cruzados à «espera de soluções que competem ao Governo e que este diz que tem mas que não se conhecem».

Insistindo na necessidade de vir a ser implementada uma política de desenvolvimento económico de apoio aos sectores-chave da economia e de elevação das condições de vida do povo e da juventude portuguesa, Jorge Patrício

Cooperativas de habitação em risco de asfixia

«Verdade, verdadinha, é que estamos a assistir a um método muito sofisticado de asfixia do movimento cooperativo» — denunciou na passada quinta-feira a camarada Odete Santos, numa intervenção durante o período antes da ordem do dia acerca da grave situação das cooperativas de habitação.

«Visitámos recentemente cooperativas de habitação do distrito de Setúbal» — e dessa visita a deputada do PCP deu conta à Assembleia. Disse, por exemplo, que na Cooperativa Popular do Figueiro, a construir em regime de propriedade individual, os dirigentes afirmaram que «o preço da habitação exige que os sócios cooperantes tenham rendimentos acima da média», já que, como explicou Odete Santos, «o sócio tem de conseguir de uma só vez, através de um empréstimo a uma instituição bancária, o preço da sua habitação que a cooperativa terá de pagar, logo que construído o fogo, ao Instituto Nacional de Habitação» (INH).

O subsídio de renda de casa, anunciado pelo Governo para 220 mil famílias, apenas contemplou 11 mil. Entretanto, os financiamentos concedidos pelo Instituto Nacional de Habitação destinam-se apenas ao período de construção e contemplam uma percentagem infima de fogos em regime de propriedade colectiva (292 fogos em 1985 e 1986!), quando este regime é «aquele que permite proporcionar habitação aos estratos populacionais com um nível de vida abaixo da média».

O INH comporta-se, assim, como «mera instituição bancária» e pretende transformar as cooperativas em «meros empresários». Na Cooperativa Popular do Figueiro, de acordo com os dados que Odete Santos trouxe à AR, «desde Junho de 1986 até 17/1/87 os juros a pagar ao INH pela cooperativa andam pelos 50 mil contos! E desde 17/1/87 até à rea-

lização das escrituras, a conta dos juros a arrecadar pelos tentáculos do INH atinge o montante de mais de 3 mil contos por mês».

Os jovens recorrem «cheios de esperança» ao movimento cooperativo à procura de uma resposta para as suas carências habitacionais. E vão desistindo da primeira fase de construção de fogos para a segunda «à espera de melhores dias» que, como frisou Odete Santos, só virão com uma política diferente.

Marcha da Reforma Agrária

Da Marcha da Reforma Agrária para Lisboa, que mobilizou 700 viaturas e 7 mil pessoas dos distritos de Évora, Beja, Setúbal, Portalegre e Santarém, falou o camarada Álvaro Brasileiro, que perguntou, a dado passo: «com que cobertura legal a GNR registou em filme as caras dos cidadãos que exercem um direito constitucional? Que missões tipo «pidescas» serão atribuídas a este corpo militar? Quem as determina?».

O deputado comunista lembrou ainda que a GNR colocou ao longo do percurso muitos soldados com metralhadoras aperradas, muitas vezes encobertos pelos sobreiros, mas outras às claras.



Semana a Semana

Na semana em curso o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na AR:

Projectos de lei

• Sobre o condicionamento da plantação de eucaliptos, que consagra limites à plantação indiscriminada de eucaliptos, contemplando uma intervenção adequada das autarquias e defendendo os terrenos agrícolas e a floresta de uso múltiplo.

• Sobre o estabelecimento de normas para salvaguardar e garantir o futuro exercício das competências da AR no tocante às questões referentes à CEE, que cria um regime para pôr fim às distorções e abusos introduzidos pelo Governo nas relações com a CEE, consagrando o princípio de que os órgãos de soberania devem observar a separação e a interdependência na sua actuação perante as Comunidades.

Ratificação

Do decreto-lei governamental que actualiza o salário mínimo nacional, devido às alterações do regime da sua aplicação a jovens e deficientes.

Voto

Sobre o Dia Mundial dos Direitos do Consumidor.

Subsídio por 15 meses

Os projectos agora aprovados com os votos contra do PSD baixaram à Comissão Parlamentar de Juventude por um prazo de trinta dias para a elaboração de um texto final que será de novo submetido à votação final do plenário.

O projecto do PCP — o primeiro a dar entrada na mesa da Assembleia — prevê a atribuição de um subsídio no valor de 70 por cento do salário mínimo nacional aos jovens a partir dos 14 anos sem pessoas a cargo e de 80 por cento com pessoas a cargo. O PS propõe um subsídio correspondente a um valor único de 70 por cento do salário mínimo mas limita a sua atribuição a jovens entre os 18 e os 25 anos. O CDS, por seu turno, fica-se por um valor que não excede os 60 por cento.

Todos os projectos apontam para que o subsídio vigore por um período de 450 dias (15 meses) à excepção do diploma do PS que prevê uma redução de 20 por cento nos últimos 90 dias.

Assembleia da República

Governo e PSD isolados Severa derrota no Parlamento

Aguardado com natural expectativa, o debate de terça-feira última sobre o incidente político e diplomático que envolveu a deslocação de uma delegação parlamentar à União Soviética, veio confirmar com singular clareza todas as apreensões e acusações anteriormente manifestadas por diversas forças políticas, constituindo uma severa condenação do Governo que acabaria por se saldar numa das mais expressivas e pesadas derrotas que até hoje sofreu no Parlamento. Apenas o PSD, completamente isolado, atabalhoadamente e sem convicção, tentou fazer a defesa do seu Governo, o qual, num gesto sem precedentes, afrontou da maneira mais desabrida a Assembleia da República e o seu Presidente, pondo irresponsavelmente em risco o próprio prestígio e dignidade do Estado português aos olhos da comunidade internacional.

A vasta e importante informação dada a conhecer durante o debate que preencheu a totalidade dos trabalhos, quer por Fernando Amaral quer pelas várias bancadas da oposição, pôs em evidência de forma eloquente a chocante falta de sentido de Estado e de solidariedade institucional do Executivo de Cavaco Silva que não hesitou em colocar em cheque — resta saber, embora se desconfie, a reboque de que interesses — o relacionamento com um país com o qual temos relações diplomáticas e de amizade, sacrificando inclusive a defesa dos interesses nacionais.

Não desarmando dos seus intentos de mover uma guerrilha institucional, numa actuação que tudo indica ter sido premeditada e marcada pela má-fé («custa a crer estar-se em presença de mais um deslize ou de uma manifestação de incompetência», salientaria Carlos Brito) o Governo não se coibiu de através de uma escandalosa conduta desrespeitar aciniosamente a Assembleia da República, chegando mesmo ao ponto de pôr em causa Fernando Amaral, segunda figura do Estado e destacado militante do próprio partido governamental.

Falsear os factos

A forma como o processo decorreu, designadamente o teor do comunicado que trouxe a questão a público, as acusações irresponsáveis do ministro dos Assuntos Parlamentares, as declarações do Primeiro-Ministro no Porto, a intervenção televisiva do ministro dos Negócios Estrangeiros e as posições assumidas pela bancada do PSD e pelos membros do Governo no próprio debate, são aliás reveladores do manifesto intuito de falsear os factos.

Ao alegar perante a opinião pública o seu desconhecimento do programa da visita, o Governo falou com efeito a verdade e revelou má fé, como de resto ficou amplamente demonstrado em várias intervenções e muito particularmente na de Fernando Amaral que, perante um homicídio completamente cheio, (que não lhe poupou calorosos aplausos, à excepção do PSD), por palavras serenas mas vigorosas, evidenciando muita dignidade e coragem, soube pôr os pontos nos **is** e esclarecer com seriedade e de forma frontal todos os factos e pormenores em causa, motivo pelo qual recebeu palavras de apreço, reconhecimento e homenagem de todas as bancadas, excepção feita, uma vez mais, à do seu partido.

E a verdade é que o Governo, conforme ficou demonstrado, ao contrário do que alega, não podia deixar de conhecer o programa da deslocação, incluindo a visita à Estónia, tanto mais que a nossa Embaixada em Moscovo participou activamente na sua organização — foi ela inclusive que o comunicou em primeira mão à As-

sembleia da República no dia 5 de Março — sendo portanto impensável, como frisou o líder parlamentar comunista, que «não exista cópia no Ministério dos Negócios Estrangeiros desta comunicação» e dos contactos feitos pela Embaixada com as autoridades soviéticas.

Acresce ainda que o programa da visita foi debatido e acordado entre a delegação e o embaixador da URSS em Lisboa, nessa mesma data, tendo no dia seguinte sido entregue no Gabinete do secretário de Estado das Relações com o Parlamento e posteriormente distribuído pelos deputados, grupos parlamentares e órgãos de comunicação, sendo ainda especialmente comunicado a cada um dos membros da delegação em ofício do Presidente da Assembleia.

Má-fé

Mas para se compreender melhor até que ponto o Governo agiu de má fé, levando a um extremo quase impensável o seu injustificável comportamento com a Assembleia, importa recordar ainda mais alguns factos. O primeiro refere-se ao dossier solicitado por Fernando Amaral ao MNE, e posteriormente enviado à Assembleia, onde não se faz qualquer reserva a qualquer território da União Soviética, posição idêntica à da nossa Embaixada em Moscovo onde também nada constava sobre o mesmo assunto.

Mas ainda que se pudesse aceitar a falsa alegação governamental de que só tomara conhecimento do programa através da imprensa que o divulgou nos dias 7, 8 e 9 de Março, com menção da visita à Estónia, a verdade é que o Governo não efectuou nenhuma diligência junto da Assembleia para lhe manifestar as suas objecções, deixando partir a delegação no dia 10, sem qualquer contacto.

E foi já na madrugada de 10 para 11 de Março que o Presidente da Assembleia, por sua iniciativa, estabeleceu contacto telefónico com o MNE, sendo-lhe então comunicado que caso a delegação mantivesse a deslocação à Estónia, o Governo tornaria público um comunicado crítico e discordante. Pode-se imaginar-se a perplexidade de Fernando Amaral, como de resto de toda a delegação (apanhados de surpresa por tão insolito procedimento), facto que levaria o MNE a comprometer-se na circunstância a falar de novo com o Presidente da AR após contacto com Cavaco Silva, compromisso este que não só não cumpriu como em simultâneo o Governo emite e torna público o famoso, quanto lamentável, comunicado.

Despacho de Salazar

Se este conjunto de factos, não desmentidos, são elucidativos da indefensável conduta do Governo, existe ainda um outro que pela sua

natureza não deixa quaisquer dúvidas quanto aos seus propósitos. Trata-se do envio por mala diplomática para o nosso embaixador na URSS, no dia 6 de Março — exactamente no dia seguinte à comunicação da nossa representação em Moscovo do programa da visita e três dias antes da partida da delegação — de um exemplar do Diário do Governo de 1940, contendo um despacho, pasmem-se, de Salazar sobre as relações com os estados bálticos.

Este seria, aliás, o único documento facultado pela nossa Embaixada a Fernando Amaral — que entretanto solicitara documentação que lhe permitisse perceber as «razões de Estado» invocadas pelo Governo para anular a ida à Estónia — tendo-lhe sido sonegada pelo embaixador, na ocasião alegando «segredo de Estado»(!), as cópias dos dois telegramas recebidos de Lisboa um dos quais recomendava o cancelamento.

Pressões

Mas será que por detrás deste recamboloso episódio e destes métodos indignos — lesivos dos interesses do País e do prestígio das instituições democráticas — se esconde apenas uma atitude de rebeldia institucional do Governo, da sua aposta permanente em afrontar outros órgãos de soberania e altos membros da hierarquia do Estado?

A quem se referia concretamente, por exemplo, Cavaco Silva, quando para justificar a atitude do Governo, afirmou que havia necessidade de esclarecer «dúvidas surgidas em Portugal e no estrangeiro sobre se tinha havido modificações na política externa portuguesa»?

«Donde provinham estas dúvidas? Quem as exprimiu?», interrogaria a propósito Carlos Brito. A pergunta ficou no ar, sem resposta, mas o certo é que, como mais adiante sublinhou, se sabe que em conferência de imprensa no dia 9 de Março, na sequência de contactos com o Primeiro-Ministro e o MNE, o embaixador americano na ONU, Vernon Walters, fez alusões ao não reconhecimento do estatuto dos estados bálticos.

Coincidência? Não parece provável, sendo antes de admitir que constituía um sinal demasiado evidente de como por detrás dos atropelos do Governo contra a AR se encontram pressões que, como afirmou o dirigente comunista Carlos Brito, «nem por serem inconcebíveis são menos vergonhosas», criando toda uma situação que só pode agradar «àqueles que querem envenenar a atmosfera internacional» e impedir o «desanuiamento nas relações internacionais favorável à paz e à cooperação».

Subscrito por deputados do PRD, PCP, PS, CDS e MDP, a Assembleia aprovou no decorrer do debate, apenas com a oposição do PSD, um voto sobre o incidente provocado pelo Governo, no qual se manifesta um veemente «protesto e reprovação» pela conduta do Governo, considerada como falha de «sentido de Estado e de solidariedade institucional».

Depois de se congratular pela forma como o Presidente da AR e a delegação souberam assumir «uma conduta de grande dignidade, sentido das responsabilidades de Estado e defesa do prestígio das instituições», o voto exprime uma saudação ao Presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral, a quem manifesta «todo o apoio e solidariedade».

PCP

Nota do PCP sobre as decisões do MDP que provocaram a ruptura da APU

A Comissão Política do Comité Central do PCP apreciou as decisões do Encontro Nacional do MDP de 7 e 8 de Março que, declarando a impossibilidade do acordo com o PCP em relação às autarquias e reafirmando o concurso autónomo do MDP nas eleições para o Parlamento Europeu e em eventuais legislativas antecipadas, constituem de facto a consumação da ruptura da APU.

Entretanto, ao anunciarem publicamente estas decisões do Encontro, os actuais dirigentes do MDP tentaram fugir às suas indeclináveis responsabilidades na ruptura da APU e procuraram uma vez mais arranjar argumentos para atribuí-la ao PCP.

Importa por isso mesmo esclarecer não só os aspectos mais recentes das relações entre os dois partidos, como o processo em que entroncam as decisões de rompimento agora assumidas pelo MDP.

Um processo de ruptura

O rompimento da APU é o desenlace de um processo sistemático de inversão das posições políticas mais características do MDP.

Este processo passou pela adulteração do chamado «debate interno» que foi conduzido pelos actuais dirigentes do MDP visando pôr em causa a APU e a aliança com o PCP. Com este objectivo foram exploradas, exageradas, deformadas e ampliadas as dificuldades da coligação onde existiam ou mesmo inventadas onde não existiam.

A entrevista do Presidente do MDP, José Manuel Tengarrinha, ao «Diário de Notícias», de 7.11.86 espelha com grande nitidez as diferentes componentes deste processo.

Aí temos a culpabilização do PCP (apresentado como origem de todos os males do MDP), a caracterização negativa dos acordos e da prática da APU através de inverdades (como as referentes ao processo da entrega das listas), meias verdades e puras invenções (como a alegada oposição do PCP à criação das coordenadoras da APU).

Em face disto, a Comissão Política do CC do PCP, em todo o fundamento, admitiu já na altura que em vez de «melhorar» a APU era realmente a ruptura que o MDP pretendia preparar.

Negociar para não chegar a acordo

A primeira confirmação de que os dirigentes actuais do MDP preparavam objectivamente a ruptura foram as próprias conclusões que o Encontro Nacional de 29 a 30 de Novembro definiu como propostas a apresentar ao PCP.

Com efeito, ao estabelecerem, no que se refere às eleições autárquicas, o abandono do princípio da **universalidade** (concorrência da APU em todo o país, em todas as eleições e em todas as autarquias) entregando assim a sorte da coligação às rivalidades e jogos eleitoralistas locais e ao definirem que nas eleições legislativas o MDP se pode aliar com qualquer dos partidos da oposição e se ia preparar para concorrer sozinho, os actuais dirigentes do MDP propuseram ao PCP exactamente aquilo que, dias antes do Encontro, o PCP tivera o cuidado de lhe comunicar que não seria uma base aceitável para negociações futuras e que equivaleria de facto à ruptura.

Foi isto mesmo que o PCP repetiu, demonstrou e tornou público após o Encontro do MDP considerando que qualquer possibilidade de entendimento dependeria de uma reconsideração das posições do Encontro por parte do MDP.

Tocado pelo agravamento das divergências e problemas internos, o MDP acabou por fazer uma nova proposta ao PCP, mas que nada tinha a ver com uma reconsideração, pois atribuindo às direcções dos dois partidos a responsabilidade de dirimir todas as situações conflituosas que se verificassem no processo das eleições autárquicas (o que era absurdo) acabava por insistir nos pontos essenciais da proposta do Encontro. Era a segunda confirmação do que aquilo que se queria era preparar a ruptura.

Apesar de ser já evidente o objectivo do MDP, foi o PCP que, atendendo à grande importância da APU e disposto a negociar seriamente para assegurar a sua continuação, procurou superar a situação a que se tinha chegado apresentando uma proposta em que se reafirmava o princípio da universalidade, mas em que se ia ao encontro de questões levantadas pelo MDP, admitindo algumas excepções, não admitindo que nenhum partido vetasse qualquer candidato apresentado pelo outro e apontando-se uma nova forma para ultrapassar os eventuais desentendimentos.

A proposta foi considerada positiva pelos delegados do MDP nas negociações, mas depois foi objecto de novas propostas de alteração por parte do MDP, algumas delas manifestamente inaceitáveis para o PCP.

Era o caso da composição da reunião proposta para ultrapassar eventuais diferendos locais. O PCP propusera que ela fosse constituída «pelo conjunto dos elementos dos dois partidos e dos independentes envolvidos na formação da lista (as comissões concelhias ou de freguesia dos dois partidos, os democratas independentes que participam em comissões da APU, os eleitos em funções e os candidatos propostos)». O MDP exigiu que as delegações dos partidos fossem paritárias o que é um absurdo dado que o MDP não tem organização em muitos concelhos e na grande maioria das freguesias e que as decisões fossem tomadas por voto secreto o que implicava uma inadmissível insinuação de que anteriormente as pessoas (incluindo os membros das delegações dos dois partidos) votavam coagidos. Foi demonstrado ao MDP o absurdo de tais propostas.

O MDP fez no entanto desta questão um ponto essencial. É uma evidência que tinha previamente escolhido o voto secreto como um dos fundamentos de ruptura com claras intenções de diversão ideológica.

Manifestamente com o objectivo da ruptura é colocada também a questão dos mandatários.

Nesta como noutras questões as propostas do PCP (indo ao encontro de questões levantadas pelo MDP) tinham o objectivo de formalizar acordos e não deixar novas questões em aberto para o prosseguimento de querelas infundáveis que, entre outras consequências, iriam conduzir à impossibilidade de apresentação de listas APU.

Se se tivesse chegado a acordo nos termos propostos pelo PCP a disposição relativa aos mandatários teria tido a seguinte redacção:

«Para os efeitos das designações dos mandatários, que poderão ser membros de qualquer dos dois partidos ou independentes, será considerado como critério decisivo o da sua suficiente disponibilidade para garantir a máxima eficácia e celeridade das operações exigidas para o processo eleitoral. Em caso algum a apresentação de listas pode ser inviabilizada por falta de mandatário. Havendo dificuldade na sua designação fica o PCP com a responsabilidade de resolvê-la».

O que a simples descrição destes factos demonstra é que o MDP negociou não para chegar a acordo mas para estabelecer pontos de desentendimento e basear neles a justificação da ruptura.

III Prosseguir uma intervenção unitária!

A ruptura da APU constitui sem dúvida nenhuma um grande prejuízo para as forças da democracia. A APU foi nos dez anos da sua existência um projecto unitário sem paralelo na vida política nacional no qual participavam activamente não apenas os militantes dos dois partidos, mas numerosos democratas independentes.

A ruptura da APU é da inteira responsabilidade do MDP e é o resultado de importante inversão das posições políticas que os actuais dirigentes impuseram a este partido e que muito provavelmente conduzirá ao seu apagamento na vida política portuguesa com a fisionomia democrática que o tem caracterizado.

O PCP desenvolveu todos os esforços para salvar a APU. Mas o PCP não podia aceitar uma falsa APU, descaracterizada, deformada, impossibilitada de apresentar listas, reduzida a pequenas ilhas para servir de cobertura a outras alianças do MDP.

O PCP também não podia ser cúmplice de um processo de negociação interminável, movido pelo MDP já com o claro propósito de não chegar a acordo, mantido apenas para dentro do próprio MDP conter descontentamentos e sossegar a contestação à nova linha imposta pelos actuais dirigentes e dando-lhes tempo para concretizar os seus objectivos.

O PCP continuará a desenvolver todos os esforços para intensificar o diálogo e a cooperação com os milhares de independentes ou filiados em partidos que têm participado na APU, com todos os democratas que, nas novas condições, desejam encontrar as formas adequadas à participação activa na vida política nacional.

O PCP prosseguirá firmemente a sua intervenção unitária em todos os domínios da vida nacional, designadamente na frente eleitoral.

Lisboa, 13 de Março de 1987

A Comissão Política do CC do PCP

Poder Local

Porto: entrevista com vereador Oliveira Dias

Um pelouro que é uma limpeza!

A publicação do «Plano de Trabalho do Pelouro da Limpeza e Serviços Gerais para o mandato autárquico de 1986/1989» suscitou vivo interesse na cidade do Porto, pela importância que assumem estes sectores na actividade do município. Em entrevista concedida ao «Avante!», o camarada Oliveira Dias, vereador da Câmara Municipal do Porto, falou-nos, em traços gerais, do trabalho que se pretende desenvolver, este ano e nos próximos, naquelas áreas da sua responsabilidade.

«Avante!» — Começemos pelo princípio: em que consiste, em traços gerais, o plano de trabalho para os quatro anos de mandato do pelouro da limpeza da CM do Porto?

Oliveira Dias — O «Plano de Trabalho do Pelouro da Limpeza e Serviços Gerais para o mandato autárquico de 1986/1989» foi agora publicado e distribuído por vereadores e deputados municipais, directores de serviços e chefes de divisão da Câmara e pelos 1400 trabalhadores que integram o meu pelouro. Além disso, também muitos outros municípios se interessam por este trabalho, o que estimulou novo debate na cidade sobre esta importante área de acção da Câmara. É um estudo minucioso de 136 páginas, resultado da profunda experiência individual e colectiva de todos os que contribuíram para a sua escrita e aperfeiçoamento, onde se fixam objectivos, se avaliam meios para a sua concretização e se planifica a sua execução ao longo do mandato.

Agora, constitui um guia de acção que nada deixa ao improvisado, à pressão dos acontecimentos ou

à rotina. São traçadas firmes orientações sobre todos os problemas envolvidos, e abrem-se caminhos para importantes inovações que melhorarão muitas facetas da vida da cidade.

O pelouro, que em 1987 tem um orçamento de 1 380 910 contos, envolve a Limpeza Urbana, a Higiene Urbana (cemitérios, balneários e instalações sanitárias públicas, lavadouros e secadouros) e os Serviços Técnicos (transportes, oficinas gerais, armazéns e afilamentos).

Av. — A sensibilização dos municípios, que já no mandato foi uma componente forte do pelouro, mantém-se actuante?

O.D. — A sensibilização é insubstituível quando se pretende contribuir para a melhoria da consciência cívica dos cidadãos, como se impõe no âmbito da limpeza urbana.

Hoje, a limpeza da cidade está radicalmente melhorada em relação a 1983. Mas ainda há muito para fazer em matéria de sensibilização. As sessões nas escolas mantêm-se, sempre com novos materiais de apoio. As acções comuns com as mais diversas enti-

dades, surgem todos os dias. E as grandes iniciativas não cessam, como o Dia da Limpeza, que vai este ano para a 5.ª edição!

Em 6 de Junho próximo, Dia Nacional do Ambiente, neste Ano Europeu do Ambiente, vai desenvolver-se uma grande iniciativa de defesa ecológica e cultural do Rio Douro. A vida da cidade, desde o seu nascimento até hoje, na sua economia, na sua cultura, no trabalho, no lazer, etc., tem uma grande ligação ao Douro, tão querido dos tripeiros. Mas o rio está fortemente atacado pela poluição, de diversas origens, e o pelouro da Limpeza é o sector da Câmara mais vocacionado para a sua defesa. Por isso, se pôs em marcha esta iniciativa que conta já com fortíssimos apoios de numerosas organizações da cidade.

Deve realçar-se que a juventude, com a sua generosidade e entusiasmo, aderiu com grande dinâmica.

Av. — O teu trabalho na Câmara está predominantemente ligado à acção no pelouro, ou alarga-se a outros campos?

O.D. — O meu trabalho desmultiplica-se por vários domínios, como é natural. Nas reuniões de Câmara concentram-se todos os problemas da cidade, quer sejam eminentemente políticos quer questões de mera gestão. Mas todos exigem estudo de propostas e *dossiers*, atendimento de municípios, visitas aos locais, reuniões diversas, etc. A actividade de vogal do Conselho de Administração dos SMGE (que já desenvolvo há sete anos) tem particular impor-

tância pela dimensão dos serviços e pela circunstância bem conhecida de no Porto se manter uma forte luta pela defesa de uma tarifa de energia eléctrica que tenha em conta as nossas realidades e reivindicações. Hoje, a luta trava-se no sentido de que a tarifa no Porto não cresça a um ritmo superior ao que leva a atingir a tarifa nacional ao fim de dez anos.

Pertencem ainda, desde há quatro anos, ao Conselho Intermunicipal da Lipor, que é uma empresa intermunicipal de tratamento dos seus lixos, que os transforma em adubo orgânico. Participo também em vários grupos de trabalho ou comissões, de que destaco a «Comissão para a eventual instalação de uma rede de gás canalizado na cidade do Porto». É um trabalho que poderá modificar, do ponto de vista energético, a vida da cidade, com largo benefício para os municípios. É provável que no princípio do próximo ano o município disponha de todos os elementos, fundamentados e independentes, que lhe permitam uma decisão importante nesta matéria.

Prosseguem estudos de mercado, de viabilidade económica e financeira (na óptica empresarial e na óptica dos consumidores) e estudos prévios de engenharia.

A grande meta poderá ser a de fornecer gás à indústria e a 100 000 famílias consumidoras nos municípios do Grande Porto, nos próximos dez anos.

Por tudo isto, não me falta que fazer nos três anos que restam do mandato.

Nacional



Praça da Liberdade

Miragaia à conquista da sua cidade

Foram muitos os que tiveram de ficar na rua, por estar «lotação esgotada» na sala de sessões da Assembleia Municipal do Porto, no passado dia 9 de Março. Dezenas de moradores de Miragaia, eleitos da Assembleia de Freguesia e da Junta deram força, com a sua presença, ao presidente da Junta que, perante a Assembleia Municipal, veio transmitir o protesto de uma freguesia inteira. Protesto expresso em muitas centenas de assinaturas recolhidas em Miragaia. E ao qual se veio somar o repúdio unânime divulgado em comunicado conjunto, das juntas de freguesia da Sé, S. Nicolau e Vitória, todas elas abrangendo o centro histórico do Porto.

Em causa a decisão adoptada pela Câmara Municipal do Porto (apenas com o voto contra da APU), de venda de 14 habitações do Monte Judeus/Cidral de Baixo, recuperadas à custa do erário público, no âmbito da acção do CRUAR (Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira-Barredo) afastando delas, definitivamente, as famílias com menores recursos e com o direito ao local.

São as populações do centro histórico à conquista da sua cidade. Do direito à cidade de que são parte integrante, às casas onde sempre viveram, ontem, suportando o desconforto e os perigos da ruína iminente e agora, finalmente, aspirando ao legítimo usufruto de uma recuperação efectuada pelos poderes públicos. É a burguesia da cidade, a mesma que comandou nas décadas de 50 e 60 o processo de expulsão das populações do centro para a periferia da cidade, a querer comprar através do poder do dinheiro um espaço urbano, paisagisticamente privilegiado e humanamente rico, que claramente lhe não pertence. É uma luta que, todos sabem, não se esgota nas 14 casas em questão. É que este é o primeiro passo — até agora nunca casas recuperadas foram vendidas — para no futuro alienar a preços especulativos todas as casas recuperadas, em todas as freguesias do centro histórico do Porto.

Miragaia lutou muito para que fosse alargada a obra do CRUAR à freguesia. O mesmo aconteceu com a Sé e a Vitória. E vêem já preparar-se a subversão completa dos seus objectivos. Daí a certeza de que esta é uma causa que não se pode perder. Miragaia não desiste e tem com ela a força da razão — o direito à sua cidade.

■ JV

Na Chamusca

DORSA promove reunião autárquica

O Centro de Trabalho da Chamusca foi o local escolhido para a reunião de eleitos nas Câmaras Municipais do distrito de Santarém, promovida no passado sábado pela DORSA do PCP. Participaram 25 quadros na análise de uma situação autárquica onde a APU detém a maioria absoluta em quatro Câmaras (Alpiarça, Benavente, Chamusca e Coruche), relativa numa (Constância) e vereações minoritárias em dez (Abrantes, Alcanena, Almeirim, Cartaxo, Entroncamento, Golegã, Salvaterra de Magos, Santarém, Tomar e Torres Novas). **Raimundo Cabral**, membro da Comissão Política do CC do PCP, usou da palavra no encerramento dos trabalhos, aos quais se seguiu a visita a algumas obras e realizações da Câmara Municipal da Chamusca.

Um balanço geral da actividade desenvolvida pelos comunistas nestas autarquias durante 1986 avaliou quer as melhorias quer as insuficiências entretanto registadas. Em relação às primeiras constatou-se, nomeadamente, a crescente atenção dispensada às áreas da juventude, os passos dados na informatização dos serviços, crescente descentralização praticada para com as freguesias, a maior atenção prestada às rela-

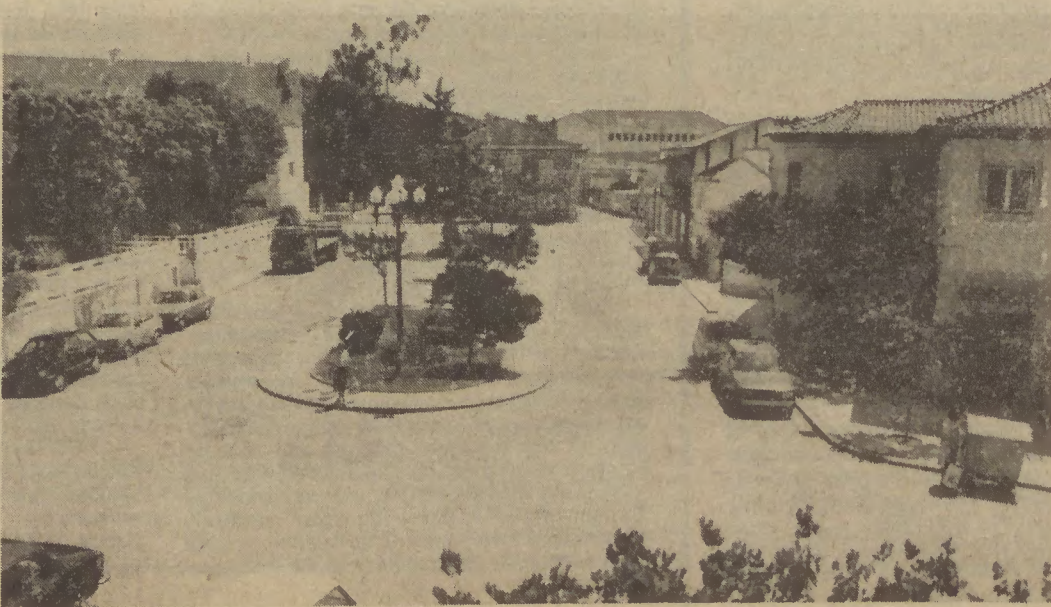
ções entre os eleitos e os trabalhadores dos municípios, o reforço da cooperação intermunicipal. Em relação às insuficiências, detectadas em diversas áreas, foi sublinhada a que diz respeito à informação às populações do trabalho autárquico realizado pelos comunistas em situação de minoria.

Foram igualmente objecto de discussão os planos de activida-

des para 1987, assim como os objectivos prioritários para o mandato, tendo sido vista a necessidade de aprofundar a discussão e troca de experiências sobre diversas áreas, o que levou à marcação de futuras reuniões sobre temas específicos (Juventude, Informação e Atendimento das Populações, Serviços Urbanos, etc.).

O segundo ponto da ordem de

trabalhos da reunião esteve aberto à discussão de temas tão diversificados como a Regionalização (tendo sido salientada a sua importância e a necessidade dos diversos partidos conjugarem esforços para a sua concretização), a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, Regiões de Turismo e Iniciativas da Frente das Autarquias em 1987.



Chamusca

Contra o custo de vida

Mulheres do Porto protestam em Lisboa

É já na próxima terça-feira, dia 24 de Março, que uma grande delegação de mulheres do Porto entregará na Assembleia da República uma petição que, conforme foi anunciado em conferência de imprensa pela Comissão Unitária de Mulheres do Porto, já recolheu mais de um milhão de assinaturas. Em porta-a-porta nos bairros e zonas populares da cidade, a Comissão Unitária de Mulheres do Porto tem recolhido apoio à petição, tendo já ultrapassado o mínimo de assinaturas necessárias para a sua publicação no diário da Assembleia da República e a leitura em plenário.

Está entretanto já anunciada a participação de mais de duas centenas de mulheres do Porto que com esta iniciativa pretendem fazer ouvir o referido protesto, nos termos da Constituição, nomeadamente no seu artigo 12.º, contra os

constantemente aumentos dos bens essenciais que este Governo tem praticado.

Em comunicado dirigido às mulheres do Porto, a Comissão Unitária de Mulheres apela à sua participação na excursão que está a organizar para entrega da petição na Assembleia da República, referindo a disposição de «à porta do Primeiro-Ministro dizer que os nossos filhos têm fome e que as mulheres do Porto não estão dispostas a ficar caladas».

A imediata descida dos preços do leite e do pão, a adopção de medidas concretas para a baixa do custo de vida e a concretização de uma política que conduza à criação de novos postos de trabalho — estas as reivindicações que a CUM do Porto irá colocar aos órgãos do Poder Central, em Lisboa, na próxima terça-feira.

Juventude



Aspecto do desfile dos estudantes em Lisboa a semana passada, a caminho da grande concentração realizada frente ao Ministério da Educação

Em Letras e não só Prossegue luta dos estudantes!

Prossegue a luta dos estudantes de Letras em defesa dos seus direitos e contra a intransigência demagógica do Ministério da Educação. A Comissão Coordenadora Nacional reuniu no passado domingo em Coimbra, propondo aos estudantes a decisão, em Reuniões Gerais de Alunos (RGA's) em cada uma das Faculdades em luta, de greves rotativas até ao dia 30, com uma greve geral nacional no próximo dia 24.

A hora do fecho do nosso jornal uma RGA da Faculdade de Letras de Lisboa havia já apreciado a proposta da Comissão Coordenadora, decidindo pela continuação da «greve-carrocel» — ou seja a greve rotativa, começando em Lisboa a 18 de Março e prosseguindo nos dias seguintes no Porto, Coimbra e Faculdade de Ciências

Sociais e Humanas de Lisboa — e pela greve geral nacional a 24 de Março. A RGA de Lisboa decidiu igualmente o estabelecer de contactos com todas as escolas em luta e o desencadear de acções de esclarecimento das populações e dos outros alunos.

Recorde-se que tudo isto se segue a uma semana particular-

mente rica de lutas estudantis, com greves nas Faculdades de Letras envolvidas no processo acima referido, greves no Instituto Superior de Educação Física (ISEF) em luta pela gestão democrática (e que prosseguirá esta semana com paralisações rotativamente assumidas por alunos, docentes, funcionários e estudantes, em três dias consecutivos), tal como esteve em greve a semana passada a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, em luta pela contratação de docentes.

Ao Ministério da Educação já não há demagogia que valha, face à determinação demonstrada pelos estudantes!

Terra

Num encontro em Aveiro Agricultores avançam para associação distrital

Com o objectivo de analisar a situação da lavoura no Distrito de Aveiro e criar uma estrutura distrital que defenda os interesses dos agricultores, realizou-se no passado domingo, na escola secundária de Estarreja, um Encontro de Agricultores do Distrito de Aveiro, que contou com a presença de cerca de centena e meia de pessoas de vários pontos do Distrito. Deste Encontro saiu uma comissão que terá como tarefa a legalização da futura Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA) e a aprovação das conclusões relatando os problemas gerais da lavoura no Distrito de Aveiro. É deste último que damos um resumo.

São 13. as medidas que os agricultores do Distrito de Aveiro reclamam que sejam tomadas com urgência para salvar a lavoura da região.

A 1.ª refere-se ao **leite** (80% das explorações estão ameaçadas pela actual legislação) para o que se exige recolha organizada através de cooperativas, um «não» à desvalorização do preço à produção e créditos bonificados.

A 2.ª trata das **felas de gado e gulas de trânsito**, argumentando-se que as guias de trânsito não têm razão para existir, devendo ser substituídas pelo boletim sanitário, nomeadamente no que toca a gado bovino e suíno.

A 3.ª fala do **controlo sanitário**, onde se exige controlo rigoroso de fronteiras para impedir a entrada a gado doente, o lançamento de campanhas de vacinação através do MAP, indemnizações pelo gado doente abatido e instalação de laboratório de análises que responda às necessidades do Distrito.

A 4.ª foca a questão dos **matadouros**, exigindo-se a revogação da legislação que permite o encerramento dos actuais matadouros concelhios e ainda o melhoramento desta actividade com a dotação de novas tecnologias, pessoal especializado e medidas no campo sanitário e higiene.

A 5.ª aborda a **vitivinicultura**,

onde se exige a abolição das taxas, porque dificultam o escoamento do vinho, que se impeça a entrada de produtos estrangeiros e se assegure o escoamento da produção nacional.

A 6.ª, ainda ligada com a anterior, trata do **vinho do produtor directo** e exige a revogação do Decreto-Lei n.º 504.1/85 que ameaça o produtor directo com o arranque da vinha e a comercialização livre para consumo próprio.

A 7.ª refere os **fundos da CEE**, cujos investimentos não estão a chegar aos agricultores (dos 17 projectos aprovados pelo Governo, e pela CEE para o distrito de Aveiro, só dois se referem ao sector agrícola), exigindo-se a criação de um departamento técnico, dependente do MAP, para ajudar na informação, na feitura de projectos e, simultaneamente, em subsídios a aplicar na lavoura.

A 8.ª trata do **emparcelamento** (onde a actual lei obriga a procedimentos arbitrários) exigindo-se que este seja ajustado às realidades e de acordo com os interesses dos agricultores e rendeiros do

Distrito, que devem ser ouvidos antes da aprovação de qualquer lei sobre emparcelamento.

A 9.ª relaciona-se com **créditos e seguros de colheitas**, exigindo-se a reposição das bonificações de crédito para investimento nas explorações agrícolas, a criação de um efectivo seguro nacional agro-pecuário e a reposição do crédito de campanha.

A 10.ª tem a ver com **baldios**, onde se exige a manutenção da actual legislação, apoio técnico, económico e financeiro para aproveitamento e melhoramento das suas potencialidades.

A 11.ª aborda a **floresta**, exigindo-se o reforço da capacidade de detecção e combate aos incêndios, ajuda na reforestação das áreas queimadas, isenções fiscais por 10 anos nas áreas queimadas, escoamento dos produtos, a preços justos, das madeiras queimadas.

A 12.ª trata do **arrendamento rural**, onde se exige legislação que garanta estabilidade e segurança ao agricultor rendeiro, a negociação de tabelas de rendas, abolição da parceria agrícola, combate à especulação com valores das rendas e a garantia de que os agricultores rendeiros usufruem das mesmas condições dos demais agricultores no tocante a ajudas da CEE.

Finalmente o 13.º ponto, sobre o **Baixo Vouga**, exige do Governo informações sobre os fundos que dizem que já investiram nesta região e, a ser assim, onde foram aplicados.

Reforma Agrária em Lisboa

A vitória da marcha

Os Secretariados e Uniões das UCP's/Cooperativas Agrícolas e os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal emitiram um comunicado onde consideraram que a marcha da Reforma Agrária realizada a semana passada para Lisboa «constituiu um êxito e atingiu os objectivos propostos».

E pormenoriza o comunicado:

«As sucessivas acções e barragens de retardamento da marcha realizada pela GNR e Brigada de Trânsito a pretexto de operações de fiscalização ao longo do percurso, desde o ponto de arranque das três colunas, foram sucessivamente ultrapassadas pela firmeza e determinação dos trabalhadores. Essas operações repressivas levaram, contudo, a que a marcha só tivesse atingido as portas de Lisboa cerca das 21.30 horas, razão pela qual as estruturas promotoras decidiram não continuar até à Assembleia da República face ao adiantado da hora, tanto mais que o êxito desta memorável jornada de luta estava já garantido e os objectivos propostos tinham já sido plenamente alcançados.

«Êxito pelas mais de 600 viaturas, incluindo 263 tractores e 6000 trabalhadores que a Reforma Agrária mobilizou para esta jornada, originando uma coluna de mais de 20 quilómetros.

«Êxito pela excepcionalmente larga e profunda solidariedade recebida pelas populações das localidades atravessadas, designadamente pelo calor humano que rodeou a passagem da marcha pela corda industrial de Vila Franca de Xira até Sacavém onde filas humanas compactas de milhares e milhares de pessoas saudaram os trabalhadores da Reforma Agrária e pelas mais de duas centenas de moções de apoio recebidas, solidariedade que as estruturas promotoras saúdam.»

E mais adiante conclui:

«O Governo procurou impedir, retardar e separar a marcha mas não o conseguiu, apesar de ter mobilizado um fortíssimo dispositivo repressivo e intimidatório de centenas de GNR's, Brigadas de Trânsito, equipas de filmagens tipo PIDE, dirigidas directamente pelas mais altas patentes destas forças a mandado do Governo Cavaco Silva, violando o legítimo direito constitucional de manifestação.

«A luta veio para a rua até às portas de Lisboa e vai continuar até que, definitivamente, seja posto termo à destruição da Reforma Agrária e se permita que os trabalhadores possam produzir o pão que o País precisa.

«Esta jornada de luta foi, assim, um poderoso passo para que, apesar das arrogantes e desbragadas reacções nervosas do ministro Álvaro Barreto, venha a ser finalmente posto fim à política de liquidação das UCP's/Cooperativas e da Reforma Agrária.»

JCP explica

O porquê da adesão ao CNJ

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP), o partido «Os Verdes» e os «Pioneiros de Portugal» apresentaram há dias pedidos de adesão ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ). Passamos a transcrever a declaração emitida, a propósito, pelo Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

«1. São conhecidas as críticas da JCP à concepção, composição e actuação do actual Conselho Nacional da Juventude. O facto de nesta data a JCP solicitar a sua adesão a esse Conselho, não significa que essas críticas sejam retiradas, ou sequer minimizadas. Significa sim, que no entender da JCP, poderão existir condições para, com o seu contributo, se produzirem alterações positivas no Conselho Nacional da Juventude.

«2. A JCP participou activamente desde a primeira hora dos trabalhos para a construção do CNJ em Portugal. Assinou as suas «Bases Gerais de Constituição» e participou de forma empenhada em mais de 40 reuniões preparatórias da formação do Conselho.

«A JCP sempre defendeu clara e publicamente um CNJ diferente do actualmente existente. Um CNJ

baseado no consenso, no diálogo, no intercâmbio entre as organizações nacionais de juventude; e que, no seu funcionamento e na sua actuação, espelhe a diversidade riquíssima que é o movimento juvenil, atento aos problemas e às aspirações das mais amplas camadas da juventude. Um CNJ que se preocupe com o desemprego juvenil, com a selectividade no ensino, com a negação de direitos fundamentais dos jovens portugueses.

«E, essencialmente, um CNJ aberto à participação sem quaisquer restrições, de todas as organizações que, identificadas com os valores da democracia, satisficam os requisitos de representatividade estatutariamente exigidos.

«3. Não é esta a situação existente. O que, como é sabido, motivou o «divórcio» entre o CNJ e

vastas camadas da juventude portuguesa, esteve na base do afastamento da JCP e constituiu o cerne das críticas dirigidas ao Conselho.

«4. A disposição, publicamente divulgada, de sectores significativos da juventude portuguesa, através das suas organizações representativas até aqui afastadas do CNJ, de contribuir em comum para uma alteração positiva da composição e da alteração do Conselho, solicitando a sua adesão, vem abrir perspectivas susceptíveis de permitir a adesão da JCP ao Conselho Nacional da Juventude.

«5. Há no entanto que aguardar a sua confirmação.

A JCP considera **ilegítimo, que qualquer organização nacional de juventude que satisfaça comprovadamente os requisitos de admissão ao CNJ estatutariamente exigidos veja a sua efectiva adesão inviabilizada.**

E declara que **considerará sem efeito o seu pedido de adesão caso tal situação se verifique.**

«6. A concretização de um CNJ identificado com os mais vastos sectores da juventude portuguesa é um objectivo que surge agora claramente ao alcance de todas as organizações que decidem unir-se para o atingir. A decisão da JCP de aderir ao CNJ, representa a convicção de que tal Conselho é possível e reafirma a disposição de lutar por ele.»

Iniciativa na Baixa da Banheira

A JCP da Baixa da Banheira, concelho da Moita, realiza no próximo dia 28 (sábado), Dia da Juventude, uma jornada de convívio que incluirá o seguinte programa: **10 horas** — jogo de futebol de salão entre a JCP da Baixa da Banheira e a JCP do Barreiro; **13 h** — almoço de confraternização (300\$00); **13 h** — projecção de um filme de longa-metragem; **20 h** — xadrez e damas. Durante todo o dia estará patente uma exposição sobre a juventude do nosso país.

PCP

Nota da SIP

Declarações de A. Cunhal sobre Macau

Tendo alguns órgãos de comunicação social publicado versões deformadas das declarações feitas por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, à saída do encontro com o Primeiro-Ministro no dia 16, considera-se necessário informar o essencial dessas declarações.

Álvaro Cunhal começou por dizer que Portugal está nas vésperas de um acontecimento histórico: o regresso à China da cidade de Macau, a transferência de Portugal para a República Popular da China da soberania do território.

Referiu depois cinco pontos que o PCP considera como essen-

ciais na orientação da parte portuguesa nas negociações com a República Popular da China e para os quais chamou a atenção do Primeiro-Ministro.

O primeiro, assegurar a preservação do património cultural e histórico de Portugal em Macau.

O segundo, assegurar os direitos dos cidadãos portugueses em Macau, o que nada tem a ver com os 70 000 ou 80 000 chineses residentes em Macau que têm passaporte português mas aos quais não se pode legitimamente reconhecer a cidadania portuguesa.

O terceiro, evitar utilizar nas negociações argumentos de carácter

histórico, jurídico ou diplomático que não tenham em conta a sensibilidade chinesa e possam por isso prejudicar o andamento das negociações.

O quarto, não colocar em relação à data da assinatura do acordo obstáculos de última hora.

O quinto, ter em conta a celeridade do processo e chegar rapidamente a um acordo.

Álvaro Cunhal sublinhou ainda que da parte portuguesa os interesses de Portugal constituem o único critério aceitável na condução das negociações.

17.3.1987

Montijo

Em Sarilhos Grandes um novo Centro de Trabalho

Como já tínhamos referido na última semana, o 66.º aniversário do PCP foi evocado também através da inauguração de Centros de Trabalho do Partido. Assim aconteceu em Viana (ver pág. 5) e também em **Sarilhos Grandes**, freguesia de enraizadas tradições antifascistas, localizada na margem Sul do Tejo, no concelho do Montijo, distrito de Setúbal.

A jornada festiva ocorreu no 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e além do izar da bandeira do Partido e da visita às instalações, incluiu um almoço-conívio com mais de 200 camaradas, amigos e outros democratas. Na ocasião registaram-se as interven-

ções do camarada **Carlos Ramilhes**, membro suplente da Comissão Política do Partido, e de **Marla Helena Serafim**, presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes e membro da Comissão Concelhia do Montijo, do PCP.

Temas da actualidade política e as posições do Partido, as tarefas dos comunistas e a actual campanha de reforço organizativo em curso foram temas abordados neste convívio. Foi também sublinhada a importância da campanha de 1500 contos para o pagamento dos encargos com o novo CT. No espaço de dois meses, a campanha já registava 250 mil escudos.

Durante a jornada festiva foi

anunciada a realização da 4.ª Assembleia da Organização Concelhia do Montijo em 10 de Maio próximo. Entre as múltiplas iniciativas que o Partido está a promover no concelho destacam-se a realizada ontem sobre o «Sucesso Escolar» e a do próximo sábado (ver **Agenda**), às 16 horas, em Canha, na Santa Casa da Misericórdia, sobre «a CEE, a produção e a industrialização do tomate». O deputado Rogério Brito participará neste debate. Recorde-se que em Canha está instalada a «Tocan», empresa de concentrado de tomate, paralisada desde o início do ano e com 60 mil contos de dívidas aos seus trabalhadores.

Dia 28, por iniciativa do PCP

Ria de Aveiro em debate

Ria de Aveiro: a que tínhamos, a que temos, a que queremos! Este o tema de uma importante iniciativa em que a organização distrital de Aveiro do PCP está envolvida e que terá lugar no próximo dia 28 de Março, pelas 15 horas, no Salão Cultural da Câmara Municipal de Aveiro.

Esta iniciativa pretende fazer um debate com o objectivo central de apreciar a situação actual da Ria de Aveiro, propor medidas e mobilizar as populações ribeirinhas para a defesa da Ria. Constitui também objectivo a elaboração de um instrumento legislativo a propor ao Grupo Parlamentar do PCP, no sentido de pôr fim a anos sucessivos de degradação da Ria e de adiamento de projectos imprescindíveis ao aproveitamento de todas as potencialidades económicas, sociais, culturais e paisagísticas.

O documento em preparação e a ser apresentado à discussão no referido debate parte da constatação de que a «**Ria que tínhamos**» é um factor a ter em conta para reequilibrar toda a política de gestão do meio, na região, tendo como base a sua história económica e cultural. Aprecia depois a «**Ria que temos**» dando como preocupantes os níveis de poluição a que está sujeita, fruto do aumento da população nos conce-

lhos ribeirinhos, o aparecimento da indústria no distrito, a construção desequilibrada de algumas infra-estruturas susceptíveis de afectar o ambiente e a paisagem, factores estes altamente responsáveis pelo rompimento do equilíbrio primitivo e causa do desmoronamento do muito que a Ria representou como fonte de riqueza e de trabalho, de cultura e de lazer.

Por último, na abordagem da «**Ria que queremos**» o documento-base coloca o princípio de que a Ria de Aveiro que queremos é aquela que compatibilize o direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado, com o desenvolvimento económico, cultural e social, na base do aproveitamento de todas as grandes e reconhecidas potencialidades da Ria.

São de combater afirmações infundadas, pessimistas ou mesmo fatalistas de que «a Ria está perdida» no sentido total e irreversível, ou que a Ria está num **beco sem saída**. É que tais afirmações têm sido aproveitadas e até ampliadas, exactamente para servirem como argumento justificativo na preterição das verbas e medidas que a Ria merece.

A **Ria que queremos** exige medidas de fundo, que têm que ver com uma corajosa intervenção de combate à poluição, designada-



mente com a aplicação de medidas e sanções específicas (tendo em conta a ofensa de que é vítima a Ria), concretamente a construção de infra-estruturas indispensáveis ao seu aproveitamento, reduzindo ao mínimo as consequências para com o ecossistema, enfim, com o respectivo ordenamento e a elaboração de um Plano Director.

É neste quadro que a CDA do PCP se propõe intervir junto do Grupo Parlamentar do PCP, no sentido da promoção de uma iniciativa legislativa, visando dotar a Ria de Aveiro de um organismo investido de meios rigorosamente definidos.

Internacional



Grandes lutas contra política do governo Gonzalez

De Madrid à base militar norte-americana de Torrejón de Ardoz são 13 quilómetros. 13 quilómetros percorridos, no passado dia 15, por cerca de cem mil manifestantes. Uma grande marcha a exigir o fim da presença militar norte-americana em Espanha, a saída do país da NATO, a proibição da instalação de armas nucleares em território espanhol. As palavras de ordem defendiam «neutralidade e soberania nacional». Junto à base de Torrejón, a polícia reprimiu os manifestantes concentrados, disparando balas de borracha. Balas de borracha foram também utilizadas contra os trabalhadores metalúrgicos da cidade de Reinosa, a norte de Madrid. Os contingentes policiais fizeram disparos até esgotarem as suas munições de balas de borracha. Ficaram feridas cerca de 90 pessoas. Os metalúrgicos de Reinosa, protestavam contra a tentativa de despedimento de 400 dos 1700 trabalhadores da sua empresa.

A manifestação de Reinosa integrou-se numa jornada de luta, realizada dia 11, em que milhares de trabalhadores se manifestaram em mais de 40 cidades de Espanha, contra a política económica do governo de Gonzalez, e as tentativas de impor um tecto salarial de 5%.

A jornada de dia 11 culmina um processo de lutas englobando os mais diversos sectores laborais: mineiros das Astúrias, estudantes, médicos, agricultores (contra as consequências da adesão à CEE), assalariados rurais da Andaluzia.

Uma luta que prossegue. Novos movimentos grevistas estão já marcados. A central sindical «Comisiones Obreras» prepara uma greve geral para início do próximo mês.

Que «ponto de vista» vai prevalecer?

A grande marcha para Torrejón coincidiu com a chegada a Madrid do secretário norte-americano de Defesa, Caspar Weinberger. Weinberger veio a Espanha defender o que seria indefensável, pelo mais elementar respeito devido às decisões assumidas pelo povo espanhol.

No referendo para decidir da entrada da Espanha na NATO, re-

alizado há um ano, três condições foram colocadas em preâmbulo (a «solução» encontrada pelo governo socialista espanhol para arrancar o Sim...) — a não participação na estrutura militar da NATO, proibição do estacionamento e armazenamento de armas nucleares no território espanhol e uma gradual redução da presença militar norte-americana em Espanha.

Weinberger chegou a Madrid sem nenhuma posição de redução da presença militar dos EUA, muito pelo contrário, e referindo-se a Espanha como país integrado na estrutura militar da NATO.

Recusando qualquer redução de armamentos (quando muito a transferência de Torrejón), afirma que «do nosso ponto de vista (os caças F-16 em Espanha) são parte vital da defesa da NATO, são extremamente necessários».

Acontece que é outro o «ponto de vista» do povo espanhol.

Uma política antipopular

Esta confluência de movimentos de luta em Espanha é bem significativa do descontentamento popular com a política de Gonzalez. Ergue-se, simultaneamente, contra as «duas faces» de tal política — no plano interno

como no plano externo. E a realidade concreta bem testemunha da profunda ligação entre estas «duas faces».

Um exemplo.

Entre as reivindicações avançadas pelos estudantes espanhóis em luta, inscreve-se a de um aumento do orçamento para a educação nacional à razão de 5% do PIB (produto interno bruto). O ministro respondeu aos estudantes argumentando, entre outras coisas, que não haveria o dinheiro necessário para levar à prática as suas exigências (em síntese dirigidas contra um ensino elitista).

Tal tipo de resposta (e de política) significa na prática que amplos sectores da juventude, desprovidos da qualificação exigida pelas novas tecnologias, têm como a perspectiva mais certa, o desemprego ou, na «melhor» das hipóteses, o trabalho precário.

E importa relembrar que hoje existem cerca de 3 milhões de desempregados em Espanha, o que corresponde a mais de 21 por cento da população activa espanhola. Acrescente-se que mais de 1,5 milhões não recebem qualquer subsídio.

Mas para as armas o dinheiro não falta. A dinâmica do crescimento das despesas militares tem, ultimamente, sido muito superior à evolução das outras rubricas do orçamento, tendo praticamente duplicado desde 1982. E nem só de «despesas correntes» se trata. Segundo informações divulgadas por «El País», a Espanha está a um passo de se converter numa potência nuclear. Por outro lado, 40 milhões de pesetas anuais são destinadas a um centro de investigação ligado ao Estado-Maior-General, onde se desenvolvem investigações no campo nuclear, algumas das quais relacionadas com o desenvolvimento do *laser* de accionamento atómico, uma das armas da «guerra das estrelas».

São múltiplos os motivos de descontentamento e luta para o povo espanhol.

Internacional

Não-Alinhados debatem crise latino-americana

Decorreu a semana passada, em Georgetown, capital da Guiana, a sessão do «Bureau» coordenador do Movimento dos Não-Alinhados, dedicada aos problemas da América Latina e Caraíbas. Os trabalhos foram dominados pela análise da crise centro-americana e o problema da dívida externa latino-americana. Se no domínio político a maioria das vozes que se fizeram ouvir condenaram, como já se esperava, a ingerência norte-americana e a sua política de agressão na América Central, sustentando que o Movimento dos Não-Alinhados deve apoiar o processo de Contadora bem como os princípios da não ingerência, da autodeterminação e do pluralismo ideológico na região, no domínio económico foi-se bastante mais longe.

Com efeito, os participantes na sessão pronunciaram-se sobre a **necessidade de libertar os países devedores mais pobres do pagamento dos juros dos empréstimos, propondo ainda a amortização da dívida externa fique dependente dos resultados das balanças comerciais dos países devedores.**

Duas tomadas de posição que decorrem por um lado da análise realista dos gravíssimos problemas económicos da região, que passa pela constatação da impossibilidade de pagamento das dívidas em muitos casos e, por outro, do sentimento crescente da necessidade de avançar na criação de uma Nova Ordem Económica Internacional.

Como foi salientado num relatório apresentado para debate, a

maioria dos países latino-americanos vê-se hoje obrigada a gastar mais de 33 por cento do seu rendimento nacional com a amortização da dívida externa o que, como fizeram notar os ministros dos Negócios Estrangeiros do Peru e da Argentina, liquida de imediato o desenvolvimento económico da região.

Tal afirmação, ao contrário do que os círculos imperialistas querem fazer crer, está longe de ser retórica. Basta dizer que apenas os dez maiores devedores latino-americanos (Brasil, México, Argentina, Venezuela, Chile, Peru, Colômbia, Equador, Uruguai e Bolívia) devem qualquer coisa como 367 mil milhões de dólares, ou seja, mais de um terço da dívida externa do planeta. O que significa, evidentemente, que mais

cedo ou mais tarde algo terá de acontecer nestes países, se não pretenderem pôr em causa a sua própria sobrevivência.

Depois da decisão do Peru de não dedicar mais de 15 por cento das suas receitas de exportação com os encargos anuais da dívida e que agora se propõe reduzir essa quota para 10 por cento, a decisão do Brasil de suspender unilateralmente o pagamento do serviço da sua dívida externa veio demonstrar ao chamado «Clube dos Ricos», as entidades e os países credores, que a situação dos países do Terceiro Mundo face à questão da dívida externa entrava decisivamente num ponto de viragem.

Como se esperava, a decisão brasileira teve reflexos imediatos na América Latina. O governo do Equador decidiu interromper até ao fim do ano em curso o pagamento dos juros e a amortização da dívida externa; embora as autoridades equatorianas invoquem os estragos provocados pelo forte terramoto que há cerca de quinze dias abalou o país, é um facto que o Equador já não estava em condições de pagar este ano mais de mil milhões de dólares aos seus credores, pela dívida que ascende a cerca de 9 mil milhões de dólares. O governo da Venezuela, por seu turno, bate-se de momento para que as suas capacidades de pagamento fiquem ligadas às flu-

tuações do preço do petróleo, o que os credores dos 34 mil milhões de dólares da dívida do país não estão a achar particularmente agradável.

Também na Argentina o governo de Raul Alfonsín está a ser pressionado para que declare uma moratória ao pagamento dos juros, enquanto se anuncia para este mês uma reunião dos devedores latino-americanos, por iniciativa dos presidentes da Colômbia e da Venezuela, com o apoio do Uruguai.

Enquanto isso, a posição do Brasil — que só nos últimos dois anos gastou 24 mil milhões de dólares com os pagamentos dos juros dos empréstimos e créditos estrangeiros — endurece. O respectivo ministro das Finanças, Dilson Funaro, afirmou ao jornal nipónico «Nihon Keizai» que as autoridades brasileiras não permitirão que o FMI, dominado pelos EUA, continuem a intervir na vida económica do Brasil, recordando que no passado a acção do Fundo originou uma grave deterioração das condições conjunturais do país e o agravamento do seu atraso.

Não parecem restar dúvidas de que as propostas apresentadas em Georgetown, se já são reflexo desta situação, vão também influenciar, em defesa dos respectivos países e povos.

Nicarágua rejeita diálogo com os «contras»

Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, reafirmou a semana passada ser impossível qualquer tipo de diálogo ou reconciliação com os «contras» que combatem o regime sandinista, apoiados pelos Estados Unidos. Segundo o dirigente nicaraguense, a única saída para os contra-revolucionários é a de deporem voluntariamente as armas, ao abrigo da lei da amnistia aprovada pelo governo. Uma iniciativa que a administração Reagan e os chefes somozistas seus aliados receiam cada vez mais, tendo em consideração o desmembramento da chamada «União Nicaraguense de Oposição» (UNO) por dissidência dos principais dirigentes. São de resto notórias as dificuldades com que os «contras» se debatem para criar uma aparência de unidade entre os anti-sandinistas, apesar das declarações de Aldofo Calero, da organização somozista «Frente Democrática Nicaraguense», de pretender criar uma nova «coligação» para tentar substituir a «UNO».

Ao contrário dos «contras», profundamente divididos, o povo nicaraguense, como sublinhou também Daniel Ortega, encontra-se firmemente determinado em defender, por todas as formas, a sua independência, soberania e liberdade, apesar dos enormes sacrifícios que lhes são impostos pela política intervencionista dos EUA.

Uma política que não tem conseguido no entanto impedir a revolução sandinista de registar importantes sucessos em diversos domínios da vida nacional, como é o caso da educação. O novo ano lectivo na Nicarágua, que se iniciou este mês, é bem o exemplo disso: mais de um milhão de nicaraguenses (um terço da população do país) entrou nas salas de aulas, batendo todos os recordes de frequência escolar. E isto apesar dos 350 edifícios escolares destruídos pelos «contras» no norte do país, e do assassinato de dezenas de professores voluntários que se haviam deslocado para as regiões montanhosas a fim de ensinar os camponeses a ler e a escrever.

É de salientar que apesar das difíceis condições impostas pela guerra, o governo tem dado toda a atenção ao sistema de ensino que, juntamente com a saúde pública, absorve 24,8% do orçamento nacional.

CIA responsável pela morte de Roland Olaliya

Segundo o jornal «Manila Times», o assassinato do sindicalista filipino Roland Olaliya foi obra de uma conspiração montada pela Agência Central de Informações (CIA) norte-americana e por cúmplices filipinos.

O dirigente sindical, afirma o referido jornal, era um dos primeiros de uma lista de quarenta políticos e figuras públicas filipinas que se opõem à ingerência norte-americana no país, presumivelmente para abater.

O jornal chama ainda a atenção para o facto de as circunstâncias do assassinato de Roland Olaliya se assemelharem a crimes idênticos levados a cabo contra elementos progressistas nos países latino-americanos, o que reforça as insistentes denúncias que vêm sendo feitas, em particular pelos democratas colombianos, da existência do chamado «Plano Condor», cujo objectivo é a eliminação física dos dirigentes mais influentes que escapam ao controlo de Washington.

Governo salvadorenho não responde às propostas de paz da guerrilha

As novas propostas de paz apresentadas pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e a Frente Democrática Revolucionária (FDR), não mereceram até à data, qualquer resposta do governo salvadorenho presidido por Napoleon Duarte.

As novas propostas prevêm, como primeiro passo, o cessar-fogo e a formação de um governo de transição em que estejam representadas todas as forças políticas do país que são contra a continuação da guerra civil. As medidas preconizadas pela FMLN e a FDR foram apresentadas através de um documento distribuído aos participantes da conferência sobre «Iniciativas políticas com vista à regularização da crise no país», promovida pela Universidade Nacional de São Salvador, e reiteram que o governo a formar deverá restabelecer as liberdades democráticas no país, garantir a observância dos direitos do homem e levar à prática transformações socio-económicas em benefício das mais amplas massas da população.

Mineiros sul-africanos ameaçam entrar em greve

A União Nacional dos Mineiros, o maior sindicato negro da África do Sul, ameaçou levar a cabo uma greve nacional caso o patronato não aceite iniciar, até ao próximo dia 30, conversações sobre o aumento de salários e a abolição do actual sistema de recrutamento de mineiros. O recrutamento de mineiros é considerado desumano, já que provoca a separação de famílias e obriga os trabalhadores a viver de forma que faz recordar os campos de concentração, instalados em cabanas miseráveis cercadas de arame farpado e torres de observação. O salário destes trabalhadores, que produzem cerca de 15 por cento do PNB e originam 60 por cento de todas as receitas em divisas do país, é várias vezes inferior ao dos mineiros brancos.

Saudação do PCP ao PC do Bangladesh

De 10 a 14 de Março realizou-se em Dacca, capital da República Popular do Bangladesh, o IV Congresso do Partido Comunista do Bangladesh, a que o CC do PCP enviou a seguinte saudação:

Queridos Camaradas,
Por motivo da realização do IV Congresso do Partido Comunista do Bangladesh o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do Partido Comunista do Bangladesh, e por seu intermédio todos os membros do PCB as fraternais

saudações dos comunistas portugueses.

O PCP saudou a conquista da independência e a instauração da República Popular do Bangladesh e condenou firmemente o sangrento golpe militar de 1975 e os regimes ditatoriais que se lhes seguiram nos últimos anos, é solidário com a luta dos comunistas, das forças democráticas e patrióticas e dos trabalhadores do Bangladesh pela verdadeira independência nacional, pela democracia, o progresso social e a paz. Dese-

jamo-vos os melhores sucessos aos trabalhos do vosso IV Congresso e novos êxitos à luta que travais em tão difíceis condições em defesa dos interesses das massas trabalhadoras, contra o poder militar reaccionário e pela restauração da democracia, por um governo democrático e patriótico que salguarde a independência e a soberania nacional, e abra ao povo do Bangladesh o caminho do progresso social.

Expressando a vontade de desenvolver as relações de amizade

e solidariedade entre os nossos dois partidos, com base nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, enviamo-vos, queridos camaradas, as nossas fraternais saudações.

Viva o IV Congresso do Partido Comunista do Bangladesh!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista do Bangladesh!

Viva o Internacionalismo Proletário!

Mensagem do PCP ao PSP do Líbano

Por ocasião da passagem do 20.º aniversário da morte de Kamal Jumblat, o CC do PCP enviou ao CC do Partido Socialista Progressista Libanês a seguinte mensagem:

Queridos camaradas
O Partido Comunista Português associa-se com grande respeito à homenagem prestada a Kamal Jumblat, fundador do Partido Socialista Progressista do Líbano, líder do Movimento Nacional Libanês e figura eminente do movimento de libertação árabe e internacional, por ocasião do 20.º Aniversário da sua morte.

Ao fazê-lo, evocamos a grande

contribuição do camarada Jumblat à luta das forças patrióticas e progressistas libanesas, do povo palestino e dos povos árabes em geral; evocamos o seu combate corajoso em prol de um Líbano independente, soberano, unido, democrático e progressista e a sua acção em favor da cooperação e unidade de todas as forças patrióticas e progressistas libanesas, em particular de comunistas e socialistas; evocamos a sua posição antifascista, anti-imperialista e anti-sionista e a sua contribuição para a amizade das forças do progresso social e da paz.

A vida e a luta do camarada Kamal Jumblat são ricas de experiências e ensinamentos para o combate actual em que as forças patrióticas e progressistas libanesas estão empenhadas pela completa libertação dos territórios ocupados por Israel, contra a política de ingerência e agressão do imperialismo no Líbano, e em primeiro lugar dos EUA, contra os propósitos das forças reaccionárias e fascistas libanesas. É o igualmente em relação à luta por uma paz justa e duradoura no Médio Oriente, de que são elementos fundamentais a salvaguarda da independência e integridade terri-

torial do Líbano e o reconhecimento dos direitos nacionais do povo palestino, incluindo o direito à criação do seu próprio Estado independente e soberano.

Nesta luta, em que o PSPL desempenha um importante papel, podeis estar certos, de poder contar com a activa solidariedade dos comunistas portugueses.

Reafirmando a nossa vontade de prosseguir e reforçar as relações de amizade e solidariedade existente entre o PCP e o PSPL, transmitimo-vos votos dos maiores sucessos à luta do PSPL e de todas as forças patrióticas e progressistas libanesas.

O Militante

- Boletim de Organização do PCP

ASSINATURA DE 6 OU 12 NÚMEROS

Continente	220\$00 - 440\$00
Regiões Autónomas	280\$00 - 560\$00
Europa	550\$00 - 1100\$00
Angola, C. Verde, Guiné, Moçambique, S. Tomé	750\$00 - 1500\$00
Outros Países	850\$00 - 1700\$00

Internacional

Marcha em Paris contra lei anti-imigrantes

Governo francês recua

O governo de direita francês perdeu mais uma batalha. Naturalmente na perspectiva de um adiamento dos problemas para «melhores dias»... O que nada retira à importância da vitória popular. Dia 15, dezenas de milhares de manifestantes exigiram nas ruas de Paris a retirada total do projecto governamental — de cunho profundamente racista — de reforma do Código de Nacionalidade, e que restringe o acesso à nacionalidade francesa, pondo em causa a sua aquisição automática pelas crianças nascidas em França, filhas de imigrantes. Do projecto governamental discordam naturalmente os trabalhadores, mas também diferentes personalidades e organizações.

A reforma assim recusada — mas que «não foi abandonada», segundo afirmações do ministro da Justiça — insere-se no processo de uma política que tem vindo a ser desenvolvida contra os imigrantes. Mão-de-obra hoje «a mais», na perspectiva do capital. Vitória não só de medidas legislativas cada vez mais gravosas — a somar às discriminações de sempre — como ainda de uma verdadeira campanha racista e fascizante.

Leis anti-imigrantes

O esforço para se «desembaraçar» dos imigrantes não é um facto novo na política do capital. Data concretamente desta nova fase de evolução e crise do capitalismo em que o desemprego assumiu o carácter de problema maior. Neste contexto são lançadas campanhas ignóbeis, como a da direita em França, com o lema: três milhões de desempregados = três milhões de imigrantes (aliás,

escamoteando o simples facto de a estrutura de emprego dos imigrantes não coincidir com a dos trabalhadores nacionais — foi para ocupar postos de trabalho sem classificação que os trabalhadores imigrantes foram outrora «importados»...).

De par das campanhas, destinadas a preparar a opinião pública, vêm as leis, e a prática respectivas.

Entre 1975 e 79 inicia-se a política de «ajuda ao regresso». Aos trabalhadores imigrantes era oferecido dinheiro para que regressassem aos seus países. Assim se facilitava ao patronato a concretização da nova fase de reestruturação com recurso aos despedimentos massivos.

Os projectos de Barre-Bonnet-Stoléru datam de 1980.

Que visam esses projectos? — Tornar mais precárias as autorizações de trabalho, com a supressão das cartas de trabalho de validade permanente;

— A retirada dos documentos quando o titular está desempregado ou não dispõe de recursos regulares durante 6 meses;



Uma inscrição racista. Culpar os imigrantes dos problemas dos trabalhadores nacionais, é parte da política da direita. Mas não são os imigrantes que encerram as fábricas...

— Pôr em causa o estatuto de residente privilegiado, exigindo para tal uma presença ininterrupta de 20 anos;

— A expulsão pura e simples em caso de situação irregular.

A política do capital é coerente. Trata-se de adaptar a situação dos imigrantes, à «flexibilização» que se pretende para os trabalhadores nacionais. Com custos agravados para os imigrantes, ligados à vulnerabilidade da sua própria situa-

ção social, nomeadamente familiar.

A derrota da direita em Maio de 81 permitiu temporariamente uma melhoria da situação. Que logo após viria a sofrer novos agravamentos.

Em 1984, novamente a política de «ajudas» ao regresso. Aliás acompanhada de vasta campanha racista.

Atentado às liberdades

O regresso da direita ao poder abre portas a pôr em causa direitos fundamentais dos assalariados, o que passa nomeadamente pela aprovação da lei suprimindo as autorizações administrativas para os despedimentos. As leis avançadas contra a imigração assumem mesmo a forma de graves atentados aos direitos e liberdades. Controlos de identidade, expulsões administrativas, são legalizados (e banalizados). A CGT denuncia então que «a coberto de lutas contra as entradas clandestinas, a delinquência e o terrorismo, trata-se da instalação de uma in-

segurança ao nível de Estado, visando impor importantes restrições às liberdades individuais e colectivas, nomeadamente a de associação».

Assim se interligam os factos. A ofensiva do capital contra os imigrantes, desenvolve-se em simultâneo com a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e serve mesmo de cobertura a um ataque aos direitos democráticos.

Por isso também é comum a luta dos trabalhadores e dos diferentes sectores sociais, com a luta dos imigrantes.

Não foi por acaso a manifestação culminante do movimento estudantil contra os projectos governamentais (suspensos) de reforma elitista do ensino, foi também uma enorme manifestação de pesar e luto por um jovem filho de imigrantes assassinado pela polícia. Foi também uma manifestação profundamente anti-racista. Dia 15, novamente nas ruas de Paris, se demonstrou da consciência de que estão ligados os destinos dos trabalhadores franceses e imigrantes. Como dos destinos dos seus filhos.

A luta é uma só.

Nota do Secretariado do CC do PCP

O Secretariado do CC do PCP divulgou no passado dia 12 uma nota sobre a atitude assumida pelo Governo no que se refere à visita efectuada por uma delegação da Assembleia da República à União Soviética. Pelo seu interesse, transcrevemos na íntegra a citada nota.

1 A nota oficiosa do Governo relativa à visita que uma delegação da Assembleia da República está a efectuar à União Soviética tem de ser considerada como um gravíssimo passo na escalada de afrontamento institucional em que de há muito o Governo minoritário do PSD está envolvido.

2 Trata-se, com efeito, de uma insolente tentativa de humilhar e vexar a Assembleia da República e o seu Presidente (que dirige a referida delegação parlamentar), interferindo abusiva e ilegítimamente nas suas orientações, decisões e compromissos e procurando sujeitá-la a concepções e critérios inspirados na política de guerra fria e ditados por interesses de círculos imperialistas em tudo contrários ao interesse nacional e a princípios basilares da convivência internacional.

3 No que respeita ao pretexto invocado pelo Governo, é indispensável esclarecer que a República da Estónia faz parte integrante da União das Re-

públicas Socialistas Soviéticas desde a insurreição e revolução popular que se seguiu à libertação da ocupação nazi. A presente manobra governamental insere-se manifestamente na orientação seguida pelos círculos mais agressivos da NATO e do imperialismo norte-americano visando contestar as fronteiras saídas da Segunda Guerra Mundial que são uma realidade política e jurídica expressamente reconhecida e consagrada na Acta Final de Helsínquia que Portugal assinou.

4 O PCP pronuncia-se no sentido de que a dignidade e prestígio da Assembleia da República e a sua independência face a outros órgãos de soberania exigem imperativamente à frontal rejeição das pressões desenvolvidas pelo Governo PSD/Cavaco Silva e que visam atrelar a Assembleia da República a uma política externa governamental caracterizada por uma indigna subserviência e pela completa falta de qualquer sentido patriótico e nacional.

5 O PCP chama a atenção da opinião pública e de todas as forças democráticas para a evidência (que este grave acontecimento reforça mas que tem tido múltiplas outras manifestações) de que o Governo PSD/Cavaco Silva persiste numa intolerável atitude de rebeldia institucional que, só por si, torna particularmente premente e justificada a sua demissão e substituição.



Rodney Arismendi

edições **Avante!**

A REVOLUÇÃO LATINO-AMERICANA

ANO 20 - SEM. VI - N.º 373 - 40000 DE 1987 - PREÇO: 1500
Publicações de todos os países: UNI-VOL!
Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Numa fábrica de calçado o patrão, por ocasião do Natal, deu aos operários alguns quilos de castanhas e outros géneros. Passado o Natal, o mesmo patrão aumentou meia hora por dia no trabalho, sem qualquer remuneração, procurando cobrar assim o valor que tinha oferecido aos operários.

Estes também não estiveram pelos ajustes. Combinaram que à hora regulamentar parariam o trabalho e assim fizeram. Chegada a hora, nem um só trabalhou.

Ante a admiração do patrão pela sua atitude, os operários perguntaram-lhe se ele queria com meia hora a mais de trabalho cobrar as castanhas que lhes tinha oferecido. Perante a resolução firme e unida dos trabalhadores, o explorador resolveu restabelecer o horário normal.»

(...)

(«Exploração infame!» — «Avante!», VI série, n.º 8, Março de 1942)

ANO 20 - SEM. VI - N.º 373 - 40000 DE 1987 - PREÇO: 1500
Publicações de todos os países: UNI-VOL!
Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Protestando contra a proibição da entrada do Prof. Rui Gomes em Portugal, mais de 200 estudantes de várias associações do Porto, reunidos no dia 9 de Janeiro, aprovaram uma moção dirigida ao Conselho Escolar da Fac. de Ciências da Universidade do Porto para que tome posição a favor da reintegração imediata do Prof. Rui Gomes na Universidade.

Para fazer entrega da moção os estudantes dirigiram-se em manifestação para a Faculdade, empunhando dois cartazes que diziam: «Exigimos a reintegração de Rui Luís Gomes na Universidade» e «Exigimos a reintegração imediata de todos os professores expulsos na Universidade!», ao mesmo tempo que gritavam: «Rui Luís Gomes!» e «Regresso de todos os exilados políticos!».

(«Prof. Rui Gomes» — «Avante!», VI série, n.º 451, Março de 1973)

ANO 20 - SEM. VI - N.º 373 - 40000 DE 1987 - PREÇO: 1500
Publicações de todos os países: UNI-VOL!
Avante!
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

«Novo incêndio, desta vez na Vila da Feira, acaba de lançar na miséria mais operários corticeiros. Recentemente, deu-se ainda outro no Poço do Bispo, Lisboa.

Quando dos incêndios em Silves e Almada, o fascismo, os patrões reaccionários e a imprensa ao serviço dos monopólios procuraram fazer crer que eram acções de terroristas da classe operária e do PCP. A provocação não resultou, apesar das prisões e ameaças. Ao contrário, provou-se e está-se provando no grande movimento corticeiro que o PC aconselha outro métodos de luta: as acções de massas, a formação de amplas comissões, as reclamações, concentrações e paralisações discutidas e aprovadas por todos os trabalhadores. Provou-se também que os interessados nestes incêndios não são os trabalhadores, mas apenas os fascistas e o patronato reaccionário. O P. Comunista torna a perguntar: quem são os incendiários?» (...)

(«Quem são os incendiários?» — «Avante!», VI série, n.º 99, Março de 1947)

«Na véspera da visita, 42 mastros da ornamentação desapareceram: tinham ido ornamentar o rio Mondego. Várias inscrições contra a visita e o fascismo surgiram em diversos locais, inclusivamente numa ponte rolante de difícil acesso. Para gáudio da população, na noite anterior e até à manhã seguinte, preso à porta da capitania, um burro ostentava o letrero seguinte: «Só cá vim para comer.» «Ele e o burro, ou a viagem do Tomaz à Figueira da Foz» — «Avante!», VI série, n.º 376, Março de 1967)

Obras no Vitória



O velho Vitória está em obras. Para além do restauro da frontaria — brevemente já a veremos de **cara lavada**, que é como quem diz: completamente restaurada!

— são necessárias grandes obras no interior. Necessárias e urgentes, dada a degradação do edifício, um antigo hotel que agora será finalmente adaptado às características de um Centro de Trabalho do Partido. E a questão, como nos sublinha o camarada **José Casanova**, membro da Comissão Política do PCP, no breve encontro que teve aqui na nossa redacção, é que essas obras terão de se estender por **oito pisos**: duas caves, rés-do-chão e mais cinco andares, **obrigando o Partido a um grande encargo financeiro**. Por isso aí está uma campanha de fundos em marcha, com o objectivo de atingir **no mínimo os 30 mil contos**, esperando-se que as organizações do Partido no distrito de Lisboa consigam ir mais longe.

Continuando nos próximos meses, esta é a segunda campanha que a Direcção da Organização Regional (ORL) se vê obrigada a lançar para o Vitória. Recorde-se que em Abril de 1985 encerrou a campanha de recolha de fundos para a compra do edifício, registando então um valor bruto de 78 mil contos, a que se deduziram 4 mil para despesas da própria campanha e os 60 mil para a compra. Sobraram, assim, 14 mil contos, verba muito insuficiente para responder aos encargos das obras a executar no interior.

**Um objectivo
de grande alcance
para o trabalho
do Partido**



A meta é ultrapassar os 30 mil contos!

Segundo o apuramento de 13 deste mês, a campanha do Vitória atingiu já os 3 220 584\$50, havendo organizações com percentagens muito significativas das suas metas

Como refere a carta-apelo enviada a camaradas e amigos pela DORL no fim do ano passado, aqueles 14 mil contos seriam quase inteiramente absorvidos com as obras do exterior, que, entretanto, decorrem com a rigorosa preocupação de respeitar e valorizar o conjunto da fachada deste edifício, reconhecido como parte valiosa do património arquitectónico da cidade de Lisboa.

Arrancando «a sério» no princípio deste ano, a campanha dos 30 mil vai, assim, ao encontro de um objectivo com grande alcance para o trabalho, a iniciativa e as responsabilidades dos comunistas, tornando o Vitória mais funcional e correspondendo à intensa actividade que ali decorre incluindo, naturalmente, os milhares de reuniões, colóquios, convívios e outras acções todos os anos.

Iniciativas viradas não só para a vida interna do Partido, mas também para a análise e o debate de temas envolvendo muitos outros cidadãos que não são membros nem mesmo simpatizantes do Partido. Um bom exemplo deste tipo de acções é, sem dúvida, a série de encontros-debate marcados para as primeiras quintas-feiras de cada mês com diferentes autores, iniciativa da célula dos escritores da ORL do PCP (ver mais adiante).

Materiais da campanha

Já divulgada em todo o distrito de Lisboa — embora seja necessário desenvolver um vasto trabalho de informação junto das populações —, a campanha para as obras do Vitória tem vários materiais e iniciativas como os «coupons» de importâncias diferentes, um grande sorteio a 29 de Maio, «cartões-compromisso» e vários artigos à venda nos Centros de Trabalho, nomeadamente isqueiros, porta-chaves, esferográficas, etc.

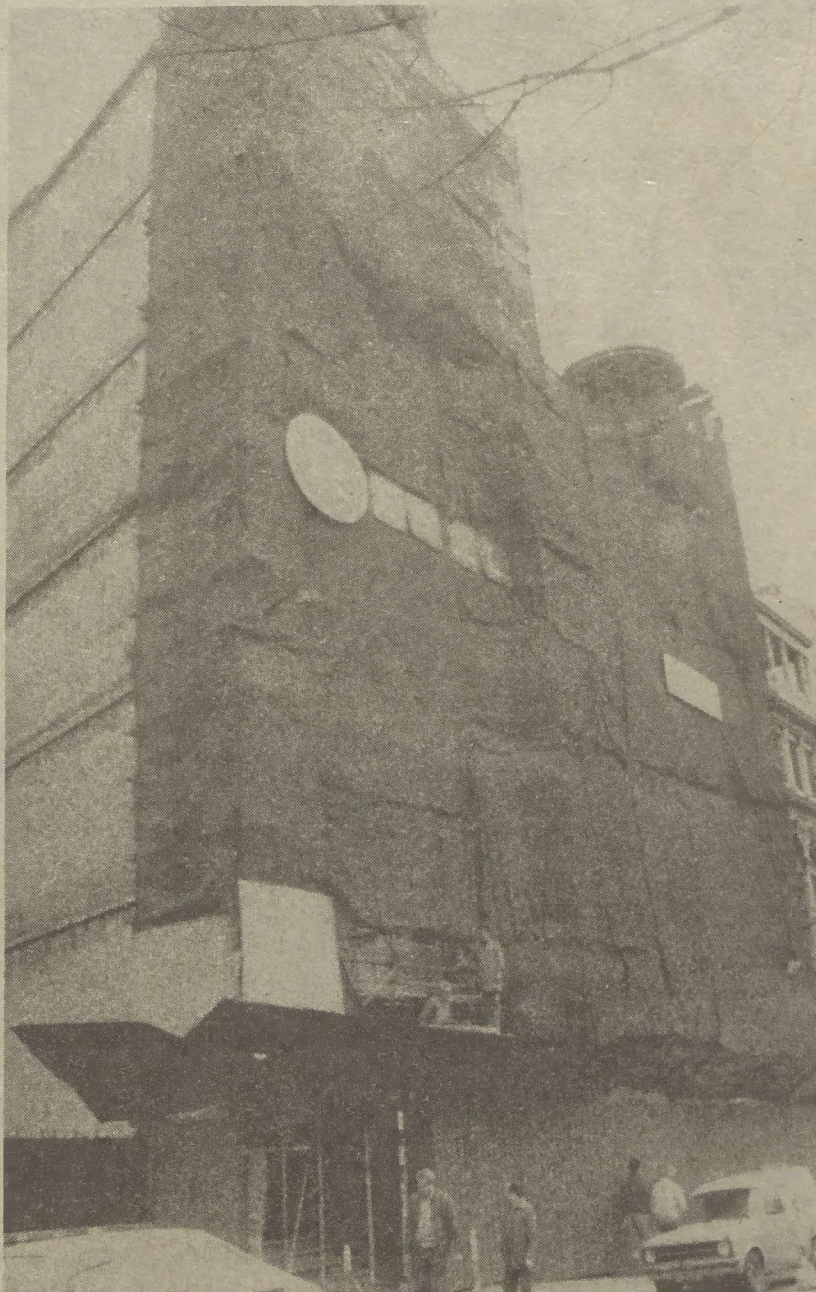
As formas de ajuda, como vê, são múltiplas e o apelo da DORL, contido na carta a que já aludimos, refere a dado passo:

«Todos sabemos as enormes dificuldades que os trabalhadores e outras camadas sociais do distrito sentem como consequência da política de direita que tem vindo a ser aplicada. Todos sabemos também que na luta travada contra essa política e em defesa dos interesses do Povo e do País, o PCP teve, tem e terá um papel decisivo e insubstituível. Todos sabemos ainda que os trabalhadores são a base fundamental de apoio da actividade do PCP e seu sustentáculo essencial no plano financeiro.»

Iniciativas de envergadura

Para além das numerosas e diversificadas acções programadas a nível local (bairro, freguesia, concelho, empresa, sector, etc.), a campanha vai integrar a realização de iniciativas de âmbito distrital com grande envergadura.

É o caso da excursão-gigante à Reforma Agrária marcada para 5 de Abril próximo. Afirmção de solidariedade e de apoio aos obreiros das grandes



Quando se tirar o pano, um «novo» Vitória surgirá na Avenida da Liberdade, com a manutenção e valorização de todos os elementos originais que constituem a sua frontaria



Recuperar os elementos metálicos em forma de tubo que fazem parte da frontaria do edifício é um dos trabalhos que decorre no Vitória, feito por mãos hábeis e especializadas



transformações nos campos do Sul, a iniciativa envolverá mais de meia centena de autocarros, que partirão, naturalmente, de diferentes pontos do distrito de Lisboa com destino aos 5 distritos da zona da Reforma Agrária. Já na próxima edição do «Avante!» daremos aos nossos leitores todos os pormenores sobre a realização desta viagem de solidariedade.

Especial entusiasmo está também a despertar o concurso de pesca desportiva, a realizar em 3 de Maio (domingo), entre o Guincho e Cascais. Mobilizando desde já a curiosidade e o interesse de centenas de camaradas, amigos e outros democratas, o concurso prevê a atribuição de prémios aos primeiros 70 classificados, incluindo taças e troféus. As inscrições funcionarão ainda a partir deste mês nos Centros de Trabalho do PCP na Grande Lisboa.

No último domingo de Maio, em local a anunciar oportunamente, decorrerá uma grande jornada distrital de confraternização, com um programa que inclui actividades desportivas, almoço-convívio, espectáculo musical e comércio.

Outras duas iniciativas de vulto nesta campanha do Vitória são o espectáculo a realizar em finais de Maio, princípios de Junho, promovido pelas organizações dos intelectuais, e a exposição-venda de livros, discos e artesanato, também em preparação.

Acompanhamento e coordenação

A campanha dos 30 mil contos é acompanhada e coordenada por uma comissão distrital constituída por 20 camaradas, pertencentes às diferentes organizações e sectores do distrito. Esta distrital tem um executivo de 6 elementos. Entretanto, em cada organização concelhia há uma comissão específica para a campanha.

De referir ainda que cada uma das iniciativas de envergadura, já aponta-



José Casanova, da Comissão Política do Partido, esteve na Redacção do «Avante!» para nos falar da campanha em curso para as obras no Vitória

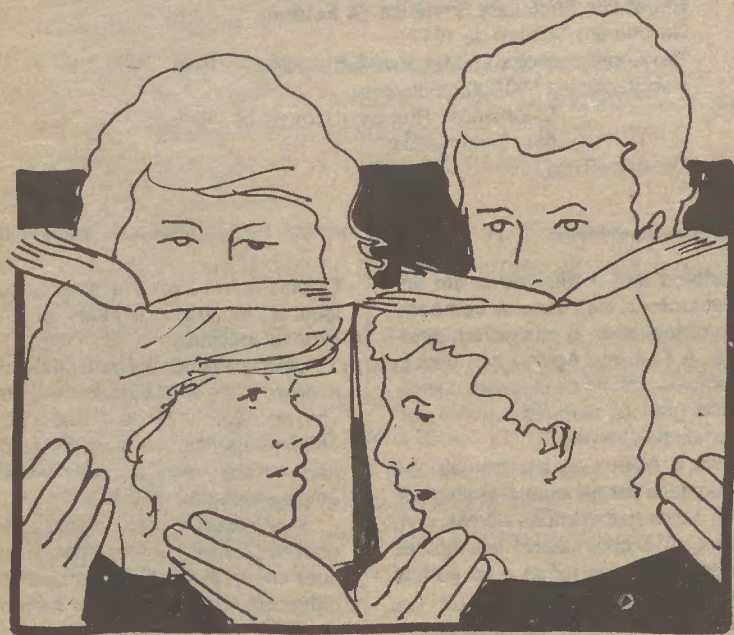
das, é dinamizada e coordenada por uma comissão específica.

As metas parciais, cuja soma conduz ao objectivo geral da campanha (30 mil contos no mínimo), foram definidas na base das possibilidades de cada organização do Partido no distrito de Lisboa.

No balanço semanal que todas as semanas chega à nossa redacção, estão anotados os totais obtidos pelos Intelectuais, FP, Saúde, Bancários, Seguros, OLL, S. Público, Transportes, S. Sindical, SIP/DORL, CT Vitória, concelhos da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra, os concelhos do norte do distrito (Alenquer, Arruda, Azambuja, Cadaval, Lourenhã, Mafra, T. Vedras, Sobral), Loures ocidental, Loures oriental, Queluz e Carnaxide, «diversos» e DORL.

■ JPO

LER e DIALOGAR



No Vitória O encontro ao vivo com a obra e o autor

«A partir da leitura de um livro e com a presença do autor, os leitores poderão comentar, questionar e melhor entender livros e autores». Este é o objectivo da série de encontros-debate organizados pela célula dos escritores de Lisboa do PCP. Iniciado no passado dia 5 com a discussão em torno do título «Vaga de Calor», romance de Urbano Tavares Rodrigues, este ciclo vai continuar sempre nas primeiras quintas-feiras de cada mês, no auditório do Centro Vitória, na Avenida da Liberdade em Lisboa.

«Ler e Dialogar» é o lema deste projecto de literatura ao vivo, aberto a todos os interessados e também com convites dirigidos aos órgãos de Comunicação Social, críticos de vários quadrantes ideológicos e estéticos, além dos convidados que cada autor participante quiser indicar.

Como assinala a célula dos escritores comunistas da ORL, «serão escolhidos livros recentemente publicados, sobretudo de literatura de ficção e também de poesia, independentemente dos seus autores serem ou não comunistas».

Os próximos

Depois do êxito do primeiro debate, o projecto Ler e Dialogar continua no próximo dia 9 de Abril com a «Jangada de Pedra» e José Saramago. Depois, no dia 7 de Maio os contos de Marla Ondina Braga, sob o título «Lua de Sangue», estarão no centro dos debates. O mesmo sucederá um mês depois, exactamente a 4 de Junho, com «Um Amor Feliz», romance de David Mourão Ferreira. A 2 de Julho estará no auditório do Vitória o poeta Luís Velga Leitão com a sua «Poesia».

De Setembro a Outubro próximos os encontros-debate serão dedicados, entre outros, a Fernando Campos e à obra «A Casa do Pó», a Mário de Carvalho e ao livro «A Paixão do Conde de Fróis», e a Manuel da Fonseca e às suas «Crónicas Algarvias». ■

Mais viva e reforçada na 10.ª edição

Uma nova Festa da Alegria

A 10.ª Festa da Alegria em Braga já tem data marcada: será a 3, 4 e 5 de Julho, no seu espaço de sempre — o Parque Municipal de Exposições. Ontem, a comissão organizadora encontrou-se com os jornalistas para divulgar os primeiros pormenores da iniciativa. Participaram na conferência de imprensa os camaradas Edgar Correia e António Lopes, membros suplentes da Comissão Política do Partido; Agostinho Lopes, do CC e da Direcção Regional de Trás-os-Montes; Henrique de Sousa, do CC e da DORM; e Herminio Bastos, da DORP, — estes dois últimos membros da comissão executiva da Festa, a que nos referiremos mais em detalhe ao longo das próximas edições do «Avante!» Para já alguns apontamentos da conferência de Imprensa:

Ao dobrar os 10 anos de existência, a Festa da Alegria vai ser este ano diferente, maior e melhor, na sua concepção, no seu programa, na sua dimensão, no seu espaço. Pretende ser este ano a grande festa do PCP no Norte, o grande espaço democrático de cultura, de festa, de convívio. Do norte e com impacto nacional. Conta para esse objectivo com a união dos esforços, do trabalho e da criatividade dos comunistas do Minho, do Porto e de Trás-os-Montes e com a solidariedade e a parti-



cipação reforçada de todas as Organizações Regionais do PCP.

Por isso, a X Festa da Alegria, até aqui organizada pelos comunistas minhotos, será este ano realização conjunta das 3 direcções das organizações regionais do PCP no Norte (DORM, DORP e DORT), que para tal constituiram já a respectiva comissão organizadora.

Por isso, ao espaço tradicional da Festa será acrescentado este ano a «grande nave», pavilhão municipal coberto, com cerca de 9000 m², em vias de acabamento, para o que decorrem as necessárias conversações com o conselho de administração do Parque Municipal de Exposições de Braga.

O objectivo assumido pelas 3 Direcções Regionais do PCP no Norte de fazerem este ano a Festa da Alegria a grande festa do Norte, foi prontamente saudado quando da sua divulgação no «Porto em Festa» no passado fim-de-semana e noutras iniciativas realizadas no Minho e está desde já a motivar a maior atenção e interesse na participação de camaradas e amigos da Festa da Alegria de várias regiões do País.

Correspondendo a esse interesse e dando corpo a uma ideia nascida na Festa da Alegria do ano passado, vão reunir-se em Braga no próximo dia 4 de Abril amigos da Festa de todo o País, para a constituição do «Clube dos Amigos da Festa da Alegria», reunião que será associada a um almoço-convívio e a uma visita ao local da X Festa da Alegria, sendo a concentração dos amigos da Festa às 11 horas da manhã, no Centro de Trabalho de Braga e podendo aí inscrever-se todos quantos estejam interessados em participar nesta jornada (telefones 275 00 e 254 44). ■



Na Marinha Grande



Em Braga

Ainda em foco o 66.º aniversário do PCP

Largas dezenas de iniciativas assinalaram no distrito de Lisboa a passagem do 66.º aniversário do Partido Comunista Português. Foram os convívios, alguns participados por centenas de pessoas, foram as sessões e os debates, as festas, o encontro de amizade e de confiança nas tarefas do presente e do futuro, sentimento que dominou também as numerosas iniciativas realizadas noutros pontos do País. Como sucedeu, por exemplo, no

Minho (foto de Braga), no distrito de Leiria (foto da Marinha Grande), no Grande Porto, no distrito de Setúbal, nas Beiras, no Algarve, nos arquipélagos dos Açores e da Madeira e no Alentejo. E também nas comunidades portuguesas radicadas no estrangeiro.

Inseridas na actual campanha de reforço organizativo do Partido, como lembram os comunistas da Mealhada e de Espinho (distrito de Aveiro),

que realizaram no último domingo iniciativas «que juntaram muitos militantes do Partido», as acções do 66.º aniversário foram caracterizadas, entre outros, por mais dois aspectos: marcaram com dinamismo a passagem do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, e a luta pelos seus direitos; e reuniram, em muitos casos, a presença significativa de democratas independentes e membros de outros partidos, como o PS, o PRD e o MDP.

ESTÓNIA socialista e soviética

**passos
de uma história
difícil**

A nossa realidade desmente as invencionices e as calúnias dos meos reaccionários de emigrantes e dos seus protectores ocidentais. A História lançou pela borda fora todas as suas profecias. Hoje uma vez mais, é verdade, se esforçam por denegrir os sucessos dos povos bálticos na fraterna família dos povos soviéticos. Um pequeníssimo extracto das palavras de Gorbachov, no encontro de quadros há pouco havido na Letónia. Palavras ditas de raspão num contexto diferente: o da batalha pela reestruturação, batalha de todo o povo soviético hoje. E que nos levam directamente à questão: porquê a provocatória posição do Governo português face à programada visita de uma delegação parlamentar portuguesa à Estónia, no âmbito da sua visita à URSS?

Porque uma outra campanha internacional anti-soviética (cada dia mais difícil...) estará a ser esboçada para tentar obscurecer aos olhos dos povos as imagens de um socialismo bem vivo, defrontando as dificuldades desta nova etapa de desenvolvimento e superação de problemas?

O «recado» para Lisboa veio de Washington, o chefe de batuta empenhado em alimentar um clima internacional de hostilidade e «guerra fria», favorável aos negócios do complexo militar industrial?

Onde se define a política externa portuguesa?

Mas vamos aos factos. As peças da história que conduziu à realidade de hoje de uma Estónia socialista, República Popular da URSS, e com gigantescos passos em frente no plano socioeconómico. Tudo factos imperdoáveis para a reacção.

Os factos da História

Em Fevereiro de 1918, tropas alemãs apoderam-se da Estónia e derrubam o poder soviético; Primavera de 1918, a mesma sorte coube à Ucrânia; Verão de 1918, o poder soviético é derrubado no Transcáspio com ajuda de tropas inglesas. Julho de 1919, queda do poder soviético em Baku em consequência de intervenção de tropas estrangeiras. Agosto de 1919, o poder soviético é derrubado na Lituânia com a ajuda de tropas alemãs e polacas. Janeiro de 1920, tropas alemãs e polacas invadem todo o território da Letónia soviética.

Um quadro muito geral que não deixa dúvidas quanto à agudeza da batalha de classes travada em torno da Revolução bolchevique e da construção dessa nova comunidade de povos que é a União Soviética. Foi uma longa e difícil guerra, em que as trincheiras passaram também por dentro das fronteiras dos países que hoje constituem a URSS. Tal como no nosso país em épocas decisivas, também nesses países os sectores mais reaccionários, o capital, foram cúmplices de invasores estrangeiros. No processo desenvolvido na interacção da luta interna e da realidade internacional, a vitória coube ao socialismo. É isso que a reacção internacional não perdoa.

Não estamos perante um jogo de xadrez, nem de negócio de gabinete, em que continentes são divididos à régua, como o fizeram os colonialistas em África, e países e povos reduzidos à condição de «posições estratégicas»,

ou de «fornecedores de matérias-primas».

É ridículo discutir hoje se a Estónia deveria ou não ser soviética!

É ridículo discutir hoje se a Estónia deveria pertencer à Finlândia! Aliás a revelia dos povos de ambos os países, que em condições históricas diferenciadas traçaram evoluções diferentes. Em 6 de Dezembro de 1917, o Parlamento Finlandês votou a favor da independência do país, voto reconhecido pela República Soviética.

Um caminho difícil

Em 26 de Outubro de 1917, quase em simultâneo com a vitória da revolução bolchevique em Petrogrado, o poder dos Soviéticos foi instaurado em Tallin e pouco depois em toda a zona con-

tinental da Estónia. Antes haviam sido desenvolvidas importantes acções comuns do proletariado russo e estoniano. A grande greve da manufatura de Krenholm data de 1872.

Com a revolução na Estónia, como em toda a República dos Soviéticos, o poder passou para as mãos da classe operária. Provisoriamente, o órgão superior do poder era o Comité Executivo dos Soviéticos da Estlandia. É a primeira forma de estrutura política nacional na história do povo estoniano. O projecto da primeira Constituição publicado em Janeiro de 1918, consagra que «a Comuna de trabalhadores da Estlandia é totalmente autónoma no que respeita a todos os problemas locais, tem o direito absoluto de em qualquer momento, sem solicitar o acordo de outros povos ou governos, se separar da Rússia ou aliar-se a qualquer outro Estado, ou ainda proclamar a independência».

Em 7 de Dezembro de 1918, um decreto especial é assinado por Lênine, reconhecendo a independência da República soviética da Estónia.

A revolução de Outubro havia criado as condições políticas propícias ao rápido desenvolvimento do país, tanto no plano socioeconómico como cultural.

Foi estabelecido o controlo operário sobre a produção, o consumo de matérias-primas, o escoamento de produtos fabricados, as questões financeiras. É introduzida a jornada laboral de 8 horas, contra as 10 a 14 horas anteriormente normais. Os bancos foram nacionalizados.

Pela primeira vez os actos admi-

nistrativos foram traduzidos em língua estoniana. Nas escolas começou a ser dispensado o ensino em estoniano. A Reforma Agrária deu origem ao estabelecimento de unidades colectivas nos grandes domínios outrora pertencentes aos barões.

Mas a nova vida impunha-se sob uma ameaça permanente. Nas ilhas estavam acantonadas tropas alemãs, contando com o apoio activo dos barões desapossados das terras e da grande burguesia local.

Numa situação muito difícil para o país dos soviéticos, e que impôs a necessidade da assinatura do tratado de Brest-Litovsk com a Alemanha, que deixava a esta amplo campo de manobra, as tropas alemãs entram na Estónia, e ocupam o país entre Fevereiro e Março de 1918. Para o povo estoniano gerou-se uma situação dramática. 50 gramas de pão era o que quotidianamente cabia de ração a cada pessoa. Os preços da farinha e das batatas aumentaram 35 vezes. O alemão foi proclamado língua oficial. Posteriormente foi negociada a passagem do poder, das tropas alemãs para a burguesia estoniana.

A luta continua. Em 29 de Novembro de 1918 é proclamada em Narva a República Soviética da Estónia. Em 19 de Dezembro de 1918 navios de guerra ingleses lançam âncora em Tallin. Pouco depois chegam à cidade os primeiros destacamentos de guardas brancos finlandeses. Com este apoio externo a burguesia desencadeia a guerra civil. No Verão de 1919, a Comuna deixa de existir. Para a reacção isto foi uma guerra de «libertação».

Da «independência» à verdadeira libertação

Em 1937, a fábrica de motores eléctricos «Volta» empregava um total de 50 operários, contra os 1500 em 1913. Neste mesmo período a fábrica de construções mecânicas de Frants Krull reduziu a sua produção em dez vezes. As construções mecânicas são um ramo tradicional da economia estoniana. A sorte que sofreu no longo período do domínio da burguesia, testemunha da situação para que toda a economia foi arrastada. Em 1939, a dívida externa da

Estónia representava uma soma quase igual ao montante de todos os fundos fixos da indústria.

Os trabalhadores foram brutalmente atingidos. Segundo cálculos aproximativos, em 1932 havia de 47 000 a 50 000 desempregados nas cidades estonianas, ou seja mais de duas vezes os empregados na indústria.

A repressão passou a fazer parte do quotidiano. Mais de cem processos políticos entre 1920 e 25. O assassinato de dirigentes comunistas. Em Dezembro de 1924, várias centenas de operários foram mortos, depois da insurreição do proletariado de Tallin.

A ameaça de Hitler haveria de condicionar de alguma forma esta política.

Em 21 de Junho de 1940 as sirenes das fábricas de Tallin dão o sinal de uma greve geral e de uma imensa manifestação exigindo um governo democrático. Os trabalhadores ocupam a sede do governo e libertam os presos políticos. É então formado o governo do célebre escritor antifascista Johannes Vares. Nas eleições realizadas a seguir para a «Douma», com a participação de 88% do eleitorado, os candidatos do bloco dos trabalhadores, a «Aliança do Povo Trabalhador», recolheram 92,8% dos sufrágios expressos.

Em 21 de Julho de 1940 a Estónia é proclamada República Socialista Soviética. Proclamação aceite pelo Soviete Supremo da URSS em 6 de Agosto de 1940.

A estes anos difíceis ia seguir-se a ocupação nazi. Mas a liberdade — e o socialismo — haviam sido solidamente conquistados. Com luta. Com sangue. E claríssima expressão da vontade popular em Junho de 1940.

Do salto que se seguiu — no conjunto das Repúblicas Bálticas — damos uma expressão concentrada: em relação a 1940, o ano em que se integraram na URSS, a produção industrial aumentou na Letónia de 55 vezes, na Estónia 58 vezes, na Lituânia 77 vezes.

É apenas um índice. Mas só por si um índice significativo das potencialidades do socialismo. A opção popular que o capital bem desejaria recusar por toda a parte — e importa ter sempre presente que é objectivo oficial da política da administração Reagan a liquidação do socialismo enquanto sistema.

Uma política que nada tem a ver com a Constituição Portuguesa. Mas que o Governo português tem demonstrado subscrever inteiramente. ■



Tallin. Imagem da cidade velha, premiada pela UNESCO. Uma capital que todo o mundo reconhece, menos o Governo de Cavaco. Orgulhosamente servil dos Estados Unidos...

■ Lígia Calapez

Euroshima nunca!

Não há outra alternativa

Uma nova proposta soviética está na mesa de conversações em Genebra. Trata-se, concretamente, de abrir o caminho da desnuclearização do planeta, pela desnuclearização da Europa. Uma possibilidade tornada possível em Reykjavik, onde o enorme esforço desenvolvido pela URSS, permitiu que fossem delineadas as grandes linhas de futuros acordos. O elemento novo na proposta: o desligar, temporário, da desnuclearização da Europa, de todo um conjunto em que naturalmente se insere o fim das armas estratégicas e a interrupção, a tempo, do processo que visa a militarização do Cosmos.

Os dados estão lançados, como é costume dizer. A resposta global do mundo capitalista, nomeadamente dos Estados Unidos, foi mais positiva do que vem sendo costume. Difícil voltar a recusar a velha «opção zero», como aliás Reagan ensaiou nas conversações da Islândia.

Será possível finalmente romper o processo suicida da corrida aos armamentos, ainda que de momento limitando-nos a um os seus elos?

Esta a grande questão. Para que a resposta não é fácil. E tão pouco será apenas decidida à mesa de conversações. Pertence a todos nós. Pelo que é bem oportuno sublinhar, uma vez mais, a **envergadura da ameaça** que poderemos começar a afastar.

Reproduzimos aqui dois curtos extractos de um texto da Comissão Permanente para a Paz e Cooperação de Berlim-Oeste, divulgado entre nós pela Organização dos Trabalhadores Científicos portugueses.

Do «arsenal de armas nucleares», se diz: «o número de ogivas é da ordem das dezenas de milhar mas o número exacto é quase irrelevante dado que existe um tal potencial que, mesmo reduzindo o arsenal a 5% do seu valor, ainda haveria potência suficiente para aniquilar toda a população do mundo».

Quanto aos «efeitos das armas nucleares», o texto não é menos esclarecedor, na sua sintética objectividade.

«O potencial de destruição das armas nucleares é incalculável. Um dos maiores bombardeamentos da 2.ª Guerra Mundial, o bombardeamento de Dresden, na noite de 13 para 14 de Fevereiro de 1945, causou em poucas horas mais de 60 000 mortos. A única bomba atómica que explodiu em Hiroshima em 6 de Agosto de 1945, com uma potência de 13kt, matou em poucos dias cerca de 120 mil pessoas. Igual número viria a sucumbir devido a lesões tardias».

A sucessão ininterrupta de propostas soviéticas, e concretamente a que há dias foi avançada no sentido de uma imediata liquidação de armas nucleares soviéticas e norte-americanas no continente europeu — insere-se antes do mais na consciência desta realidade, cada dia, literalmente, assumindo maior gravidade.

«Se não deixamos cair os braços em desânimo, nem batemos com a porta, embora para tal existam razões mais do que suficientes, é só porque estamos sinceramente convencidos da necessidade de novos esforços para construir relações internacionais normais na época nuclear. **Não existe, pura e simplesmente, outra alternativa**». São palavras de Gorbachov, na TV soviética, logo após Reykjavik.

Esta a lógica de uma batalha de sempre do socialismo, e que se vem a desenvolver hoje com particular coerência e dinamismo, em sucessivos passos interdependentes. 15 de Janeiro de 86 — a proposta, global e detalhada, para a total liquidação das armas nucleares até ao ano 2000. Reykjavik. E agora, Genebra.

A vitória das forças da Paz ainda não foi possível. Mas nenhum passo foi perdido. Será possível, finalmente, um primeiro abalo no poderoso edifício da ultrapassada lógica da guerra? Concretamente — será possível um primeiro golpe no império do complexo militar-industrial?



«Euroshima, nunca!» é, desde 1983, uma permanente exigência de massas em toda a Europa

Uma exigência de massas na ordem do dia

1983. Milhares e milhares de pessoas saíram às ruas das cidades da Europa. Estabeleceram acampamentos permanentes junto de bases militares norte-americanas. Reuniram assinaturas. Fizeram inúmeras reuniões de esclarecimento. Bateram-se no quotidiano, com um notável empenhamento. Um grande objectivo comum unificava realidades e movimentos diferentes, as mais diversas acções: «Euroshima, NÃO!». Foi a grande batalha contra a implantação dos Pershing-2 e dos mísseis de Cruzeiro.

Uma batalha em que no momento não foram atingidos os objectivos.

Discutia-se em Genebra, e já as bases estavam a ser preparadas, na Europa, para a instalação dos novos mísseis. Antes dos prazos programados, começaram a ser instalados. Era grande, em Washington e em Bruxelas, a pressa em concretizar a decisão assumida pela NATO, em Dezembro de 1979, de instalar na Europa sistemas norte-americanos, baseados em terra, compostos de 108 rampas de lançamento de «Pershing-2» e mais de 400 mísseis de Cruzeiro. 160 mísseis de Cruzeiro haviam de ser instalados na Grã-Bretanha, 108 instalações móveis de Pershing-2 e 96 Cruise (mísseis de Cruzeiro) na RFA. A Itália, a Bélgica e a Holanda acolheriam, respectivamente, 112, 48 e 48 Cruise. Mais tarde sealaria a colocação de um ainda maior número de mísseis.

O centro da Europa tornara-se num imenso paiol de armas nucleares.

Que Europa?

A imagem utilizada na grande campanha de massas contra os novos mísseis

norte-americanos — «Euroshima» — é perfeitamente adequada às realidades. Sobram cargas nucleares para transformar o nosso continente no cemitério de Hiroshima. E que, como hoje bem se sabe, não atingiriam «apenas» o velho continente, mas todo o planeta.

Ainda antes da instalação dos Pershing-2 e dos Cruise, o «New York Times» referia que os vectores de médio alcance na Europa Ocidental estão munidos de 3150 cabeças nucleares, as instalações tácticas de mais de 6 mil, sendo que a sua maioria tem uma força destrutiva muito superior à da «pequena» bomba de Hiroshima.

Só as forças avançadas norte-americanas na Europa (em navios e aviões de guerra estacionados no continente), e de acordo com estimativas norte-americanas, poderiam levar à liquidação de 20% da população da URSS e um quinto do seu potencial industrial.

As forças avançadas norte-americanas haveria que somar 64 mísseis da Grã-Bretanha e 98 mísseis e 44 bombardeiros da França — teoricamente não integrados na NATO.

Este o quadro anterior à instalação dos Pershing-2 e dos Cruise.

Neste «paiol nuclear», há que apon-

tar ainda o seu centro explosivo: a zona da Europa Central.

A zona da Europa Central ocupa 1/50 do território da Europa. Nesta pequena superfície estão concentrados 1/5 das tropas e armamentos da NATO e do Tratado de Varsóvia.

A gravidade da situação está à vista. Como a importância dos esforços dirigidos em particular a melhorar a situação, exactamente neste «corredor» central.

Mas nem só de concentração de armas se trata. Importa também ver as outras componentes de tal concentração.

Antes do mais, trata-se de armas mais «sofisticadas» e mortíferas.

Na fronteira entre os dois sistemas sociais historicamente antagónicos.

No ponto de partida de duas guerras mundiais que, no seu conjunto, fizeram 70 milhões de mortos.

E que hoje, em termos militares, se reduz a um «paiol» das mais sofisticadas armas dos Estados Unidos. Um continente que nos planos e cálculos do Pentágono e da Casa Branca, se destinaria ao papel de sua «ponta avançada» face à comunidade socialista.

«Euromísseis», morrer «por engano»?

E Reagan enganou-se... e em vez de carregar no botão para chamar a enfermeira, carregou no botão para lançar os



Euroshima nunca!

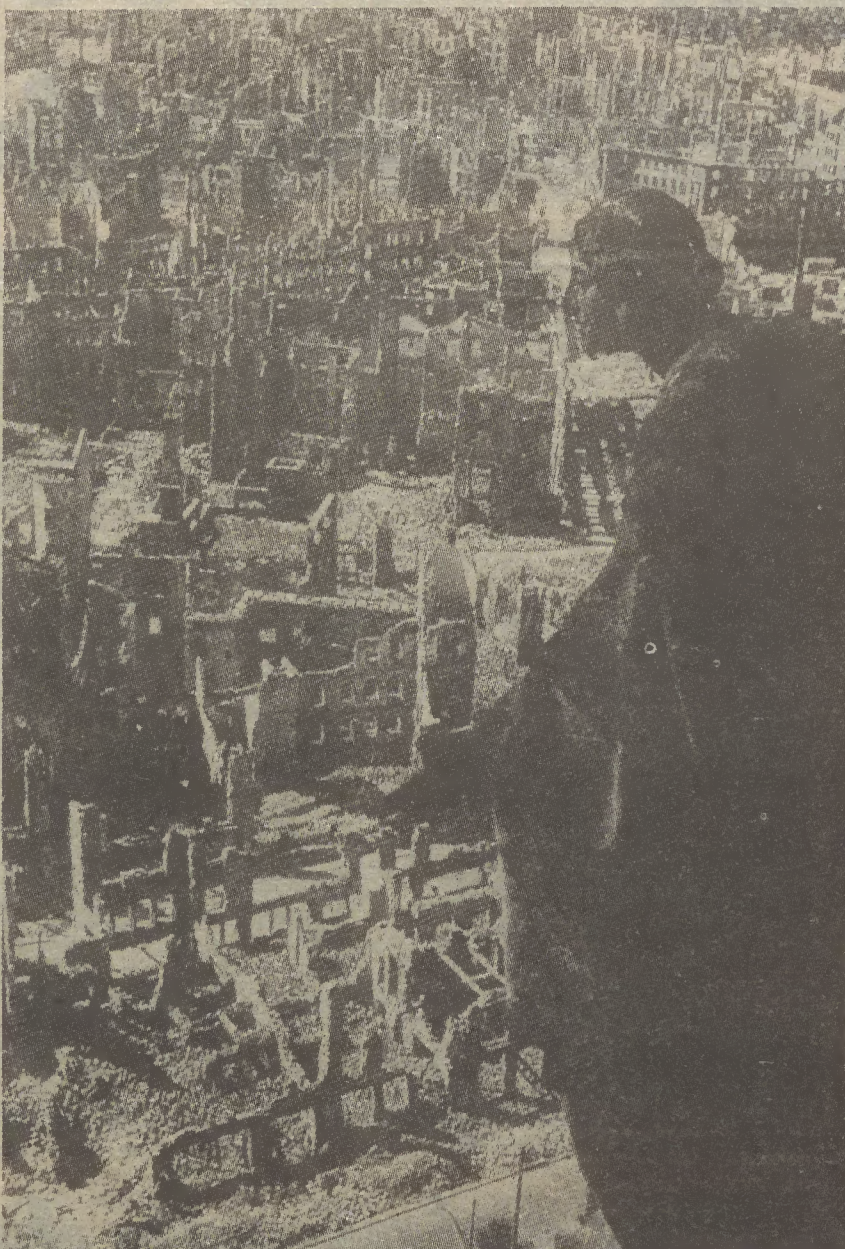
mísseis... São as últimas imagens de um teledisco, que de certo modo sintetizam o absurdo da situação criada. E que aqui referimos para ilustrar um aspecto, particularmente perigoso, da nova situação criada.

Com a instalação dos Pershing-2, o tempo de voo de um míssil até atingir o alvo, passou de cerca de 30 minutos para menos de 10. Não estamos apenas perante uma questão de quantidade. Para dar resposta a tão fulminante ameaça, torna-se indispensável que esta seja accionada por dispositivos automáticos, afastando da decisão humana a nossa própria sobrevivência. Tal o absurdo a que se chegou (o mesmo se passa quando se avança para a militarização do Espaço!).

Este facto coloca também no centro das atenções o problema dos acidentes e das falhas. E os computadores falham. Concretamente, o simples crescimento quantitativo, e mais ainda os desenvolvimentos qualitativos, nas armas de agressão, aumentam sensivelmente os perigos do desencadear de um conflito nuclear, por acaso...

Entramos no domínio do absurdo.

Múltiplas vezes se registaram falhas nos sistemas de computadores ligados ao Pentágono e à NATO (que desenvolvem, sublinhe-se, planos de agressão muito concretos), que já levaram mesmo a falsos alertas nos EUA, por exemplo em Novembro de 1979 e em Junho de 1980.



Dresden. 60 mil mortos. O maior bombardeamento da História. Hiroshima, uma só bomba, mais de 120 mil mortos nos dias imediatos. É contra esta lógica suicida que por toda a parte se têm vindo a realizar manifestações pelo desarmamento. Pelo nosso direito à vida



Mísseis de Cruzeiro

O plano da NATO indica a colocação de 464 mísseis de cruzeiro nas bases de cinco países (Grã-Bretanha, RFA, Itália, Bélgica e Holanda). O plano incluiu ainda a construção expressa de duas bases na Grã-Bretanha (em Greenham Common e Molesworth), podendo acolher 160 mísseis em 40 rampas de lançamento. Os 16 primeiros Cruise foram instalados em Dezembro de 1983. Em 1984, tratou-se do início da instalação de 112 Cruise em 28 rampas, em Itália (Comiso, na Sicília). 1985 — a

instalação de 96 mísseis de Cruzeiro em 24 rampas na RFA. A construção de bases na Bélgica e na Holanda foi prevista para inícios de 84, mesmo antes de os governos destes Estados terem dado o seu acordo definitivo.

O alcance de um míssil de cruzeiro Tomahawk, baseado no solo, é de 2600 Km. Está dotado de uma ogiva nuclear de 200 Kilotoneladas. Voa a uma altitude mínima seguindo o relevo do terreno e de acordo com uma trajectória previamente escolhida para evitar as regiões onde existem

meios antiaéreos. Tendo em conta a grande precisão dos mísseis de Cruzeiro (igual ou talvez mesmo superior à dos mísseis Pershing-2), estes mísseis destinam-se a atingir objectivos militares muito protegidos.

Os mísseis de cruzeiro são armas de primeiro golpe.

Está prevista a fabricação, até 1988, de 560 destes mísseis. Podem atingir praticamente toda a parte europeia da URSS, e, também, grande número de países africanos e o Próximo Oriente.

«Refém» nuclear

É tempo de relembrar. A decisão de premir o botão nuclear que lançaria Pershing-2 e Cruise nos seus voos mortíferos — destina-se a ser tomada... na Casa Branca. Ou seja, a decisão de vida ou de morte para os povos de toda a Europa seria tomada pelo governo dos Estados Unidos (abstraindo aqui que isso também iria significar a morte de todo o planeta — mas este é um dado adquirido pela ciência que a cegueira dos lucros do complexo militar industrial ainda não permitiu fosse admitido na Casa Branca).

A denúncia desta verdadeira ameaça foi avançada, em termos muito claros, no discurso perante o Senado italiano, em Dezembro de 79, do senador e general da NATO, na reforma, Nino Pasti.

São palavras suas:

«O general Brown, na qualidade de presidente do Comité dos Chefes do Estado-Maior Conjunto (da NATO) — assinalava na apresentação para o ano fiscal 1979 (...) que no caso de a agressão não poder ser detida com armas convencionais, as forças nucleares de teatro (Europa) têm capacidade para desencadear a batalha e a oportunidade de acabar rapidamente o conflito, evitando uma guerra nuclear estratégica.

«Sr. presidente:

«Escutei com muita preocupação esta manhã o seu interesse em evitar a utilização antecipada da força estratégica que conduziria à destruição dos Estados Unidos e da União Soviética.

Seria demasiado pedir igual solicitude para evitar a destruição da Europa, tendo em conta que a estratégia da resposta flexível implica a destruição da Europa para evitar similar sorte aos Estados Unidos e à União Soviética?».

E Nino Pasti pergunta-se: «Em caso de guerra contra a União Soviética, teríamos que desencadear uma guerra contra as bases norte-americanas para as ocupar e impedir a utilização das armas nucleares. Esta uma teoria cujo juízo deixo à vossa consideração!».

O maior movimento de sempre

Os factos são claros. O general italiano tocava na ferida bem sentida por milhões de pessoas na Europa. O objectivo principal da política externa norte-americana, expresso na «Directiva sobre defesa para 1984-88» é a «supressão do socialismo enquanto sistema socio-político».

Os povos da Europa apercebiam-se entretanto que tal objectivo se confundia com a sua própria aniquilação.

Mais ainda: em termos objectivos, as novas armas não são dirigidas «apenas» contra a comunidade socialista (com o sacrifício de todo o continente europeu...). Visam igualmente outros continentes, outros caminhos de progresso não do agrado de Washington. Assim, dentro do raio de acção dos 112 mísseis a vectorizar em Comiso (Itália), encontra-se, não só parte do território

Euroshima nunca!



«Pedimos expressamente que não achem natural o que sempre acontece!
Que nada seja tido por natural neste tempo de confusão sangrenta, de desordem ordenada, de arbitrariedade sistemática, de humanidade desumanizada, para que nada disto se mantenha»

Brecht

da União Soviética, como também dezenas de países da África e do Próximo Oriente.

A consciência destes factos leva ao crescimento, no Continente Europeu, com realce para 83, de um ímpar movimento de massas pela paz. Eivado embora de confusões políticas quanto à responsabilidade da corrida aos armamentos, muitas das quais, mais recentemente, seriam erradicadas.

Os mísseis foram instalados. Mas seria um engano pensar que foi em vão. Com tal luta se pode sofrer derrotas temporárias, mas nada se perde.

O ano da paz mobilizou muitas e muitas centenas de milhares de pessoas por toda a parte. Múltiplas foram as manifestações idênticas à concentração realizada em Hassebach, na RFA, frente a uma base de mísseis norte-americana, com a participação de 200 mil pessoas. As manifestações na União Soviética, em Outubro passado, na Semana Mundial do Desarmamento, levaram às ruas milhões de pessoas. São inumeráveis as realizações de esclarecimento e mobilização, contra os perigos de militarização do Espaço, sobre as consequências de uma guerra nuclear, realizados por todo o mundo, e também aqui em Portugal.

De realçar ainda algumas importantes componentes deste movimento que se têm desenvolvido de forma acentuada

Pershing-2

Pershing-2. A decisão de 79 da NATO prevê a instalação de 108 mísseis na Europa, RFA.

Alguns dados gerais. Alcance: 2500 km. Metade das ogivas nucleares caem num círculo que não ultrapassa os 35 a 40 metros de diâmetro. Será possível, posteriormente, dotar esses mísseis de dispositivos para ogivas com percursos independentes.

Cada míssil está instalado numa rampa móvel, sendo que cada uma pode ser utilizada várias vezes (o que significa que para cada rampa podem ser preparados vários mísseis). Não é por acaso que foi previsto fabricar, nos anos 80, não simplesmente 108 «Pershing-2», mas 917. Trata-se de fazer com que os mísseis sejam capazes de destruir qualquer objectivo militar bem protegido, em particular rampas em galerias subterrâneas ou postos de comando. Tendo em conta que o seu tempo de voo não ultrapassa os 8 a 10 minutos e que se trata de mísseis de grande precisão, os Pershing-2 são, sem nenhuma espécie de dúvida, armas tipicamente de primeiro golpe. ■

da — referimo-nos aos sectores da ciência e cultura, com potencial impacto na opinião pública geral.

É assim que são muitos os cientistas, incluindo os nomes mais destacados, que vêm assumir posições públicas contra o armamento nuclear e a «guerra das estrelas». Nos EUA, 7000 cientistas comprometeram-se publicamente a não participar no projecto da militarização do Cosmos. Sucedem-se importantes reuniões internacionais — o Congresso Mundial de Copenhague, o Congresso Científico de Hamburgo, o Forum de Moscovo.

Algumas peças, apenas, de uma grande batalha.

Há dias, nos Estados Unidos, foram proibidas as manifestações no Nevada, realizadas por cada novo ensaio nuclear.

Outras proibições podem ser avançadas, como as cargas policiais sobre os que exigem paz, as fichas que se multiplicam mas que então terão que vir a abarcar, em vários casos, as maiorias da população de um país...

Sintomas múltiplos de que atingimos uma situação em que «não existe, pura e simplesmente, outra alternativa» à paz.

O fim dos mísseis na Europa seria um bom começo. Um passo possível.

O «Não a Euroshima» pode vir a ser o primeiro passo para o sim à vida. ■



O futuro — não apenas se constrói hoje — defende-se hoje



A União Soviética propõe

«Destacar o problema dos mísseis de médio alcance na Europa do conjunto de questões e concluir um acordo à parte sobre esta questão. Propõe-se fazê-lo imediatamente. Para este passo, existe não meramente uma base, mas praticamente um entendimento já pronto. Em Reykjavik tinha sido acordado que a URSS e os EUA, no decurso dos próximos cinco anos, liquidariam todos os seus mísseis de médio alcance na Europa. No mesmo prazo, o número de mísseis soviéticos desta classe na parte asiática do nosso território seria reduzido a cem ogivas, com a condição de que os EUA poderiam manter no seu território nacional o mesmo número de ogivas de mísseis de médio alcance.» ■

Portugueses, agarrem-se!

Depois de ouvir o ministro Cadilhe, das Finanças, fica-nos a convicção de que o País precisa urgentemente de se dotar de cintos de segurança, travões, calços, seja o que for que permita ao comum dos mortais defender-se da súbita febre de velocidade que atacou o ministro. Cadilhe promete acelerar a fundo, qual Fangio, Fittipaldi ou Niki Lauda da economia nacional, até parece que já estamos a vê-lo na grande competição dos números, ora agora sobes tu ora agora desço eu, com a economia sempre a acelerar, a acelerar, a acelerar.

A desgraça do ministro, manifestamente um incompreendido, é que por cá as corridas em grande velocidade tendem a acabar mal, sempre com alguém a despistar-se e a levar de roldão o que encontra pela frente. E não parece haver motivos para crer que nestas coisas da economia seja diferente, pelo menos a avaliar pela experiência: a economia, dizem-nos, está cada vez melhor; as pessoas, essas, vivem cada vez pior. Imaginem o que será isto em acelerado!

Excesso de lotação

Alberto João Jardim, que não perde oportunidade de se fazer notar com as suas singulares opiniões, decidiu investir a semana passada, no «Tempo», contra o número de elementos que compõem os mais diversos órgãos de poder e outros organismos que têm como função ser garante da própria democracia. Diz João Jardim que a AR tem deputados a mais, que os parlamentos regionais rebentam pelas costuras com tanta gente, que nas Câmaras, Juntas e Assembleias é um verdadeiro descabro de anónimos a estorvar o funcionamento dos ditos, que o Conselho da Comunicação Social, a Comissão Nacional de Eleições, o Tribunal Constitucional nem sequer têm razão de existir, não passando de mero tributo ao partidocracismo reinante na sociedade portuguesa.

Na sua (dele) opinião tudo isto resulta do complexo nacional de inferioridade derivado da pequenez do país, dum certo provincianismo reinante cá no burgo, que atira o país na tentação de fabrico de «notáveis» em série. Erro gravíssimo, evidentemente, que a próxima futura revisão constitucional se deverá encarregar de corrigir, a bem dos supremos interesses dos «notáveis» legítimos, mais ou menos disfarçados com rótulos de eficácia, operacionalidade e outras coisas que tais. Percebe-se a intenção. Como alguns dos seus pares, Jardim anda a sonhar com os velhos tempos em que os «notáveis» proclamavam «o Estado sou eu».

A cauda

Cavaco foi ao Porto e, como não perde uma viagensinha dentro do País, lá veio com mais uma promessa. Desta vez ter-se-á excedido. Prometeu, nada mais nada menos que Portugal vai deixar a cauda da Europa. Sabíamos que Portugal, jardim à beira-mar plantado, fica mesmo no fim do mundo europeu e que daqui à Europa da CEE a distância não tem parado de crescer, sobretudo desde que o País foi obrigado a aderir ao Mercado Comum. O que não sabíamos era que a distância é já tão grande que nem a cauda nos ficará nas mãos...

Pontos Cardeais



Gazetilha

por Ignotus Sum

I

Ele é o secretário da Juventude. Alto posto. Não sei qual é o seu nível etário mas lá que jovem seja, é o suposto. Ao ouvi-lo, porém, a realidade dá-nos outro conselho. A velhice, leitor, não tem idade já disse alguém que há quem já nasça velho. Eu ponho logo em dúvida, certo, quanto ao ser secretário ou ser cetáceo. Ele não será antes conselheiro um conselheiro... Acácio?...

II

Na Alfândega, outra vez, no espaço de um mês nova fraude de grande dimensão. - Sabe-se lá quantas mais estão na calha. Claro, a corrupção vem logo à balha...

Corrupção, compadrio águas do mesmo rio: que da chuva do alto se mantém. Ei-lo a aumentar de novo enquanto este Governo se entretém a fazer mal ao povo...

III

Tivemos uma prova esta semana em várias ocasiões: A Guarda Nacional Republicana filma as manifestações. Em muitos meios, face às dimensões da obra, houve quem suspeitasse de intenções pouco honestas na manobra. Mas não é essa a minha opinião. Julgo saber que a GNR pensa concorrer ao Festival de Cannes, pois então!

IV

Eles faziam muito fincapé no pensamento de que o Parlamento é «a espinha dorsal desta democracia» Mas hoje quem dizia tal já não diria...

O Governo perfilha hoje a guerrilha luta frontal e aldrabada contra a «espinha dorsal» outrora tão gabada em discursatas quando lhe convinha. É hoje, sem espinha, o pobre anda de gatas...

Os tempos mudam Os tempos não ajudam. Fizesse este governo o que já quis e onde é que já ia este país... Quem as leis de espanto lhe impede? O Parlamento. Para um governo assim que contra o povo sempre se adianta o Parlamento é uma espinha, sim... cravada na garganta...

Agenda

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 690

19 de Março de 1987

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

• Lisboa

Encontro de Quadros do PCP

sobre as
Regiões Administrativas

Sábado,

entre as 10 e as 18 horas
na sede
da Junta de Freguesia
de Alcântara



• Murça

Domingo, às 10.30, **Homenagem a Militão Ribeiro**, com a presença do camarada **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».



• Aveiro

Encontro Distrital de Mulheres, realiza-se no **domingo**, no Ginásio da Escola Secundária n.º 2, às 14 horas. É promovido pelo departamento de **Mulheres da União dos Sindicatos de Aveiro** e pelo **Movimento Democrático de Mulheres**.

Sexta

• PÓVOA

Plenário de militantes, no CT, às 21.00.

• VIALONGA

Plenário de militantes, às 21.00 no Centro de Trabalho.

• LAMEGO

No Centro de Trabalho, às 21.00, reunião da Comissão Concelhia.

• PORTO

Às 21.30, debate sobre **Autonomia Universitária**, que inclui a apresentação pública do projecto de lei quadro das universidades. Contará com a presença do deputado António Osório. Esta iniciativa é promovida pelo PCP e JCP e realiza-se no Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

• LISBOA

A Comissão de Freguesia do Beato, promove uma sessão de cinema, no CT, às

21.00. O filme a exhibir é «Costa do Castelo».

• TORRES NOVAS

«Que Futuro?» — debate com o PCP, na sala 6 da Biblioteca, às 21.30. Em causa, está o Hospital que será motivo de uma visita durante a tarde pelos deputados comunistas eleitos pelo distrito de Santarém.

• S. JOÃO DA PESQUEIRA

Plenário de militantes, às 21.00, da freguesia de Trevões.

• CANHA/MONTIJO

Na Santa Casa da Misericórdia, às 16 horas, debate sobre a CEE, a produção e a industrialização do tomate, com Rogério de Brito, deputado do PCP.

• VILA NOVA DE GAIA

No Centro de Trabalho, às 15 horas, Conferência-debate sobre «Os perigos da guerra

nuclear e a luta pela Paz».

• GUARDÃO

No Centro de Trabalho do Caramulo, às 21 horas, I Assembleia da Organização de Freguesia de Guardão, concelho de Tondela.

• S. FRANCISCO

Na Sociedade Recreativa, às 21.00, realiza-se a I Assembleia de Organização de S. Francisco.

• PRAIA DE MIRA

Pescas e a CEE, será o tema de debate na Sala da Comissão de Melhoramentos, às 20 horas. Intervirão no debate Joaquim Miranda, deputado no Parlamento Europeu, e Frederico Pereira.

• BUARCOS

Na Adega da Praia, estará em debate: **As Pescas e a CEE**, às 15.00, com o deputado no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, e Frederico Pereira, técnico.

• S. PEDRO DO SUL

O Núcleo de Pioneiros, festeja o seu dia nacional com um convívio no Cénico, a partir das 15.00, com projecção de filmes, lanche e muita animação.

• LISBOA

Entre as 10 e as 18 horas, realiza-se na sede da Junta de Freguesia de Alcântara, um **Encontro de Quadros sobre as Regiões Administrativas**.

• PAREDE

Almoço de Homenagem ao Maestro **Fernando Lopes-Graça**. Nos Bombeiros Voluntários, às 13 horas. Vão estar presentes no almoço o camarada **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do CC do PCP, o general **Vasco Gonçalves** e elementos da Associação 25 de Abril.

Domingo

• BENFICA DO RIBATEJO

Almoço comemorativo do 66.º Aniversário

do PCP na Associação Humanitária Benfiquense, intervenção por Vítor Louro.

• SALVATERRA DE MAGOS

Almoço-convívio comemorativo do Aniversário do PCP. No salão dos Bombeiros, às 13.00, seguido de intervenção política pelo camarada **Raimundo Cabral**, membro da Comissão Política do CC do PCP.

• ODIVELAS

No Centro de Trabalho, às 16.00, plenário de organização seguido de convívio.

• MONTEMOR-O-VELHO

A **Agricultura Portuguesa e a CEE**, tema de debate no Teatro Esther de Carvalho, às 15.00, com a presença do deputado no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda e João Abrantes, deputado à AR.

• PAIÕES

Na sala da Junta, às

10.00, reunião da Comissão de Freguesia.

• VILA MAIOR

Às 21.00, reunião da Comissão de Freguesia para preparação da II Assembleia de Organização Concelhia de S. Pedro do Sul.

• MORTÁGUA

Dentro das comemorações do Aniversário do PCP, convívio na CT da Gandara a partir das 15.00.

• VILA VERDE

Almoço comemorativo do 66.º Aniversário do Partido no café «Alambique», com o camarada Jaime Serra, do CC do PCP.

• COIMBRA

Almoço comemorativo do Aniversário do PCP na Escola Superior Agrícola, com a presença do camarada Vasco Paiva.

• TOMAR

Almoço, para comemorar o Aniversário do

PCP no café «Carloca». As inscrições, serão feitas no CT ou pelo telef. 32550.

• SETÚBAL

A Organização Concelhia, organiza um curso local para quadros femininos com os seguintes temas: 9.30 — «A Batalha Ideológica», com o camarada Vítor Neto, do CC; 14.30 — «A Mulher e o Trabalho», com a camarada Odete Santos, da Comissão Concelhia e deputada à AR.

• AVEIRO

Realiza-se, pelas 14.00, no Ginásio da Escola Secundária n.º 2, o «**Encontro Distrital de Mulheres**», promovido pelo Departamento de Mulheres da União dos Sindicatos de Aveiro e pelo Movimento Democrático de Mulheres do distrito.

• MURÇA

Homenagem a Militão Ribeiro, às 10.30, romagem ao cemitério. Para comemorar o Aniversário do Partido, às 13.00, almoço na

pensão Carvalho. Esta iniciativa contará com a presença do camarada **Dias Lourenço**, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!».

Segunda

• VILA NOVA DE GAIA

Às 21.30, início do curso de quadros, no Centro de Trabalho, que se prolongará até dia 3 de Abril.

Terça

• LISBOA

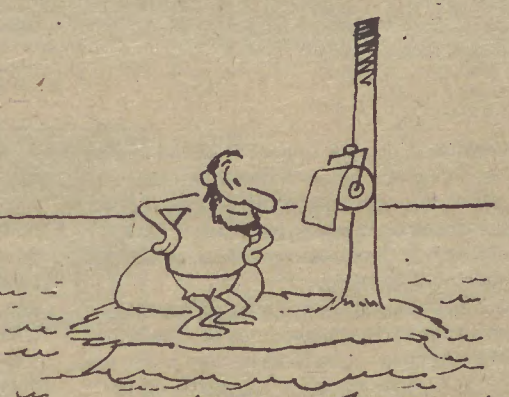
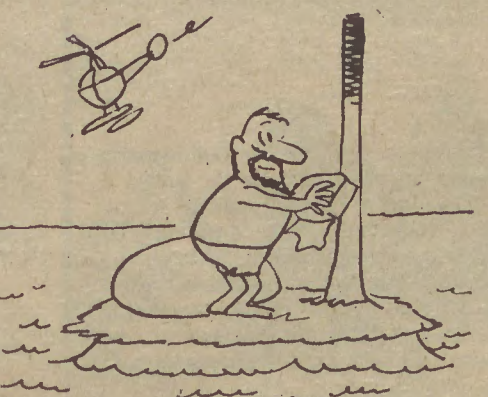
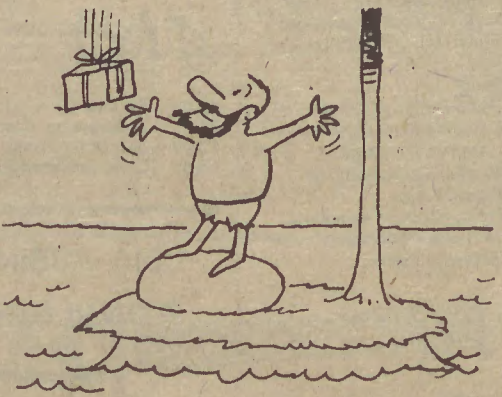
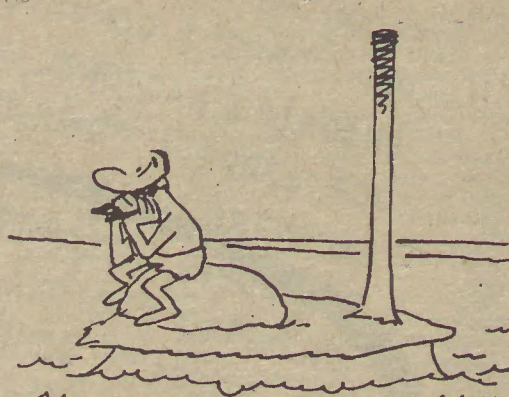
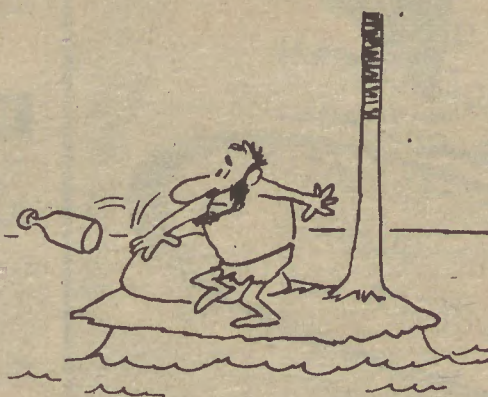
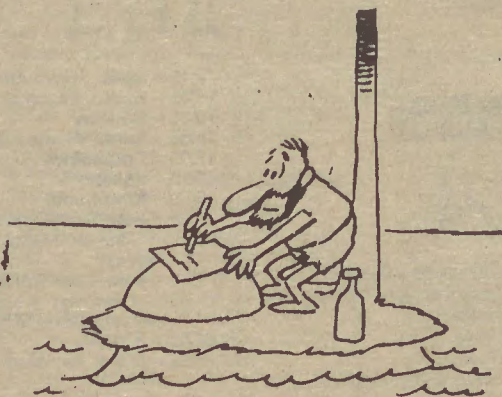
Às 15.00, as mulheres do **Porto**, entregam uma petição na Assembleia da República, por iniciativa da CUM do Porto.

Quinta

• LISBOA

No Centro de Trabalho Vitória, às 21 horas, sessão de cinema «Shinning», realização de Stanley Kubrick, a entrada é livre.

ANTOLOGIA



ALFONSO — Espanha — in «Mata Ratos» n.º 162 de 1969
revista editada em Barcelona

TV O Programa

Quinta

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Concurso: «Show Bis»
19.30 — Telejornal
20.00 — Boletim Meteorológico
20.10 — Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.45 — Série: «ALF — Uma Coisa do Outro Mundo»
21.15 — Face a Face

RTP2

21.45 — Série: «As Blue Bell»
22.30 — 24 Horas
23.00 — Remate

14.15 — Série: «Novo Amor»
15.05 — Agora, Escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.00 — Estádio
19.00 — Nino Show
20.05 — Série: «5.ª Dimensão»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — É de Ler
21.35 — Concurso: «A Quinta do Dois»

Sexta

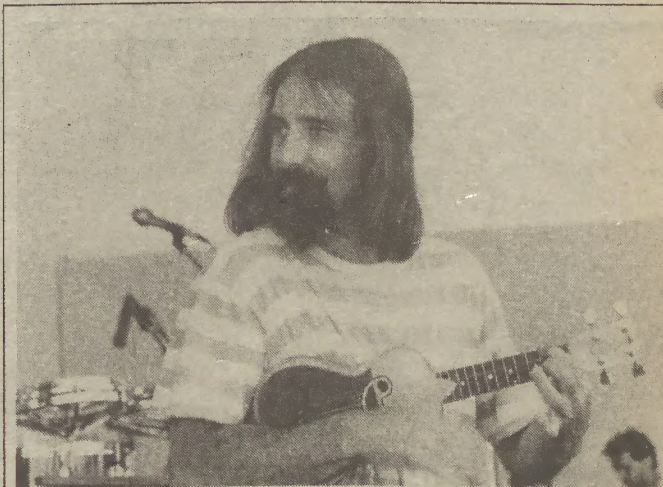
RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Concurso: «Show Bis»
19.30 — Telejornal
20.00 — Boletim Meteorológico
20.10 — Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.55 — Série: «Palácio dos Sonhos»
21.50 — Noites Tranquilas no Loucuras «Heróis do Mar»

22.25 — Série: «Hitchcock Apresenta», últ. epis.
24.00 — 24 Horas
00.30 — Remate

RTP2

14.15 — Série: «Novo Amor»
15.05 — Agora, Escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.00 — Estádio
19.15 — Nino Show
20.05 — Série: «5.ª Dimensão»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — É de Ler
21.35 — Contraponto
22.35 — Série: «Meu Filho, Meu Filho»
23.35 — Uma Boa Idéia



RTP-1 — Segunda-feira, 21.20 h Júlio Pereira em «Deixem Passar a Música»

Sábado

RTP1

09.00 — Concurso: «A Quinta do Dois»
10.50 — Série: «No Reino dos Monchichis»
11.15 — Série: «Juventude e Família»
13.00 — Sumário
13.10 — Jornalinho
14.00 — Parlamento
14.30 — ABZ
17.05 — Série: «Tudo em Cima»
17.45 — 20 Anos
18.45 — Super Trinta
19.45 — «Totoloto»
20.30 — Boletim Meteorológico
20.35 — 7 Folhas
21.00 — Miss Portugal
23.00 — Pela Noite Dentro: «Homem Até ao Fim», Realiz. Burt Lancaster (EUA/1955, 101 m)

RTP2

12.15 — Outros Mundos
12.45 — Os Anos Não Contam
13.30 — Meu Bicho, Meu Amigo
13.55 — Novos Horizontes
14.20 — Troféu
20.00 — Eurocinema: «Um Erro Judiciário»
21.30 — 01 Magazine Informática
21.45 — Concorde ou Talvez Não
23.15 — Video Club
23.30 — Troféu

Domingo

RTP1

09.00 — Juventude e Família
10.15 — Desenhos Animados
10.45 — TV Rural
11.15 — Missa
12.05 — 70x7
12.35 — Série: «O Almoço Está na Mesa»
13.00 — Sumário
13.10 — Viva a Música
13.35 — Série: «Os Roberts»
14.00 — Arco Iris
15.35 — Primeira Matinée: «A Cruz da Minha Vida», Realização Daniel Mann (EUA/1952, 96m).
17.15 — Circo
17.45 — Clube Amigos Disney
19.00 — Série: «O Justiciero»
20.00 — Jornal de Domingo
20.30 — Boletim Meteorológico
20.35 — Miguel Torga
21.00 — Série: «Paraíso Adiado»
22.00 — Domingo Desportivo
23.05 — Dizem os Astros

RTP2

10.00 — Troféu
12.30 — Magazine
12.50 — Caminhos
13.05 — Música na América
13.35 — «A Vida à Nossa Volta»
14.00 — «Destino Aventura»
15.00 — Troféu
17.00 — Fantasia e Realidade
18.00 — Série: «Miss Marple Investiga», 1.º episódio.

Segunda

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório
18.00 — Sumário
18.05 — Brinca Brincando
18.50 — Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 — Telejornal
20.00 — Boletim Meteorológico
20.10 — Telenovela: «Palavras Cruzadas»
20.50 — Presidente
21.20 — Deixem Passar a Música: Júlio Pereira
22.20 — Série: «O Mar e a Terra»
22.50 — 24 Horas
23.20 — Remate

RTP2

14.15 — Série: «Novo Amor»
15.05 — Agora, Escolha!
16.30 — Notícias
16.35 — Trinta Minutos Com...
17.05 — Countdown
18.10 — Estádio
19.00 — Nino Show
20.05 — Série: «5.ª Dimensão»
20.30 — Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 — Jornal das Nove
21.30 — Telefilme: «O Soldado Russo», real. Gavin Millar
23.00 — 2.ª Volta
23.30 — Série: «Benson»

Terça

RTP1

10.00 — Às Dez
12.15 — Telenovela: «Cambalacho»
13.00 — Jornal da Tarde
13.35 — Ciclo Preparatório

LEIA ASSINE

E DIVULGUE

problemas da paz e do socialismo

revista internacional

revista dos partidos comunistas e operários

ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE COMUNICAÇÃO SOCIAL

documentos
29 de Novembro de 1986

ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL
ENCONTRO NACIONAL DE QUADROS DO PCP SOBRE A COMUNICAÇÃO SOCIAL

edições
Avante!

Finalmente aí está o livro. Publicado pelas edições «Avante!», já se encontra em distribuição o livro que traz a lume os principais documentos saídos do Encontro Nacional de Quadros do PCP sobre Comunicação Social, realizados em Novembro passado.

Não se trata, como é evidente, da reprodução exaustiva dos muitos documentos e intervenções — centena e meia — que preencheram o rico trabalho das secções em 29 de Novembro de 1986, na Voz do Operário, em Lisboa, onde quatro centenas de comunistas se reuniram para debater a comunicação social e tirar conclusões para valorizar no futuro a actividade partidária no sector. Trata-se, sim, dos documentos fundamentais desta iniciativa do PCP.

Iniciativa única, pois nenhum outro partido em Portugal promoveu debate tão amplo e aberto sobre o tema, no qual participaram camaradas de quase todo o País, de um modo ou de outro ligados à comunicação social — não apenas profissionais da imprensa, rádio e televisão, mas também quadros que se ocupam da imprensa sindical, regional ou autárquica, das rádios locais, das SIPs do PCP, de gabinetes de imprensa, etc.

Para além da intervenção de abertura, o livro inclui os relatórios das secções, os documentos aprovados — que apontam as principais direcções do trabalho dos comunistas no sector — e o discurso de encerramento, do camarada Álvaro Cunhal. (150 páginas, 50\$00).

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Balada da Praia dos Cães	—	★★★	★★	—	★★★
B	A Cor do Dinheiro	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
C	Mona Lisa	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
D	A Mosca	★★★★	★★★★	★★★★	★★	★★★★
E	O Nome da Rosa	★★★★	—	★	★★	★★★★
F	Platoon - Os Bravos do Pelotão	★★★★★	★★★★★	—	—	—
G	Ran	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
H	Tangos	—	★★	★★	★★★	—
I	Therése	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—

- A — Real. José Fonseca e Costa — Castil (15.30, 18.30, 21.30) Nimas (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Star (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/3 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15), Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Tivoli (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. Neil Jordan — Amoreiras/4 (13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30, 24.00), Fonte Nova/2 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- D — Real. David Cronenberg — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- E — Real. Jean-Jacques Arnaud — Alfa/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Berna (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Gemini (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Olivier Stone — Condes (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Hollywood/1 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 23.45) Las Vegas/1 (15.15, 18.15, 21.30) — Lisboa.
- G — Real. Akira Kurosawa — Amoreiras/3 (15.00, 18.00, 21.00, 24.00) — Lisboa.
- H — Real. Fernando Solanas — Quarteto/3 (14.15, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- I — Real. Alain Cavalier — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.

• LISBOA

Amaral da Cunha, escultura. Gal. Quadrum (Coruchéus), R. Alberto Oliveira, 52. Das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 21/3).

Ana Jotta — «Pintura», Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111, a S. Marçal, 3.ª a dom., 15.00 às 19.00 (22/3).

Alda Nobre, Madalena Coelho e Pedro Tutela — Pintura. Galeria Bertrand do Chiado, Rua Garrett.

80 Anos de Arte Moderna Portuguesa. Galeria de S. Bento, Rua do Machado (ao Quilhas). De 3.ª a sáb., das 11.00 às 13.00 e das 15.00 às 20.00; dom. e 2.ª das 15.00 às 20.00 (até 11/4).

«A Arte Manual do Encadernador e do Dourador», Fundação Ricardo Espírito Santo. Largo das Portas do Sol, 2.ª de 2.ª a sáb., das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até 20/3).

D'Assis Cordeiro — Pintura. IAM Galeria, Rua da Misericórdia, 92, 1.ª. De 2.ª a sáb., das 15.00 às 20.00 (até 25/4).

Berlim 750 Anos — Palácio Foz, Praça dos Restauradores.

Bordado da Madeira, 1850-1930 — Museu Nacional do Traje, Lumiar, de 3.ª a dom., das 10.00 às 12.30 e das 14.00 às 17.00. Cerca de 300 peças que vão dos trajes oitocentistas aos novos padrões do princípio do século (até 30/3).

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Colectiva — Pintura de Carlos Augusto Ribeiro, Gil Heitor Cortesão e João Jacinto.

Galeria Olharte, Calçada do Cardeal, 18. De 3.ª a dom., das 16.00 às 20.00.

Colectiva — Pintura de Álvaro Perdigão, António do Carmo, Hilário Teixeira Lopes e Rogério Amaral. Galeria Tempo. Das 16.00 às 20.00 (até 25/3).

Colectiva — Serigrafias e litografias, de João Hogan, Cesariny, Cargaleiro, Cutileiro e outros, Gal. Holly, Largo da Trindade, 17, 2.ª. 15.00 às 19.00, 3.ª a sáb., 10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até fins de Março).

Colectiva — De Isabel Augusto Ivo, Mateus, Rui Matos e Teresa Silva, Poligrafo/Resistência, R. Ivens, 14.

Colectiva de pintura e escultura (Cargaleiro, Cesariny, Cutileiro, Hogan, outros), Gal. Holly, Lg. da Trindade, 17. A 2.ª/15.00 às 19.30; de 3.ª a sáb./10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.00.

Colectiva — Pintura de António Palolo, Sérgio Pombal, Isabel Laginha e Eduardo Lemos. Centro Europeu de Línguas, Rua Joaquim António Aguiar, 43, 2.º dt.º. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 19.00 (até 26/3).

Colectiva — Pintura de Batarda, João Hogan, Jorge Martins, Menes, António Sena, Níkiás Skapinikis e João Vieira.

Colectiva — de Júlio Alves, Fernando Brito e Paulo Seabra. Faculdade de Letras, Espaço de Exposições.

Costa Pinheiro — Pintura. Galeria «111», Campo Grande, 113, 2.ª a 6.ª, 10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.30.

Ernesto de Sousa — Fotografia. Galeria Di-

ferença, Rua de S. Filipe Néri, 42. De 3.ª a 6.ª, das 15.00 às 20.00; sáb. e dom., das 16.00 às 20.00.

Fátima Teixeira Lopes — Desenho. Junta de Freguesia de Santiago (Alfama). De 3.ª a 6.ª, das 20.00 às 22.00; sáb., das 15.00 às 18.00; dom., das 11.00 às 13.00 (até 28/3).

Fernando Calhau — Pintura. Nos Cómicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. Das 15.00 às 20.00 excepto ao domingo (até 28/3).

Fotografia Portuguesa dos Anos 80 — Gérard Castello Lopes e Luís Carvalho. Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91 (até 27/3).

Francisco d'Almada — Multiface Arte, Centro Comercial Gemini, loja 65, Rua Sousa Lopes.

Francisco Rúbio, fotografia. Gal. Ether/Vale Tudo..., R. Rodrigo da Fonseca, 25, 3.ª a sáb., 15.00 às 20.00. (até 31/3).

Gonçalo Ruivo, pintura 1987. Gal. A Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3.ª a dom./15.00 às 20.00 (até 22/3).

Guta de Carvalho — Fotografia. Associação Portuguesa de Arte Fotográfica, Ruadas Chagas, 17, 2.º dt.º. De 3.ª a 6.ª das 18.30 às 22.30 (até 27/3).

Hélder Batista, escultura e medalhas. Livr. da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16-A.

Helena de Almeida — Fotografias. Centro de Arte Moderna, Galeria de Exposições Temporárias, Rua dr. Nicolau Bettencourt. De 3.ª a dom., das 10.00 às 17.00.

Henrique Ruivo — Anamnésis, Galeria

Corais, Fantasia e Fuga em Sol Menor, Concerto em Lá Menor (Vivaldi) e Sonata em Trio n.º 3 em Ré Menor.

Na quarta-feira, às 21.30, no Grande Auditório da Gulbenkian, o Ballet Gulbenkian, dirigido por Jorge Salavisa, estreia em Portugal novas coreografias de Christopher Bruce; em estreia absoluta, Vasco Wallenkamp e Olga Roriz apresentam ainda Três Canções de Nina Hagen (Olga Roriz e Nina Hagen). Este programa repetir-se-á nos dias seguintes, 26, 27 e 28, respectivamente quinta-feira, às 18.30, sexta-feira, às 21.30 e sábado, às 16.00 e às 21.30 horas.

Colectiva (Alberto Carneiro, Ângelo de Sousa, Armando Alves, João Dixo, Júlio Resende, outros). Gal. EG, Caminho Fonte de Cima, 33-129-A. De 3.ª a sáb./15.00 às 20.00.

José Emídio — Pintura. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de

Ana Isabel, Rua da Emenda, 111, 1.º. De 2.ª a sáb., das 14.00 às 19.00 (até 4/4).

«Hors Tendances» — exposição colectiva de cinco artistas franceses, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

Índios da Amazônia — Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira, ao Restelo, 3.ª a dom., 10.00 às 12.30 e 14.00 às 17.00 (até final do ano).

«A Inquisição em Portugal» — biblió- iconográfica. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a sáb./10.00 às 17.00 (até 31/4).

Os Instrumentos Musicais e as Viagens dos Portugueses. Museu de Etnologia, Av. Ilha da Madeira (Restelo).

Jorge Varanda — «Estampas Japonesas». Galeria Novo Século, Rua do Século, 23-A. De 2.ª a sáb., das 14.00 às 20.00 (até 23/3).

Museu Nacional de Arte Moderna — Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. Todos os dias (excepto 2.ª), das 10.00 às 12.00.

Nadir Afonso, pintura (rectrospetiva, anos 40 a 80). Gal. Bertrand, R. Anchieta (Chiado).

Paiva Raposo — Pintura e gravura. Galeria S. Francisco, Rua Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª, das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00; sáb., das 10.00 às 13.00 (até 7/4).

Pedro Amâncio — Gal. de Artes 6.0.1, Centro Comercial S. João de Deus, Av. António José de Almeida, 7, 3.ª a dom., 12.00 às 20.00.

Pedro Homem de Melo — «O Orgânico e o Geométrico». Espaço Poligrafo/Resistência, Rua Ivens, 14. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 20.00; sáb., das 9.00 às 14.00.

Pedro Portugal — Pintura. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º dt.º. De 2.ª a sáb., das 16.00 às 20.00 (até 9/4).

Pepe Diniz — «Notas Novaioquinas», fotografia. Gal. Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Rocha Pinto — Pintura. Galeria Altamira, Rua Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª das 10.00 às 19.00; sáb., das 10.00 às 13.00 (até 8/4).

Raul Taveira — Óleos, na Escorial, Rua das Portas de Santo Antão, 47. Das 12.00 às 24.00 (até 20/3).

Viena 1900, apresenta-se — Sociedade Nacional de Belas Artes, Rua Barata Salgueiro, 36. Todos os dias das 14.00 às 20.00.

• PORTO

Álvaro Rocha — Escultura, Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80.

António Cruz — Pintura e desenho. Galeria Quadrado Azul, Rua Costa Cabral, 777. De 3.ª a dom., das 10.00 às 12.00 e das 15.00 às 22.00. Inaugura amanhã (até 1/4).

Colectiva (Alberto Carneiro, Ângelo de Sousa, Armando Alves, João Dixo, Júlio Resende, outros). Gal. EG, Caminho Fonte de Cima, 33-129-A. De 3.ª a sáb./15.00 às 20.00.

José Emídio — Pintura. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de

Albuquerque, 1 (até 24/3).

Júlio Resende — «Luz na Ribeira». Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª, das 10.00 às 12.30 e das 15.00 às 19.30, sáb. e dom., das 15.30 às 19.30.

Maria João Aguiar — Pintura, Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom. só à tarde.

Marrucho — Pintura. Galeria Nasoni, Rua Galeria de Paris, 80. De 3.ª a 6.ª das 10.00 às 12.30 e das 15.30 às 19.30.

Pedro Chorão — Pintura. Galeria «JN», Rua de Gonçalo Cristóvão, 195. De 3.ª a sáb., das 14.30 às 19.30.

• OUTRAS LOCALIDADES

Colectiva — Pintura. Loja de Arte, Largo Comandante Augusto Madureira, lote 89, loja dt.ª. Terça, sáb. e dom., das 15.00 às 20.00 — ALGÉS.

Manuel Baptista, pintura. Centro Cultural de S. Lourenço, até 10/4 — ALMANSIL.

Hélio Cunha — Pintura. Galeria Municipal da Amadora. Das 15.00 às 23.00 (até 29/3) — AMADORA.

Laura Cesana — Centro Artes Plásticas, Rua Castro Matoso, 18 — COIMBRA.

Oscar d'Almeida — Associação Académica de Coimbra, Centro de Estudos de Fotografia, Rua Padre António Vieira — COIMBRA.

1.ª Exposição Nacional de Arquitectura. Até 1/3, Palácio da Cidadela — CASCAIS.

Sérgio Eloy — Fotografia. Teatro Mirita Casimiro (até 22/3) — CASCAIS.

Cunha Rocha — Pintura. Galeria de Arte Roca, Rua prof. dr. Virgílio de Moraes, 17. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.30 e das 21.00 às 23.00; dom., das 16.00 às 19.30 (até 25/3) — MARINHA GRANDE.

Colectiva — Galeria de Arte do Centro Comercial, Av. António Enes, 31 (até 31/3) — QUELUZ.

Colectiva — Pintura, tapeçaria e escultura de Pilar Sobral, Graça Delgado e Eduardo Castelo. De 3.ª a dom., das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.00 (até 29/3) — SETÚBAL.

Manoel Esteves — Desenhos. Casa do Bocado, De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 17.30; sáb. e dom., das 15.00 às 18.00 (até 22/3) — SETÚBAL.

Nuno Henrique de Castro e Susana de Barros — Pintura e cerâmica. Junta de Freguesia de S. Julião. De 2.ª a 6.ª das 9.00 às 12.00 e das 14.00 às 18.00 (até 9/5) — SETÚBAL.

Colectiva — Galeria Cetária, Pousada de S. Filipe. Todos os dias, das 10.00 às 22.00 (até 27/3) — SETÚBAL.

Ourivesaria — Colecção do Palácio Nacional da Pena. (Até 31/5). Palácio da Pena — SINTRA.

Pedro Ramos — Escultura. Galeria de Arte de Tavira, Rua Jacques Pessoa, 17. Todos os dias das 10.00 às 13.00 e das 15.00 às 19.00 (até 27/3) — TAVIRA.

Fotografia Contemporânea Mundial — Centro Cultural Regional, Rua Tenente Manuel Maria Bessa Monteiro, 3 — VILA REAL.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

1.º Acto, Rua Eduardo Augusto Pedrosa, 16-A, Algés. Alzira Power, de António Bivar, pelo Grupo Teatro Espaço, enc. de Agueda Sena.

A Barraca, R. Alex. Herculano, 70. Diariamente às 21.30, sáb. e dom., às 16.00 e 21.30. Catástrofe ou o Mundo de Samuel Beckett, pelo Teatro Experimental do Porto, enc. de Mário Viegas.

Auditorio da Biblioteca Nacional, Campo Grande. Auto da Índia e Outras Andanças, textos de Gil Vicente, pelo Grupo Pessoa, entre os dias 16 e 27 (marcação para as escolas interessadas tel. 84 76 58).

Comuna, Pç. de Espanha, De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Victor — ou as Crianças no Poder, de Roger Vitrac, enc. João Mota; sáb. e dom./17.00 — O Tesouro, de Eça de Queirós.

Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. Escrita em Dia, nova versão de Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Sala Teatro do

IFICT, Rua de Santiago, 19 (junto ao Miradouro de Sta.ª Luzia). 2.ª, 3.ª e 4.ª, às 19.00; 5.ª, 6.ª e sáb., às 21.30. Um Jipe em Segunda Mão, de Fernando Dacosta, pelo Grupo de Teatro Maizum, enc. de Adolfo Gutkin.

Teatro Aberto, Praça de Espanha, 2.ª a 5.ª/21.30, dom./16.00 e 21.30. O Jardim das Cerejas, de Anton Tchekov, enc. de João Lourenço.

Teatro Estúdio de Lisboa, Teatro Vasco Santana, Entrecampos, 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Sylvia Plath — Quem a Matou?, de Barry Kyle, enc. Luzia Maria Martins.

Teatro Ibérico, Convento de Xabregas, R. Xabregas, 54. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. A Vida é Sonho, de Calderón de la Barca, enc. Xosé Blanco Gil.

Teatro Laura Alves, Rua da Palma, 251. Diariamente às 20.30 e 22.45; dom., às 16.00. Cá Estão Eles!, de César de Oliveira e Varela Silva.

Teatro Nacional D. Maria II, Rossio. De 3.ª a sáb., às 21.30, dom., às 16.00. Anatol, de Artur Schnitzler, enc. Ricardo Pais.

Sala Experimental. De 3.ª a sáb., às

21.45, sáb. e dom., às 16.30. O Diabinho da Mão Furada, versão e encenação de Hélder Costa.

Teatro da Trindade, Rua Nova da Trindade, de W. Wicherley, enc. de Luís Miguel Cintra. DE 2.ª a sáb./21.00, dom./16.00.

Variedades, Parque Mayer. De 3.ª a dom. 21.30. dom./16.00. Aqui Há Fantasmagorias. Texto e enc. de Henrique Santana.

• PORTO

Cooperativa do Povo Português, Rua do Paraíso, 217. Auto do Fidalgo Aprendiz, de Francisco Manuel de Melo, enc. de José Martins (entre 17 e 22/4).

Teatro, Rua do Heroísmo, 86. 5.ª e 6.ª, às 21.30; sáb. e dom., às 16.00 e 21.30.

Merope — Liberdade ou Morte, baseado em textos de Almeida Garrett, pelo TEAR. Recolha de textos e enc. de Castro Guedes.

Teatro Campo Alegre, R. do Campo Alegre, 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00 e 21.45. O Motim, de Miguel Franco, enc. de Norberto Barroca, mús. de Paulino Garcia, intérp. António Reis, Estrela

Novais, Alfredo Correia, Luís Cunha.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. 4.ª e sáb., 21.30, dom./16.00. Galileu Galilei, de Bertholt Brecht, enc. Carlos Avilez — Teatro Experimental de Cascais.

• SETÚBAL

a TV

Síntese semanal da IMPRENSA

Esquecimento imperdoável

Vieram do Alentejo, os homens e as mulheres da Reforma Agrária, vieram afrontando com todas as incomodidades, ameaças e armadilhas — mas contando também com o apoio, as saudações e o amor do povo que os saudou ao longo do caminho.

Telejornal (que, antes, silenciara totalmente a iniciativa) dedicou-lhe uma notícia amorfa que não chegou a atingir um minuto. A partir daí, para o **telejornal**, o caso ficou encerrado...

Desta vez, porém, não foram ouvir o ponto de vista do Álvaro Barreto. Esquecimento por certo. Mas esquecimento imperdoável.

Entender — e entender-se

Como já disse, Telejornal surpreende-me. Por muito mau que o julgue ser, ele é sempre pior do que aquilo que eu pensava.

Sabia-se (isto é, sabiam alguns, pois a televisão guardou-se bem de informar devidamente) do importante encontro organizado pela CGTP para reflexão de problemas nacionais tão importantes e tão graves como o desemprego. O encontro era aberto a todos, a todas as forças, sem qualquer excepção, fosse de que tipo fosse.

Ora a reportagem do Telejornal foi de uma extrema pobreza no que respeita aos objectivos e ao conteúdo das participações. Mas, para além disso, o repórter, conhecido pelo seu indistigável e conflituoso anticomunismo, não se coibiu de uma dose subtil e finória de veneno.

Vejamos a maneira como interpelou Vítor Ramalho:

— Porquê a presença de um homem claramente identificado com o Partido Socialista, numa reunião organizada pela Intersindical?

Vejamos, por outro lado, como o tal se dirigiu a Emídio Martins, da Liga Operária Católica:

— Há factos novos que justifiquem uma preocupação especial da Igreja a ponto de a levar a colaborar com o Partido Comunista?

A preocupação agressiva é tão repugnante e tão evidente que me dispense de quaisquer comentários.

De passagem, lembro que os critérios de informação da RTP só entre aspas se entendem. Ainda há pouco tempo o presidente do PRD protestava contra a viciosa discriminação a que na RTP se votava aquele partido.

Ou seja: não será tempo de a oposição entender que a manutenção deste Governo tem, entre outras e gravosas consequências, o domínio absoluto da informação?

Já lá dizia aquele político experiente:

— Levem todos os exércitos e deixem-me a televisão...

Não há tempo a perder. A oposição tem de se entender. Tem de entender-se.

Com uma venda nos olhos

E já que estamos com a mão na massa...

A rubrica «Parlamento» tratou da CEE e da discussão uma vez mais o PCP se viu afastado.

Não importa aqui trazer uma descrição pormenorizada do que foi a sessão — que, de facto, dava pano para mangas.

Refira-se apenas à insistência com que o dr. Silva Lopes, do PRD denunciou a ausência de informação à oposição. O Governo não diz o que se passa. Fecha-se em copas. Ao contrário do que se passa com os outros parlamentos da CEE, o Parlamento português anda, em assuntos da CEE, com uma venda nos olhos...

Informação falseada na TV. Informação Inexistente no Parlamento. A situação é esta, meus senhores. E agora? Fica-se de braços cruzados?...

Dallas: uma questão de higiene

A violência. A estupidez. A imoralidade. A mediocridade. O culto do infantilismo.

Meia dúzia de palavras que, mais ou menos (antes menos que mais) caracterizam uma série: **Dallas**.

Já cá esteve. Mas começou a chatear a audiência. O bocejo era a resposta adequada. Então, ter-se-á achado que o melhor era não insistir mesmo. Até porque andava muito na berra uma nova série, também americana (também estúpida, imoral, cretina e violenta) chamada **Dinastia**. Toca a dar à malta uma dose de **Dinastia**...

Eu não acho mal, note-se. As revistas da especialidade falavam tanto dela que, não a conhecendo, as pessoas poderiam ficar «frustradas»...

Mas pronto, conheceram. E viram a droga que era. Lá vieram os bocejos, a chateza, a rejeição. **Dinastia** para o caixote. Muito bem. A higiene é uma coisa muito boa. Só que...

... Só que, ao caixote onde meteram a **Dinastia**, foram buscar de novo... o **Dallas**!!!

Não há dúvida. A RTP anda a chuchar com a gente. Podem os sociólogos combater e condenar tudo aquilo que tal produção televisual representa. A RTP não ouve nada. Não abdica dos seus caixotes. E então a audiência? Bem, a essa compete-lhe pagar a taxa...

■ **Ulisses**

Visita Parlamentar à URSS recoloca problema da independência da política externa portuguesa

Uma delegação da Assembleia da República em visita oficial à URSS foi surpreendida pelo «facto consumado» de uma nota do Governo Cavaco opondo-se a parte do programa dessa visita, em concreto a uma deslocação à Estónia. O argumento governamental é limpo: as visitas oficiais às repúblicas socialistas bálticas estão condenadas pelos países da NATO. Bem à medida dos tempos áureos da «guerra fria».

Gesto indelicado

• «Entretanto a agência soviética Tass qualifica de "gesto indelicado" contrário ao desenvolvimento das relações entre Portugal e a URSS a oposição do Governo de Cavaco Silva à visita de uma delegação parlamentar à Estónia.

A Tass sublinha que a decisão do Executivo de Lisboa causou "supresa" porque o Ministério dos Negócios Estrangeiros português não tinha manifestado previamente reservas em relação à deslocação da delegação parlamentar à URSS.

A Tass recorda que recentemente altos funcionários do Governo dos EUA participaram em debates públicos noutra das repúblicas bálticas (a Letónia). Segundo a agência soviética, Portugal parece ter adoptado, como membro da NATO, uma "posição mais radical do que o principal parceiro no seio da Aliança Atlântica".

(«Diário de Notícias», 15 Março)

Surpresa da delegação parlamentar

• «O presidente da Assembleia da República, Fernando Amaral, afirmou, em conferência de Imprensa, em Moscovo, que ele e os deputados que integram a delegação da AR, de visita à União Soviética, foram surpreendidos pelo comunicado que recomendava a anulação da programada deslocação à Estónia.

Respondendo a uma pergunta dos jornalistas, Fernando Amaral disse que cerca de um mês antes da partida para a URSS, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal lhe entregou um "dossier", sobre as relações luso-soviéticas, que não continha quaisquer recomendações limitativas deste organismo governamental.

O presidente da AR acrescentou ainda que não tiveram resultados, também, as tentativas de receber um esclarecimento satisfatório das personalidades oficiais, por via telefónica, para Leninegrado, onde se encontrava a delegação.

Fernando Amaral salientou, segundo despacho da agência Novosti, que na base da política externa portuguesa, depois da vitória da Revolução de Abril de 1974, estão os princípios democráticos de desenvolvimento das relações

com todos os povos e parlamentos. "Nós rejeitamos o fascismo. E exactamente por isso, logo após a Revolução, o nosso país abriu amplamente, com satisfação e entusiasmo, as portas aos contactos com todos os povos e países do mundo, sem quaisquer restrições", disse o presidente da AR.

Fernando Amaral informou os jornalistas de que a proposta de visitar a Estónia, no decorrer da visita à União Soviética, foi aprovada pelos deputados sem quaisquer objecções. Disse ainda que a recomendação do Governo para anulação da viagem à Estónia é o primeiro caso deste género de toda a história das relações parlamentares luso-soviéticas.

O presidente da AR considerou os contactos parlamentares entre Portugal e a União Soviética como uma parte integrante dos esforços mútuos com vista à criação, no nosso planeta, de uma situação de segurança, estabilidade e paz. "O papel dos deputados é, neste aspecto, extremamente importante, porque eles são a expressão viva da vontade colectiva do povo que os escolheu e possuem uma maior liberdade e independência na solução de muitos problemas, na procura de pontos de convergência, relativamente aos órgãos do poder executivo", disse Fernando Amaral.

(«o diário», 15 Março)

Posições dos partidos

• «Refira-se ainda que o primeiro-ministro contactou com os líderes do PS, do CDS e do PRD solicitando uma intervenção junto dos respectivos deputados que integram a delegação parlamentar portuguesa para que não visitassem a República da Estónia.

Neste momento, as posições públicas assumidas pelo CDS e pelo PRD vão no sentido de uma crítica violenta ao comportamento do Governo, por este ter tornado pública uma questão diplomática de natureza delicada e já depois da delegação portuguesa estar em Moscovo. Sabe-se, aliás, que Adriano Moreira e Ramalho Eanes estiveram em contacto para discutir esta tomada de posição.

A atitude do Partido Socialista parece ser diferente: inicialmente, o PS mostrou-se publicamente disposto a impedir a visita do presidente do seu grupo parlamentar, Ferraz de Abreu, à Estónia, mas, depois de o haver contactado

directamente, viria a recomendar-lhe que actuasse de acordo com as circunstâncias e levando em conta a posição da Assembleia da República.»

(«Expresso», 14 Março)

Estudantes de Letras: uma luta justa

• Os estudantes de Letras voltaram de novo às ruas de Lisboa e Porto e paralisaram nas passadas quinta e sexta-feiras em todo o País, prosseguindo uma luta contra o Ministério da Educação deste Governo minoritário, que lhes pretende impor segundo *numerus clausus* no meio dos seus cursos, como comentava, com a irreverência bem humorada dos jovens, um cartaz dos manifestantes portugueses, "Numeros Clausus só para Ministro".

A luta dos estudantes das Faculdades de Letras, que se arrasta já desde o 28 de Janeiro, surpreendeu o Governo pela amplitude e por um espírito de unidade que nem as habituais manobras propagandísticas conseguiram destruir.

Os pressurosos altifalantes da comunicação social que o executivo de Cavaco Silva tem ao seu dispor não se eximiram a dizer que os estudantes portugueses pretendiam macaquear as grandes movimentações estudantis em França, Itália e Espanha, para logo passarem a tentar a habitual cassete da manipulação por interesses político-partidários estranhos, segundo eles, aos estudantes.

(...)

Neste momento, há dez mil licenciados em Letras no desemprego, sem receberem um tostão, ou em lugares que nada têm a ver com a sua formação. O ministro João de Deus Pinheiro, que se tem eximido ao diálogo com os estudantes, acha que não chega submeter os estudantes a um *numerus clausus* no acesso à faculdade e que, para complementar o carácter classista do ensino, há que, a meio do curso, estabelecer um segundo *numerus clausus*. Há licenciados a mais, diz o ministro.

Ao que os estudantes de Letras contestam: "Se já somos assim tantos, porque permite o ministro a abertura de universidades privadas em série? E por que lhes dá, ainda por cima, chorudos subsídios?"

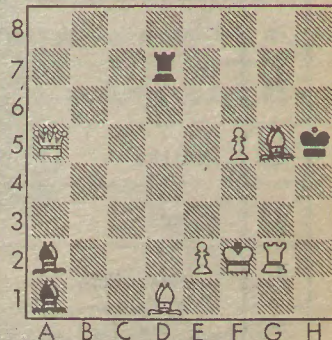
(«o diário», 15 Março)

Xadrez

XCIV — 19 de Março de 1987

Proposição N.º 94

Por: M. Niemeijer e J. Hartong
2.º Prémio «Good Companion», 1922
Pr.: (4): Bs. a1, a2 -Td7-Rh5



Br.: (7): Ps. é2, f5, Bs.d1, g5-Tg2-Da5-Rf2

Mate em 2 lances

Jogo N.º 94

50.º Aniversário do Club de Poznan

Br.: W. Neverov — Pr.: M. Muse

1. d4, Cf6; 2. c4, é6; 3. Cc3, Bb4; 4. Bg5, h6; 5. Bh4, c5; 6. d5, d6; 7. é3, Bc3+; 8. b:c3, é5; 9. Bd3, Dc7; 10. Cc2, Cbd7; 11. Cg3, Cb6; 12. B:f6, D:f6; 13. 0-0, h5; 14. f4, h4; 15. Cc4, Dc7; 16. f:c5, D:c5; 17. Tf4, f5; 18. Df3, g6; 19. Ta1, Dc7; 20. g4, Cd7; 21. g:f5, Cc5; 22. f:g6, C:f3+; 23. Tf1:f3, Bg4; 24. Cf6+; 25. T:f6, B:f3; 26. T:f3, Th5; 27. Rg2, 0-0-0; 28. Rh3, Tg8; 29. Rg4, Tc5; 30. Bf5+, Rd8; 31. Rg5, a6; 32. é4, b5; 33. Th3, Rc7; 34. a3, Rb6; 35. T:h4, Ra5; 36. c:b5, a:b5; 37. Th7, Ra4; 38. Ta7+, Rb5; 39. h4, R:c3; 40. h5, b4; 41. a:b4 e Pr. abandonam.

Solução N.º 94

Chave: 1. Da8! ameaça: 2. Df3+

1. ..., Bd5; 2. é4+

1. ..., Td5; 2. Dc8+

1. ..., Bd4+; 2. é3+

1. ..., Td4; 2. Dh8+

1. ..., Td3; 2. é:d3+

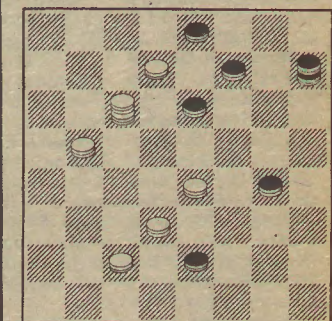
A. de M.M.

Damas

XCIV — 19 de Março de 1987

Proposição N.º 94

Por: Arnaldo Flores Raposo — Beja
«Cidade de Tomar», 1951
(Problema n.º 173)
Pr.: 6-13-22-(25)-26-30



Br.: 7-11-14-20-(23)-27

Jogam as brancas e ganham

Jogo N.º 94

Campeonato Nacional «oficioso»

Lisboa, 1957.VI.10

Abertura Sortada, 6.º Jogo (12.º)
(2.º volta)

Br.: Adellino José Ribeiro — Pr.: dr. Orlando Augusto Lopes

1. 11-14, 23-20; 2. 10-13, 22-19; 3. 14-23, 28-19; 4. 5-10, 26-22; 5. 6-11, 29-26; 6. 11-14, 31-28; 7. 14-23, 28-19; 8. 12-15, 20-11; 9. 7-23, 27-20; 10. 8-12, 32-28; 11. 2-6, 28-23; 12. 1-14, 21-18; 13. 14-21, 26-10; 14. 6-13, 25-21; 15. 3-7, 20-16; 16. 7-11, 16-7; 17. 13-18, 21-14; 18. 11-27, 23-19; 19. 7-11, 30-23 e empate!

Golpe N.º 94

Autor? — Lisboa, 1953

1. 11-14, 22-19; 2. 9-13, 24-20; 3. 13-18, 20-15; 4. 5-9, 28-24; 5. 12-16, 21-17; 6. 7-12, 26-21; 7. 9-13, 31-28; 8. 4-7, 29-26; 9. 6-11, 15-6; 10. 2-11, 19-15; 11. 12-19? Perdentel!
(Br.: 1-3-7-8-10-11-13-14-16-18-19
Pr.: 17-21-23-24-25-26-27-28-30-32) J. Pr. G.

Soluções do XCIV

N.º 94 (AFR): 14-19 e 7-12 e 23-32+
Golpe 94 (Autor?): 11. ..., 26-22; 12. 19-26, 23-19; 13. 14-23, 21-5; 14. 1-10, 30-21; 15. 23-30, 28-23; 16. 30-20, 24-6+.

A. de M.M.